



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Vinicius Miranda Gentil

“Aqui só se anda com cria”: o movimento associativo, as relações
políticas e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na
Mangueira

Duque de Caxias

2013

Vinicius Miranda Gentil

“Aqui só se anda com cria”: o movimento associativo, as relações políticas e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na Mangueira.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração:

Orientadora: Prof^a. Dra. Neiva Vieira da Cunha

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

G338 Gentil, Vinicius Miranda
Tese “Aqui só se anda com cria”: o movimento associativo, as relações políticas e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na Mangueira / Vinicius Miranda Gentil – 2013. 138 f.

Orientador: Neiva Vieira da Cunha.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Unidades de Policia Pacificadora – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Cultura política – Teses. I. Cunha, Neiva Vieira da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 351.75:32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vinicius Miranda Gentil

“Aqui só se anda com cria”: o movimento associativo, as relações políticas e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na Mangueira.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:

Aprovado em 12 de setembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Neiva Vieira da Cunha (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof^a. Dra. Lia de Mattos Rocha
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Jaílson de Souza e Silva
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, José Alfredo Gentil (*in memoriam*), inspiração e exemplo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a agradecer na minha caminhada. Não poderia deixar de dar honras a Deus, o autor a minha fé, e força diária na trajetória da vida. Senhor, obrigado.

A minha esposa querida Daniela Montechiare Gentil, companheira de todas as horas. Amor pra toda uma vida. Soube com sensibilidade os momentos que mais precisei de seu apoio, além de entender os momentos mais agudos desse processo. Te amo.

Aos meus filhos, Manuela Gentil e Artur Gentil, força motriz da minha vida, inspiração a cada manhã. Se há um objetivo na vida, este é viver para sempre ao lado de vocês. Mesmo com as minhas ausências, dedicaram seu amor de forma inigualável. Meu motivo para enfrentar o dia a dia está em vocês.

A minha mãe, Tereza Gentil, professora que é referência concreta e incentivadora contumaz. Mãe, esse esforço é também para você.

Agradeço de forma muito fraterna a minha orientadora e querida prof.^a Neiva Vieira da Cunha, que me acolheu no meio da jornada, e sempre com muito carinho me orientou nesse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a CAPES, que me auxiliou nesse processo, me dando as condições para a realização da pesquisa.

Agradeço também ao professor Jaílson de Souza e Silva, amigo que me inseriu no universo das favelas cariocas, e de forma constante me amparou e ajudou durante a caminhada.

A professora Lia Mattos da Rocha, que auxiliou na indicação dos caminhos a seguir na pesquisa, e a quem sigo como referência no trato associativismo em favelas.

Ao meu amigo, quase irmão, Tiago Borba, homem que me ensinou a ternura da liderança.

Aos amigos Henrique Silveira, Maria Isabel Macdowell e Raíza Siqueira, que além da dedicação de seus ouvidos, me auxiliaram na dissertação e constantemente me incentivaram. Obrigado queridos.

Ao meu irmão Paulo Oliveira, que continuamente está a postos para me amparar, seja lá para o que for.

Ao amigo Roger Barbosa, que mesmo de longe, me acompanhou nessa jornada mandando palavras de incentivo com um cuidado de um verdadeiro irmão.

Ao amigo José Luiz, colega de graduação que sempre me fez acreditar nesta possibilidade, e que de forma única me incentivou na carreira acadêmica.

Espero um dia retribuir todo o incentivo, carinho e dedicação que depositaram em mim.

RESUMO

GENTIL, Vinicius M. **“Aqui só se anda com cria”**: o associativismo, as relações políticas e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na Mangueira. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

A implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro, tem, de alguma maneira impactado seu cotidiano. Nesse trabalho será apresentada uma primeira análise das formas do associativismo na favela da Mangueira, a partir da instalação da UPP. Desde então, as relações políticas e formas associativas da favela passaram a se articular com a Polícia Militar, referência de violência e abuso de poder para a população favelada. O trabalho teve início a partir da atuação como gestor público na UPP Social na favela da Mangueira. Buscando compreender as novas dinâmicas locais, ou seja, como os arranjos comunitários, políticos e sociais seriam impactados de forma direta pela entrada da UPP, procuramos, inicialmente, construir uma espécie de *etnografia retrospectiva* desse associativismo na Mangueira. Perpassando pela história de formação das favelas, fizemos o esforço de reconstruir um pouco da história da favela em questão, priorizando as formas de ações coletivas, os encontros comunitários e a formação de lideranças que organizavam o movimento social na favela. Com uma abordagem etnográfica realizada a partir de uma imersão na Mangueira de cerca de um ano e meio, procuramos restituir o significado desse processo a partir do ponto de vista dos distintos atores sociais nele envolvidos. Os resultados encontrados na pesquisa seguem em duas conjunturas claras com a chegada da UPP, em relação ao associativismo local. A primeira diz respeito ao ordenamento e a legalidade originada pela ideia da presença permanente do Estado. A UPP da Mangueira tenta redefinir a ordem local, interferindo diretamente na vida do morador. Para muitos moradores, a UPP pretende se colocar no lugar do tráfico, apesar da ressalva de que tais grupos permanecem na favela controlando de forma velada todas as ações. A regulação dos espaços na favela interfere nos arranjos locais e nas relações dentro da favela. A outra conjuntura é a perda do controle dos acessos, que mexem transversalmente nas relações das associações de moradores e no grupo político local (PMDB Comunitário) ligado ao deputado Chiquinho da Mangueira. O papel das associações de moradores, de forma bem semelhante, parece ter perdido o seu protagonismo na organização e atendimento das demandas locais para a UPP. Mesmo sendo central nas relações da favela da Mangueira, a chegada de outros atores via UPP trouxeram uma nova dinâmica a essas relações políticas e formas associativas, à qual as lideranças locais tiveram que se ajustar.

Palavras-chave: Associativismo. UPP. Política. Favelas.

ABSTRACT

GENTIL, Vinicius M. **“Outsides gotta walk along locals”**: communitarianism, political relations and the implementation of UPP (Peacekeeping Police Unit) in Rio de Janeiro’s Mangueira slum. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

The implementation of the Peacekeeping Police Units (UPPs) in some slums in the city of Rio de Janeiro has somehow impacted their daily routine. In the present work, a primary analysis of how communitarianism has taken shape in Mangueira since the installation of the Upp is displayed. From that moment on, the politics as well as the community associations have gotten closer to the police forces, which represent the very face of violence and abuse of power to the people living in the slums. The work dawned with my public organizing endeavor at Mangueira’s social UPP. Pursuing the understanding of the local dynamics, that is how the community’s political and social arrangements would be directly impinged by the launching of the local UPP, we aim to build an ethnography-like retrospective of this communitarianism in Mangueira. Researching the history and evolution of slums, we have taken the task of reconstructing somewhat Mangueira’s own history, focusing on collective actions, communitary encounters and several leadership-building processes which coordinated Mangueira’s social movement itself. Upon the ethnographic approach done within the eighteen-month immersion in the slum, the target is to retrieve the significance of this process from the many perspectives of the distinct social players involved. Research results from two clear paths with the UPP arrival regarding the local communitarianism. The first one spots the organization and the legal environment originated by the notion of the constant State presence. Mangueira’s UPP tries to redefine regional order, cutting directly into resident’s life. For several of them however the UPP’s goal is to replace drug dealing, though quite a few gangs remain in the slum managing hidden activities. The regulation of space in the slum touches local arrangements as well as human relations. The second path deals with the loss of access control inside the slum which maneuvers awkwardly the affinity among inhabitants associations and with the local political party (PMDB Comunitário) likewise connected to Congressman Chiquinho da Mangueira. The once-active role of local unions seems to have lost to the UPP its priority when it comes to organizing and meeting local needs. What was seen as the go-to place for residents of Mangueira has surrendered with the arrival of UPP and its members. New kinetics has shaped political relations and human interactions, forcing local leaderships to adjust.

Keywords: Communitarianism. UPP. Politics. Slums.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Área do entorno do Buraco Quente	65
Fotografia 2 – Vila Esperança.	66
Fotografia 3 – Vista do Alto da Candelária – Museu da Quinta da Boa Vista vista ao fundo .	68
Fotografia 4 – Casas na região do Caboclo – Parque Candelária.....	69
Fotografia 5 – Subida do Chalé.....	70
Fotografia 6 – Quadra da Polo, 2012, antes de ser demolida.	81
Fotografia 7 – Fundos do Prédio do IBGE – vista da Curva da Cobra – Três Tombos	91
Fotografia 8 – Lançamento do Programa Vamos Combinar uma Comunidade mais Limpa.	112
Fotografia 9 – Evento no Buraco Quente para o lançamento do Programa de Melhorias Habitacionais.....	114
Fotografia 10 – Print screen do Blog do PMDB Comunitário	116
Fotografia 11 – Fórum UPP Social	122
Fotografia 12 – Fórum UPP Social 2	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Favelas SABREN.....	60
Tabela 2 – Favelas SABREN: localidades.....	61
Tabela 3 – A.P., R.A., Bairros e Nome do Complexo das comunidades localizadas na UPP Mangueira – 2012.....	74
Tabela 4 – Demografia e área da Mangueira.....	75
Tabela 5 – Razão de sexos.....	76
Tabela 6 – Faixa etária.....	77
Tabela 7 – Total e percentual de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por cortes de renda – UPP Mangueira.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas
IPP	Instituto Pereira Passos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CHISAM	Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
FAFEG	Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
AMOC	Associação de Moradores da Candelária
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
GEAP	Grupo Executivo de Assentamentos Populares
CV	Comando Vermelho
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
CCRAU	Casa de Cultura e Referência Afro-Urbana
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
AMOC	Associação de Moradores da Candelária
EMOP	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
ONG	Organizações não governamentais
SESEG	Secretaria de Segurança do Estado
GPAE	Grupamento de Polícia em Áreas Especiais

CPP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEASDH	Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos
GAP	Grupo de Aproximação
GTPP	Grupamento Tático de Polícia de Proximidade
CPP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PESQUISA: ESCOLHAS E ABORDAGENS NA FAVELA	22
1.1 Encontro com meu lugar de pesquisa: a favela da Mangueira	22
1.2 A construção da proposta	25
1.3 Uma abordagem etnográfica	33
2 A FAVELA DA MANGUEIRA	37
2.1 Nas “barbas” do exército: o surgimento do Morro da Mangueira	37
2.2 Na batida do samba: Mangueira em transformação	40
2.3 Mangueira-Favela: a realidade traçada nos becos e vielas	43
2.4 Mangueira, a cidade e as intervenções de urbanização: destaque para as obras do Favela-Bairro e PAC 1	46
2.5 A marca presente e o domínio de grupos armados: o tráfico e as relações na Mangueira	49
2.6 Algumas referências do movimento associativo na Mangueira	54
2.7 Localidades da Mangueira: as várias mangueiras. O oficial e o identitário.	58
2.8 Que favela é essa: os dados da Mangueira em comparação com o restante da cidade	73
2.9 Andando e vendo: a Mangueira no dia a dia e o futuro de intervenções públicas. ..	79
3 LIDERANÇAS, GRUPOS ASSOCIATIVOS E A POLÍTICA	91
3.1 A entrada no morro, a inserção nos grupos associativos locais e o reconhecimento de lideranças	91
3.2 O Arranjo político no Rio de Janeiro: as estratégias do PMDB Comunitário e a força política no movimento associativo	105
3.3 “Nova Liderança”: o histórico policial no Rio e a relação da UPP no campo associativo	116
3.4 UPP em ação: a reconfiguração na arena pública e as estratégias de inserção	123
3.5 Referência, Ordenamento e Regulação: intervindo no território	125
A GUIA DA CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

A dinâmica das favelas cariocas começou a fazer parte da minha agenda quando conheci mais de perto as ações do Observatório de Favelas¹ que de forma inexorável me fez enxergar esses espaços da cidade com um olhar outro, para mim ainda não revelado. Como a instituição é localizada na Maré, tive a oportunidade de conhecer o “Complexo”² e observar o quão heterogêneo pode ser um conjunto de favelas, o quanto oferece a pluralidade, vertendo possibilidades de um lado, ao mesmo tempo em que enfrenta tantos problemas em sua infraestrutura urbana e social em pleno século XXI. Esse contato me fez mergulhar em alguns cenários diferentes na cidade do Rio de Janeiro que me permitiram pensar uma proposta de análise mais densa sobre seu cotidiano.

A trajetória desses espaços também me fazia pensar nas dinâmicas de sociabilidade que os marcavam. No seu interior, as favelas projetam encontros e possibilidades nas interações. Estive com vários presidentes de associações de moradores, estive com líderes culturais, lideranças políticas, representantes de instituições e moradores. Caminhei nos “becos, vielas e buracos”³ não só na Maré⁴ como em várias favelas da cidade, sempre com um olhar sobre as relações que marcavam a disputa no movimento associativo e nas interferências políticas.

Na trajetória profissional, a favela da Mangueira surgiu em meu caminho. O que inicialmente era o desenvolvimento de um trabalho numa das favelas mais conhecidas da cidade se transformou em meu campo de pesquisa. Cada liderança que conhecia, a cada morador, um cenário diferente se colocava em meu cotidiano. Essa diversidade me fez querer conhecer mais a Mangueira, e a partir daí meu objeto de pesquisa foi se definindo. Observar o cotidiano das favelas e conhecer o quanto podem ser plural me indicou uma possibilidade que considere ser relevante na discussão sobre tudo do associativismo local e a relação com a política, tão presente e atuante na favela.

Esse interesse me fez buscar no processo histórico algumas referências. Seria preciso

¹ O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.

² A palavra “Complexo” começou a ser usada pela Prefeitura do Rio de Janeiro a partir de 2008, com o objetivo de publicar números aparentemente menores de favelas na cidade. Vale ressaltar que as favelas continuam cadastradas no SABREN/IPP, porém a divulgação segue esta normativa

³ Trecho da música *Agonia do Samba* de autoria de Nelson Sargento

⁴ O nome se refere a um conjunto de favelas do Rio de Janeiro localizado as margens de duas vias centrais da cidade, a Av. Brasil e a Linha Vermelha.

conhecer a formação das favelas, seu lugar no decorrer da história do Rio e suas representações. Desde seu nascedouro, existe um embate permanente em nossa sociedade sobre o lugar das favelas e seus destinos. Uso o texto de Freire para salientar essa “queda de braço” sobre o “problema” favela:

Apesar das diferentes perspectivas, todos os pesquisadores apontam que a descoberta da favela como um *problema* nasceu muito mais do incômodo que ela causava à urbanidade do que de uma postulação de seus moradores ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos. (FREIRE, 2011, p. 104).

Andar e perceber o contexto nas favelas foi primordial para pensar os laços de coexistência nesses espaços e as diferenças, tão propaladas, com a dita “cidade formal”, assim como entender a trajetória histórica torna-se fundamental para contextualizar o recorte da pesquisa, além de possibilitar um entendimento mais concreto daquilo que estou propondo enquanto *locus* da pesquisa.

Desde as primeiras ocupações que remontam o final do século XIX na região central do Rio de Janeiro, quando ainda o termo favela era usado como símbolo de uma ocupação, o Morro da Favella, a história desnuda um preconceito de origem, que era o somatório de um lugar marcado pela enorme desigualdade social, fim da escravidão e a majoritária presença de negros nessas ocupações e uma sociedade carioca que tinha como exemplo de sociabilidade os modelos franceses.

Foi a partir do “Morro da Favella” que se começou a generalizar, na imprensa, a associação do termo “favela” à imagem de “perigo” e “desordem”. A favela já era lugar de malandros e marginais. Na crônica policial, o local é tomado de forma exemplar como “um foco de desertores, ladrões e praças do exército”. (SILVA; BARBOSA, 2005, p.27).

As representações de forma acelerada passam a retratar as favelas como os espaços onde a lei inexistente, dando início a um processo que é possível perceber atualmente: favela como a negação da cidade do imaginada pela elite carioca.

Enquanto isso, o poder público via o crescimento das favelas como algo a ser enfrentado através da extinção de tais modelos. O problema maior, o grande déficit na política habitacional da cidade, não era questão de primeira ordem. Assim, as favelas começam a ocupar os morros da cidade, aproveitando a topografia característica do Rio de Janeiro.

Na década de 1920, a população favelada já ultrapassa o 100 mil habitantes⁵, o que pressionava ainda mais o governo local. O primeiro plano construído para enfrentar o “problema das favelas” foi o Plano Agache, em 1927. A ideia de Alfred Agache, idealizador do Plano, era o de erradicar as favelas, propondo uma divisão da cidade de acordo com as funções desempenhadas na sociedade. Dessa forma, a proposta seguia na linha de colocar favelas e operários em bairros mais industriais, pois estes atenderiam ao que fora destinado para eles na sociedade (VALLADARES, 2008; ZALUAR; ALVITO, 2006).

É importante sublinhar que na década de 1920 o Brasil também passa por transformações, sobretudo na esfera da cultura e da arte. A Semana de Arte Moderna de 1922, de alguma forma, “mexe as peças do tabuleiro” (CARVALHO, 1997) possibilitando um olhar diferenciado para as favelas, incluindo valores e reverenciando-os como espaços tipicamente brasileiros.

A nova forma de encarar os problemas da cidade, considerando a realidade dos grupos sociais populares, integrava-se as mudanças que ocorriam no período. Movimentos culturais como o Modernismo, em 1922, começam a valorizar a favela, elegendo-a símbolo da cultura nacional. Logo também seria reconhecida como ‘berço do samba’, e dona de uma admirável beleza rústica, para indignação dos setores conservadores. (SILVA; BARBOSA, 2005, p.34).

Na década seguinte, 1930, o Governo Vargas coloca as favelas na agenda do poder público. Em 1937, com a criação do Código de Obras do Distrito Federal, é possível entender que o governo de Vargas pretendia tratar o tema a partir de outra perspectiva. Entretanto, a estratégia de extinguir as favelas ainda era preponderante, o que resulta já na década de 1940 nos parques proletários⁶. Vale o destaque para a coordenação de Victor Tavares de Moura no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. O estudo mais minucioso das favelas pelo médico pode ser tido como pioneiro na busca de entender as dinâmicas plurais que existem nas favelas, além de trazer outras nuances ao conceito consolidado na sociedade sobre as favelas. Com todas as ressalvas possíveis e reiterando a comparação generalista, os tais Bairros cariocas⁷ construídos no governo de Eduardo Paes em muito lembram tais parques, o que demonstra ainda uma enorme dificuldade em tratar do tema favela.

⁵ Dados do Instituto Pereira Passos.

⁶ Os parques proletários foram criados no Estado Novo, governo de Getúlio Vargas. Os parques traziam em seu conjunto à ideia de que era necessário incluir códigos de civilização para a população das favelas, criando um ordenamento coletivo.

⁷ A prefeitura do Rio de Janeiro está construindo condomínios com unidades habitacionais e alguns equipamentos públicos próximos (ou na mesma área) para atender a demanda de remoções em favelas com as intervenções do Morar Carioca. Por enquanto, somente o Bairro Carioca de Triagem está pronto.

O modelo criado para os parques proletários era de extrema precariedade. Montados em madeira, algumas dependências eram de uso coletivo, como banheiros e cozinhas. Além disso, a organização que se propunha com os parques levava em consideração a capacidade de “educar” os moradores egressos das favelas (SILVA; BARBOSA, 2005).

Essa estrutura contribuiu para o primeiro movimento associativo com moradores de favelas: as comissões de moradores, inicialmente no Cantagalo e Babilônia (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 38). Silva e Barbosa descrevem bem a importância desse movimento conjugado com o fim da era Vargas e do retorno ao modelo democrático:

A experiência dos parques proletários declinou a partir de 1945, com o fim da Era Vargas. As comissões de moradores, no entanto, “favorecidas pela restauração da ordem democrática, formulariam, pela primeira vez uma pauta de direitos sociais referente a problemas de infraestrutura de suas localidades. (SILVA; BARBOSA 2005, p.40).

A organização dos moradores ilumina questões importantes, sendo que no escopo do poder público, a pauta reivindicatória partindo diretamente dos favelas ressignificaria os problemas do cotidiano das favelas. Assim, um ano após o fim da Era Vargas, a Arquidiocese do Rio de Janeiro em parceria com a prefeitura cria a Fundação Leão XIII, organização voltada para atuação direta nas favelas.

Novamente, o modelo a ser utilizado trazia a ideia de “controle social, educação da população carente e participação do poder público”. Mesmo carregada de metodologias que partiam da pressuposta limitação do favelado e do controle estatal, a Fundação foi importante na organização das Associações de Moradores.

Um momento importante na relação do associativismo e da política foi à década de 1950, a partir de quando a relação de políticos com as primeiras organizações comunitárias são estimuladas (BURGOS, 2006, p. 29). A ambiência democrática favorece o olhar dos partidos, o que resulta em aproximações desses com tais associações. O embrião daquilo que percebemos atualmente liga-se a esse período de desenvolvimento das favelas.

Como visto, tanto a Igreja quanto o Estado estão decididos a lidar com o “problema favela”. Nesse cenário, duas iniciativas surgem, a criação da Cruzada São Sebastião pela Igreja e SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas).

A atuação mais concreta foi à criação da Cruzada São Sebastião, que pretendia atuar de forma mais ativa nas demandas dos moradores das favelas, se diferenciando do modelo de atuação da Fundação Leão XIII. Segundo Burgos (2006), “Entre 1956 e 1960, a Cruzada

realiza melhorias de serviços básicos em 12 favelas, executando 51 projetos de redes de luz, urbanizando parcialmente uma favela (Morro Azul) e completamente a Favela Parque Alegria” (BURGOS, 2006, p.30).

Fica evidente que as marcas das favelas impunham ao Estado, como também ao majoritário campo religioso, a resolução de tudo o que elas simbolizavam. Segundo o Núcleo de Documentação e Informação Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, com base em dados do Instituto Pereira Passos - IPP, as favelas já circundavam todas as regiões da cidade, com especial crescimento para as Zonas Norte e Suburbana (SILVA; BARBOSA, 2005, p.33).

O SERPHA praticamente não atua nos anos de efervescência das ações da Cruzada. Com a criação do Estado da Guanabara, e a eleição de Carlos Lacerda, o Serviço passou a integrar a Coordenação de Serviços Sociais do Estado. Como de hábito, os objetivos do SERPHA se distanciavam de sua prática. Na teoria o SERPHA serviria para capacitar moradores no trato da coisa pública, o que resultaria num afastamento da lógica clientelista do mundo político. Na prática, o que foi visto foi uma estratégia de controle do Estado, fomentando a criação de associações, mas obrigando-as a selar acordo com o SERPHA:

Revelador disso é o acordo que cada uma das novas associações é obrigada a assinar com o Serpha, pelo qual assumem um caráter híbrido, que confunde sua identidade de representante dos moradores com a de interlocutor do Estado junto aos mesmos [...] Os termos do acordo não deixam dúvidas: a moeda de troca da promessa de urbanização é o controle político das associações pelo Estado, arranjo que deveria criar uma cumplicidade entre lideranças locais e o poder público. (BURGOS, 2006, p. 33).

Na trajetória de formação desse tecido associativo, percebe-se a ligação estreita do Estado e todo o movimento em direção a cooptação e controle, sobretudo na formação das lideranças que assumiam as associações de moradores. O desenho desse associativismo então, é marcado pelo fomento do Estado e no exercício do controle remediado por acordos e promessas de melhorias.

A conjuntura política no início dos anos 1960 não contribuía para um caminho mais promissor e menos pragmático na relação entre Estado e favelas. A influência da Revolução Cubana (1959)⁸ e o surgimento de uma via alternativa no modelo americano e capitalista de ser, acirra as disputas políticas. Não é possível deixar de fora desse contexto

⁸ A Revolução Cubana foi um duro golpe no modelo capitalista em plena implantação em toda a América. A expansão dos ideais americanos para todos os latinos estava em curso, entretanto uma revolução socialista vitoriosa poderia, no limite, significar que havia uma via alternativa ao modelo americano. Essa influência ocupou o imaginário americano.

as atividades políticas nas favelas pela via dos partidos de esquerda, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que já trabalhava na formação política em algumas favelas cariocas (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004), o que gerava por parte do Estado a preocupação de cooptação de lideranças e do crescimento das bases do partido. Para controlar essa influência, o governo estreita sua relação com as associações existentes e fomenta a criação de novas para o trabalho em cooperação com ele.

Apesar da forte participação e de um certo controle do Estado em suas ações, às associações de moradores sempre exerceram um papel fundamental dentro das favelas. É no desempenho da função de interlocutor da comunidade junto ao Estado que as associações se colocam e se legitimam, com destaque para as dinâmicas políticas que se formam a partir desse lugar estabelecido das associações. Em 1963 é criada a FAFEG (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara). Um movimento claro de fortalecimento das associações, de sua capacidade de organização política e da legitimação da Federação é a aprovação de 3% da arrecadação do Estado para obras de melhorias nas favelas (BURGOS, 2006, p.33).

Em 1964, o golpe militar consegue impor uma lógica diferenciada nas favelas. O processo de articulação sofre um revés, e o esvaziamento das ações de políticos locais e o endurecimento do regime submergem várias iniciativas promissoras. Além disso, o processo de remoção que marcaram todos os períodos e décadas (mais ou menos intensos) se configura com um poder extremo. Vários conjuntos habitacionais são criados. A tensão se exacerba devido à resistência dos moradores frente ao autoritarismo estatal e contra as remoções.

Com o movimento de resistência crescente, o controle das associações passa a Secretaria de Serviços Sociais e Administrações Regionais (VALLADARES, 2008), dando um caráter híbrido ao papel comunitário. O Estado ao mesmo tempo em que permitia uma ação controlada, coordenava de forma direta os atos das associações.

Diante da fragilidade, do cerceamento das ações e do controle do Estado, o resultado foi o recrudescimento dos moradores junto às associações e uma esperada queda na participação (VALLADARES, 2008). Todavia, a fim de consolidar e marcar seu lugar político, em 1968 a FAFEG realiza um congresso de grande envergadura. Apesar das represálias, que vieram com prisões, torturas e assassinatos, as organizações reforçam sua identidade, apesar de tempos tão obscuros. Quanto à FAFEG, depois do evento e das consequências, com as prisões e sumiços, somente o nome ficou, as ações ficaram controladas pelo Estado.

Depois de acenar com a possibilidade de urbanização, alternativas a remoção e sensibilidade nas questões humanas com a criação da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), a criação da CHISAM (Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) aponta para a erradicação das favelas, coordenando o maior processo remocionista da história urbana do Rio de Janeiro.

A base de sustentação para o processo desgastante que as remoções traziam em seu conjunto era a ditadura militar. Ao invés de representantes do poder público, soldados armados se dirigiam para fazer valer as ordens do governador. Dando sequência aos objetivos de Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas ampliaram os números da remoção com maestria. Silva e Barbosa (2005) colocam um ingrediente a mais nesse período da história. Ambos integravam o partido de “oposição” admitido pelo regime, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). (2005, p.46).

O grau maior de iniquidade no decorrer nos anos 1970 na estratégia remocionista refere-se à desocupação de áreas valorizadas, abrindo um campo a especulação imobiliária, possibilitada pelo frágil “milagre econômico” do início da década citada acima. Remover em primeiro lugar das áreas da Zona Sul, como as favelas localizadas à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas (Ilhas das Dragas, Praia do Pinto e Catacumba, dentre outras).

Se por um lado o enrijecimento do regime ditatorial fazia recrudescer e cooptar as organizações e associações comunitárias, a política remocionista reforçava o tecido social, uma vez que a política estatal para as favelas afetava a todos. Dessa forma, a resistência dos moradores das favelas ao processo de remoção foi fundamental para fortalecimento do associativismo (VALLADARES, 1978).

A década de 1980 reflete uma ausência na produção de políticas públicas voltadas às favelas. O controle do Estado Militarizado e a resistência criaram um ambiente favorável para a prática do clientelismo. As lideranças locais pretendiam os acessos, pois vislumbravam alguma possibilidade de conseguir “favores” do poder público. Os políticos “amigos da comunidade” surgem nesse período da história justamente pela lacuna deixada pelos governos militares.

O próprio espectro da remoção contribuía para reforçar essa lógica maximizadora, pois, a essa altura, cada “migalha” conquistada junto ao poder público, por intermédio do político “amigo da comunidade”, também tinha como função latente a própria consolidação da favela: a iluminação de uma praça, o arruamento de uma via, a instalação de tanques públicos, enfim, qualquer benefício, por pequeno que fosse, adquiria essa função latente de consolidação da favela. (BURGOS, 2006, p. 40).

O Plano Diretor de 1992 abranda a ideia permanente de extinção das favelas. Nesse documento, a ideia de urbanização ganha maior espaço. As remoções (mesmo permanentes nas várias iniciativas de urbanização) perdem espaço enquanto política de Estado. Como afirma Machado da Silva (2002), o acelerado processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro contribuiu para o entendimento da inviabilidade de se ter uma solução definitiva para as favelas.

Mesmo entendendo os avanços dos movimentos associativos dos favelados, e um novo cenário criado no período de redemocratização do país, a relação criada “para fora” é marcada por uma perspectiva hierarquizada, deixando à mostra a diferença entre a favela e a cidade formal. Machado da Silva (2002) vai chamar essa relação de “controle negociado”, onde os acessos são pautados pelos ajustes clientelistas. Nessa perspectiva, o lugar dos favelados nesses arranjos é de subalternidade, fragilizando suas demandas e não garantindo legitimidade em suas ações.

Um problema que surge no horizonte das favelas é o aumento substancial da violência e o domínio territorial de grupos armados. A discussão da violência e do domínio de grupos criminosos armados (SILVA, 2002) demarca um conjunto de possibilidades de ações de caráter associativo.

Nesse novo quadro, o que chamei acima de “encapsulamento” das práticas dos favelados não ocorre mais como pura decisão administrativa (com fundamento moral, legal, sanitário ou estritamente funcional), mas como *controle negociado*: ao mesmo tempo que as agências estatais e os demais atores políticos desistem de impor uma solução final de cima para baixo, associações de favelados despontam como atores coletivos, em uma interação com as grandes forças sociais do período. (SILVA, 2002, p. 229).

A partir da década de 1980 e 1990, com o desenvolvimento dos grupos criminosos armados dominando o território de forma ostensiva, as lideranças de qualquer movimento associativo, ligados ou não a estruturas políticas do Estado, têm sua atuação diminuída, mostrando sua fragilidade frente ao poder criminoso local. Isto se deve ao fato do crescente poder bélico construído desde a década de 1980 (SILVA, 2002), e das novas gerações de criminosos, ligados a facções que começam a se organizar e ganhar poder com um acentuado crescimento da venda de drogas, deixando de serem (em alguns casos) os “defensores” das favelas e de seus habitantes. Vários presidentes de associações de moradores foram assassinados ao longo dessa década de 1990 até início da década de 2000, o que demonstra instabilidade e sugere uma interrogação no campo de atuação das associações, apontados por Machado da Silva e Leite (2004):

Mais recentemente, outro fator contribuiu para dificultar - e, em muitos casos, para impedir - a organização dos(as) moradores(as) de favelas: o tráfico de drogas. Como se sabe, desde meados da década de 1980, uma nova modalidade de violência vem se alastrando nas favelas, que, por suas condições morfológicas - traçado de ruas labiríntico, difícil acesso e suas áreas mais internas ou elevadas (que nesse caso têm excelente visibilidade do que se “passa” no asfalto mais próximo) - se converteram nas principais pontas de distribuição de drogas na cidade. (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004, p.66).

Machado da Silva (2004, p.38) ainda salienta que esse cenário constrói um “padrão específico de sociabilidade”, denominado por ele de *sociabilidade violenta*. As representações da violência urbana não são expressas por fatos isolados, mas sim por “ordem social” ditada por essa violência, como um conjunto de práticas violentas. Para o autor, “pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de *meio* de obtenção de interesses, no próprio *princípio* de regulação das relações sociais estabelecidas”. Nesse sentido, a esfera de atuação das associações ou de um movimento associativo local fica balizada pelos grupos criminosos armados, pois “uma vez que o princípio que estrutura as relações sociais é a força, não há espaço para distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral etc.”. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 39).

O cenário nas favelas passa impreterivelmente pelos processos históricos de formação e todas as fases de tentativas do poder público em lidar com o “problema favela”, os quais estão inclusos as interfaces com o Estado e a cooptação de lideranças, as lutas por urbanização e mais serviços, a resistência frente aos períodos mais agudos de remoção e o domínio territorial de forma ostensiva de grupos criminosos armados, delimitando o campo de ação dos movimentos associativos e até mesmo que o domínio territorial desses grupos impetrou nos moradores.

A contextualização traçada aqui é de fundamental importância, ademais é a partir desse histórico que grupos se formam, associações são montadas e articulações políticas são feitas. A ressalva é a compreensão da heterogeneidade das favelas cariocas, apesar dos processos de formação semelhantes. Dessa forma, a sociabilidade construída em cada uma delas é absolutamente específica e carregada de signos próprios. A Mangueira é a favela da pesquisa, e por isso é necessário conhecer mais de perto suas especificidades.

1 PESQUISA: ESCOLHAS E ABORDAGENS NA FAVELA

1.1 Encontro com meu lugar de pesquisa: a favela da Mangueira

Chego à favela da Mangueira em junho de 2011 como Gestor Local do Programa UPP Social⁹. Aliás, como esse ainda era um momento de “favela-ocupada”¹⁰ me coloco, nesse movimento de chegada e inserção na favela, como um gestor público do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro. Isto porque o nome UPP Social, ainda era visto como sinal de rejeição e até mesmo de possível fragilidade, sobretudo no quesito da segurança, diante de alguns interlocutores, e falar do IPP não significou um problema, pois era a autarquia responsável pela coordenação do programa.

Inicialmente a Mangueira era apenas o território em que iria atuar enquanto gestor do programa municipal. Minha função era coordenar e articular as políticas públicas desta favela, trabalhar na qualificação das demandas locais, além da produção de informação para o investimento público em todas as esferas e indução de parcerias com sociedade civil e setor privado para o apoio de organizações atuantes na favela. O objetivo macro do programa é a produção de Planos de Desenvolvimento Locais gerados a partir do trabalho cotidiano na comunidade, da interlocução permanente com as instituições públicas e da sociedade civil, reforçando o caráter participativo, além de fomentar arranjos territoriais que protagonizem o desenvolvimento do plano.

Uma tradução mais simplificada seria indicar que minhas atribuições se dividiam em levantar quais as principais demandas da favela através da vivência em seu cotidiano e da “escuta” atenta da população local (pensando as dimensões e eixos – urbano e o social – estabelecidos pelo programa), e desenvolver estratégias para o desenvolvimento de um Plano de Integração Local, a fim de estabelecer que as ações do poder público, prioritariamente, atendessem a essas demandas¹¹.

⁹ A UPP Social é a estratégia da Prefeitura do Rio de Janeiro para a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços.

¹⁰ O termo é utilizado aqui para diferenciar dois momentos no processo de pacificação. Neste caso, ‘favela ocupada’ significa um período de atuação do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), que precede a implementação da UPP.

¹¹ O programa ainda prevê outras gerências que farão a conexão com o restante da máquina pública. Através da

Com a missão definida, era hora de entrar na Mangueira. Apesar de minha entrada estar vinculada ao papel que desempenhava enquanto gestor público, o olhar para as dinâmicas locais seduziu-me no interesse de entender o comportamento das pessoas que a todo dia encontrava, sobretudo diante da formação de grupos locais, além de iniciar a tentativa de compreender as relações que marcavam cada um dos espaços. Na busca pela compreensão das relações, o posicionamento das lideranças e o que representavam pautava minha observação. Interessante colocar e ressaltar essa questão, pois tais representações estão colocadas ali por um viés institucional marcante, que tem, justamente, o caráter de delimitar as relações sociais na favela.

Meu cotidiano colocou-me diante de contextos múltiplos e que me faziam questionar a todo instante o porquê daqueles posicionamentos, os códigos existentes naquele lugar, e as arranjos sociais que buscavam se unificar (em alguns casos). E todos, inclusive minha entrada enquanto programa UPP Social na Mangueira, estavam ali a partir da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Os atores locais pareciam montar estratégias de reposicionamento no território, medindo as relações sociais e monitorando a chegada de diversos outros atores no contexto da “pacificação” (dos quais eu fazia parte).

O contraponto era a realidade local e a sociabilidade existente na Mangueira. Além da chegada da UPP, mudança mais radical que de forma inequívoca altera a dinâmica de todos na favela (pelo menos por um período), afinal de contas os códigos e a regulação local se defrontariam com a tentativa de implementação de modelos tradicionais de ordem e regulação usados na cidade. A cultura local e todas as relações históricas da favela estavam sendo colocadas a partir desse outro cenário. Os “crias”¹² da Mangueira obrigatoriamente se defrontariam com novos atores. A sociabilidade local estava passando por mudanças. Essa dinâmica tornou-se central na minha pesquisa.

Meu contato com a favela se deu através de uma reunião organizada pela SEASDH (Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos). O local escolhido foi a Quadra da Fundação¹³, na localidade conhecida como Telégrafos, no alto do morro. A subida

Gerência Institucional do programa, um relatório por secretarias (no caso dos municípios), além das relações em construção com demandas que seriam da alçada do Governo do Estado e Federal. A UPP Social pensa a articulação com os equipamentos públicos locais, com as lideranças estabelecidas e/ou reconhecidas (ou não) e com a sociedade civil e empresas que atuam (ou pretendem atuar) na favela. Não existe um novo equipamento público, com atendimento balcão com a criação da UPP Social. A circulação apenas com equipamentos (câmeras, netbooks e celulares) dá o tom de um trabalho novo, criando estratégias de governança local de forma efetiva.

¹² O termo “cria” é usado na Mangueira para definir aqueles que são nascidos na favela. Como em outras favelas da cidade o termo é usado para caracterizar aqueles que fazem parte dos grupos criminosos.

¹³ A referência “da Fundação” é decorrente da instalação nos fundos da quadra da Fundação Leão XIII.

foi de carro, através das ruas Vigário Morato e Jupará, o que cria um afastamento para quem pretende estar presente no cotidiano. Apesar de ser uma reunião importante e que me abriu a possibilidade de fazer contatos, foi a partir da ideia de desbravamento que foi possível refletir sobre as relações e a cultura local da Mangueira.

Nessa descoberta da Mangueira, o primeiro olhar consegue descrever uma favela viva, sobretudo ao falar da principal entrada, a Travessa Saião Lobato, mais conhecida como Buraco Quente¹⁴. Localizada bem próxima do Palácio do Samba (quadra da Escola Estação Primeira de Mangueira), a travessa que representa o principal e mais fácil acesso a Mangueira tem aproximadamente 1Km. A entrada conta com alguns botecos, sempre cheios, padaria e algumas pequenas lojas, seja o comércio de sorvetes, de açaí, de material de papelaria, além de lojas que vendem de tudo um pouco. Algumas pensões também ocupam a Travessa. No meio de todo esse comércio, o som de uma Igreja Pentecostal Assembleia de Deus se mistura ao som das máquinas de som dos bares, que normalmente tocam funk ou samba. No lado esquerdo, uma Igreja Católica complementa esse cenário.

O grande volume de pessoas que sobem e descem a Travessa impressiona. O número de jovens nas portas das casas, na entrada dos becos ou reunidos na entrada de algum comércio chamou minha atenção. E a tal “favela viva” era a representação desse ir e vir, som alto, mistura do profano e do sagrado, e a certeza de que minha entrada seria discreta se desfez com os olhares.

Em todo o percurso da Travessa, becos do lado esquerdo e direito complementam a localidade. Os limites de cada uma das localidades não são exatos, por isso a necessidade de falar dos becos e vielas que compõem as fronteiras do Buraco Quente. Avançando na travessa, mais becos de ambos os lados e menores botecos. Menos circulação, e mais olhares de estranhamento em relação a mim. Esse número grande de bares e botecos pode ser explicado pelo Baile Funk que rolava em toda a travessa antes da ocupação.

Do meio para o final da Travessa, a presença da Associação de Moradores e de duas instituições, Casa de Cultura e Referência Afro-urbana (CCRAU) e Batuque Favela, possibilita essa circulação de pessoas estranhas à favela. O final da travessa, com uma pequena subida mais íngreme, liga essa parte mais acessível da favela ao seu miolo, próximo a Travessa Bastião, e a Quadra da Poló (quadra esportiva).

Nessa caminhada conheci as lideranças mais formais (representando as associações

¹⁴ No decorrer da dissertação apresento cada uma das localidades identificadas na Mangueira com mais detalhes.

de moradores), algumas lideranças informais (igrejas, instituições, partidos políticos), e outras que conseguem fazer uma intercessão nos dois modelos descritos. Foi possível identificar a formação de alguns grupos e a ligação com a estrutura política da cidade. As especificidades da Mangueira foram sendo descortinadas a cada reunião, a cada contato, a cada encontro.

A construção do objeto de pesquisa nasce do somatório da articulação necessária ao desenvolvimento da gestão pública no âmbito da UPP Social, da observação e vivência do cotidiano da Mangueira e da relação de grupos políticos e lideranças locais a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na favela

1.2 A construção da proposta

Nesse “andar e ver” (HÉLIO SILVA, 2006) do meu trabalho cotidiano surgiram as questões que compõem minha pesquisa. As interrogações se referem, sobretudo, às interlocuções e interações de grupos locais a partir da ocupação e posterior instalação da UPP: Como os grupos locais, sejam eles grupos políticos ou a tradicional configuração das associações de moradores, se posicionam frente à instalação da Unidade de Polícia Pacificadora? De que forma o histórico associativo da Mangueira interfere nessas relações que se colocam a partir da presença da UPP? Houve mudança no associativismo local? Como se demarcam os espaços de representação diante de um novo cenário estabelecido a partir da chegada desse novo ator?

É preciso ressaltar que as indagações surgem justamente pelo estigma que existe na relação com esse novo ator no território e o que ele representa. Não se trata aqui de um agente público como outro qualquer, mas sim da Polícia Militar, entidade pública identificada pela não observância dos direitos dos moradores de favelas (Ramos e Musumeci, 2004), além de serem atores protagonistas no conflito urbano na cidade do Rio Janeiro, em especial nas áreas mais pobres da cidade (dentre eles as favelas). Os estigmas dessa relação marcarão esse processo de interação.

Nesse contexto da relação da Polícia Militar com essas áreas é preciso citar a forte presença de grupos armados nas favelas, o que acentua ainda mais as tensões produzidas com a chegada da UPP. Na Mangueira, em especial, a relação com o tráfico parece muito próxima. Não foram poucos os relatos que fiz onde me apontavam alguma proximidade com o tráfico, via de regra através de algum grau de parentesco. E se não é em nível familiar, a referência é a “criação”. Em todo o tempo, aqueles que dominaram o tráfico da Mangueira

eram moradores, “crias” da Mangueira. Sendo assim, a relação não permite um afastamento completo, seja liderança ou não.

A leitura do movimento associativo na Mangueira pode ser dividida em três vertentes (ou categorias) de trabalho e também de modelos de atuação. A primeira vertente tenta entender os modelos de associações de moradores tradicionais. O interessante é que no momento que começo a traçar as minhas interlocuções, existem na Mangueira três associações, que segundo meus contatos, unificam-se na figura da Associação de Moradores da Mangueira, a qual se divide em dois estabelecimentos na favela, sendo um no Buraco Quente (localidade símbolo da Mangueira e de maior acessibilidade) e outra nos Telégrafos (outra localidade histórica). Além dessas, existem a Associação de Moradores da Candelária (AMOC) e Associações de Moradores do Parque Sinimbú. A Associação de Moradores do Chalé encontra-se desativada.

Esse mapa de associações já me deixara intrigado especialmente pelo discurso de só existir uma Associação na Mangueira, uma vez que as ações e atuações nas localidades não demonstravam essa unificação e esse papel protagonista do presidente da Associação de Moradores da Mangueira nesse período, o Mano. Havia na Associação da Candelária (AMOC) a figura presente de Silmar, como presidente, além de divergências explícitas na Associação de Moradores do Parque Sinimbú. Aliás, é nessa associação que minhas primeiras interrogações começam a fazer sentido. Nessa localidade, a mais afastada fisicamente da Mangueira e uma das mais precárias, as diferenças com Mano começam a surgir nos primeiros contatos. Lilido, presidente dessa associação, destaca a ausência de Mano na Localidade, poupando detalhes devido a minha presença. Entretanto, um de seus diretores na associação, Wagner, de forma enfática, rechaça essa unificação e diz que nunca pediria voto para Mano ali no Sinimbú e que ele “nunca botou os pés na comunidade”.

Na sede do Buraco Quente, outro detalhe chamava minha atenção: a ausência permanente de Mano, o presidente. Ele nunca estava nessa base da associação em meses de campo. Sempre permanecia na sede dos Telégrafos. Na Candelária, também não era visto. Esse panorama me fez primeiro perceber que o discurso de unificação não existia na prática, e depois me permitiu conhecer outras lideranças que atuavam na Mangueira, e que de alguma forma, mesclavam-se nas atribuições das associações de moradores.

Mesmo ciente que os arranjos associativos locais não se referem exclusivamente as associações de moradores, essas instituições representam papel central nessa discussão. Praticamente todas as ações nas favelas, de alguma forma, perpassam as associações de moradores. Minha própria inserção nesses grupos é marcada por seguir um “roteiro” básico

de chegada, que era o de se apresentar nas associações de moradores e resumir as minhas ações e intenções.

A segunda vertente na perspectiva de atuação associativa é a presença marcante de lideranças ligadas às estratégias político-partidárias. Mesmo com a identificação de grupos políticos ligados ao Senador Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro - PRB), e grupos tradicionais de esquerda, como do Partido dos Trabalhadores (PT), o PMDB Comunitário¹⁵ é o partido que abriga praticamente todas as lideranças locais. Esse recorte é importante para entender os interesses e objetivos desses movimentos associativos e de que forma se colocam na relação com o comando da UPP local. O Movimento partidário não é novo nas comunidades, entretanto na história dos movimentos sociais, partidos de esquerda sempre estiveram ligados às camadas populares e comunitárias, sobretudo por defenderem as bandeiras de luta contra as desigualdades (VALLADARES, 1997; ZALUAR; ALVITO, 2006). Essa união entre favela e PMDB me alertou para uma relação política para mim inusitada.

As relações sociais que são estabelecidas a partir da lógica político-partidária envolvem atores que se mesclam nas ações das associações e nas ações do partido. A rede do partido atua com diversas lideranças, todos moradores: Washington, Pedro, Celso Peres, Biriba, Silmar e Zé Roque, elementos fundamentais dessa engrenagem político-associativa. Alguns deles já passaram pela presidência de algumas dessas associações, ou até mesmo a ocupam atualmente. Como exemplo, Zé Roque e Celso Peres, que já foram presidentes da Associação de Moradores da Mangueira em anos anteriores. A ligação desses com o partido político possibilita uma leitura outra dessa rede local e os coloca numa categoria privilegiada de atuação perante à favela. Normalmente, são esses os atores que tutelam ou tentam tutelar a chegada de qualquer intervenção, seja ela pública ou privada. Os acessos são permanentemente controlados. Minha própria inserção nessa rede se deu por representar um canal de acesso a chegada de projetos sociais e intervenções públicas que possibilitem a participação desses grupos. Machado da Silva (1967) denomina esse modelo de “burguesia favelada”, diferenciados pelas relações:

¹⁵ O PMDB Comunitário Estadual do RJ é um movimento político/partidário criado em setembro de 2011. Mesmo com a criação recente, a rede de atuação é mais antiga, pois os assessores trabalham para os candidatos a cerca de 8 anos. A organização de uma rede comunitária é a estratégia mais nova desse grupo. Depois de criar o PMDB Jovem, o PMDB Mulher, dentre outros, o PMDB Comunitário pretende formar grupos políticos locais que facilitem as estratégias eleitorais. Na maioria dos casos, alguns integrantes conseguem cargos na administração pública, na assessoria de parlamentares ou até mesmo em projetos governamentais executados em suas regiões.

De maneira geral, pode-se dizer que apenas os favelados de estrato superior – os que controlam os recursos internos - desenvolvem atividades políticas. Mesmo assim, muitos deles são totalmente alheios a ela. Salvo raras exceções, os favelados dos estratos mais baixos representam apenas “massa de manobra”, padecendo de uma permanente exploração de impressionante intensidade, disfarçada por relações pessoais e mais ou menos íntimas (MACHADO DA SILVA, 1967, p. 702).

Nessa relação, o trabalho contínuo voltado para as atividades políticas necessita de amparo e “motivação”. Nesse espectro, alguns obtêm cargos de confiança na administração direta do município, outros são alocados em equipamentos do poder público e os que sobram são direcionados (ou indicados por esses que possuem cargos) para atuarem em projetos sociais desenvolvidos em parceria com o poder público. É importante sublinhar que a minha pesquisa abarca exatamente um momento de eleições municipais (junho a outubro de 2012).

O nome que surge dos próprios interlocutores no arranjo político local é o do Vereador Luís Antônio Guaraná¹⁶, que até as eleições municipais de 2012 ocupava a chefia de Gabinete da Casa Civil da Prefeitura. Vale lembrar que Guaraná é parceiro de Eduardo Paes desde a época que o prefeito atual era um dos subprefeitos (ainda pelo PSDB) do então prefeito César Maia. No primeiro mandato de Eduardo Paes (2008 a 2012), Guaraná exerceu função de Secretário Municipal de Obras, que o colocou de uma vez em contato mais direto com representantes de comunidades.

Mesmo entendendo que a relação com Guaraná tratava-se de arranjos políticos no sentido de garantir sua eleição, o que ficou interessante nesse processo foi o de perceber que as relações de Guaraná não se restringiam a uma região específica da cidade. Em outras favelas, pude perceber a ligação com o vereador. Na Providência, favela em que também atuei em 2011, por exemplo, uma liderança sempre afirmava “ser Guaraná”, e que sempre estava em seu gabinete.

Essa relação direta com o poder público e com os possíveis “atalhos” que esse encontro pode resultar, ademais o contato é com a sala ao lado do cargo mais alto do poder executivo municipal, os coloca em posição vantajosa (MACHADO DA SILVA, 1967) frente aos atores comunitários. Esse lugar de representação dos “acessos” ao poder público e assim as demandas da comunidade em que trabalham elevam o caráter de sua participação.

Além disso, nessas relações é importante destacar a participação do Deputado Estadual Chiquinho da Mangueira¹⁷. O parlamentar também pertence ao PMDB e despacha

¹⁶ Luis Antônio Guaraná exerce o terceiro mandato na Câmara Municipal. Atualmente, Guaraná é um dos pilares de Paes na Câmara para aprovar as medidas de interesse do prefeito. Na última eleição obteve cerca de 53 mil votos, e foi o segundo mais votado como vereador na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ Professor de Educação Física de formação, Chiquinho chegou a Mangueira através do projeto da Vila Olímpica. Com a visibilidade, se candidatou pelo PMDB ao cargo de Deputado Estadual em 2002 e foi eleito.

todos os dias na Vila Olímpica da Mangueira. Assim que comecei a fazer parte das redes dessas lideranças, afinal era um gestor público municipal, fui direcionado a me encontrar com o Deputado e explicar a ele o programa UPP Social, uma espécie de “beija-mãos” daquele que detém as relações locais sobre seu domínio. Prontamente o Deputado se colocou à disposição para apoiar as ações do programa na Mangueira e informou que estaria em nosso Fórum Social a ser realizado na quadra da Fundação no Morro dos Telégrafos futuramente. No decorrer do trabalho de campo, a onipresença do deputado foi sendo sentida. Todos os eventos políticos passavam por sua organização.

A participação da rede do PMDB Comunitário é muito intensa na Mangueira. Quando iniciei meu trabalho ainda no período denominado de “ocupação” (coordenada pelo Batalhão de Operações Especiais - BOPE), a pessoa que me procurou e se apresentou como assessor governamental foi Marcos Biriba, integrante do PMDB Comunitário e morador. Foi ele quem me levou a rede do partido, que representa boa parte do movimento associativo, me convocando para as reuniões e me apresentando vários moradores. A rede do PMDB é ainda mais ampla e complexa, e sua influência no associativismo da Mangueira tenta moldar a atuação do mesmo e definir as prioridades.

A última e terceira vertente dessa rede é composta por lideranças antigas da Mangueira, representantes de ONGs, atores culturais, da área de esportes e mobilizadores sociais, e ainda a força política da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. A escola de samba é um caso a parte, pois se aparentemente não dialoga com as lideranças e com o movimento associativo, tem peso político suficiente no tecido social da favela para direcionar possíveis encaminhamentos, sobretudo quando me refiro ao advento da UPP no território. No dia da inauguração da unidade, o presidente da Escola, Ivo Meirelles, e um grupo da escola estavam numa posição de destaque no palanque político do governador. No meu caso, a instalação da UPP na favela coloca um ator historicamente envolvido no conflito que permanentemente assolava a favela. Não é exceção ouvir, tanto de lideranças quanto de atores diversos (moradores da favela), alguma história de conflito com a polícia, seja ela de forma direta ou que envolva a participação de algum membro da família. Essa relação não se resolveria simplesmente com a proposta de “polícia de proximidade”¹⁸. A

Em 2003 assume a Secretaria Estadual de Esportes e Lazer e a presidência da Suderj (órgão que administrava o Maracanã) ganhando ainda mais visibilidade, devido as obras de estruturação do Maracanã para os jogos Panamericanos de 2007 realizados na cidade do Rio de Janeiro. Exerce atualmente o terceiro mandato como Deputado Estadual.

¹⁸ A metodologia de policiamento defendida pelas Unidades de Polícia Pacificadora é o policiamento de proximidade. A ideia de proximidade ainda é nova e ainda não é possível definir concretamente as diferenças, por exemplo, do policiamento comunitário. A polícia de proximidade está ligada ao ciclo de Polícia

postura de “novo dono do morro” decidindo novamente “o que pode e o que não pode ser feito”, substituindo em muitos casos o ordenamento republicano e as atribuições cabíveis para as mais diversas instituições públicas, aumenta o estranhamento desse novo arranjo de segurança pública da cidade do Rio de Janeiro. São os moradores que fazem essa correlação de um “substituto estranho e hostil” aos “antigos donos”¹⁹.

Traço importante nessa discussão em relação à polícia é a ideia de que com a UPP, a ordem e a regulação substituam o “caos e a desordem” da favela. Pude presenciar vários casos em que várias atribuições cabíveis ao executivo municipal são realizadas pelos policiais da UPP. Esse posicionamento da polícia militar é algo muito novo, uma vez que na trajetória da instituição, o conflito com os espaços populares era o único caminho viável.

A meu ver, é na junção desses grupos elencados acima que se fundamenta a minha noção de associativismo. E o desafio da pesquisa está justamente no processo de inserção e de entendimento da atuação desses grupos, na observação das ações e na busca de não naturalizar a minha representação enquanto gestor público e possível interesse no papel que desempenhava, isto é, um criador de acessos ao poder público.

Dentre as variáveis do tecido associativo local e das possibilidades de pesquisa que podem emanar, alguns pontos não poderão deixar de ser tocados. Quando falamos de associativismo, não é possível abrir mão das relações das associações de moradores, tão importantes na organização local. Assim como, quando falamos de favela da Mangueira, torna-se impossível não perpassar a questão importante da ligação com o samba e da presença marcante do tráfico no cotidiano dessas favelas. Entretanto, ciente de que a discussão sobre as experiências coletivas são amplas e complexas e do cotidiano político na Mangueira, o cerne da discussão se dará em torno das relações políticas, envolvendo as associações de moradores, as lideranças participativas e a relação com a UPP.

Na busca por entender as características mais marcantes desse universo coletivo da Mangueira me vejo num emaranhado de informações e de representações que dificultam um movimento de decodificação. Aparentemente, não percebo um modelo de atuação e de organização desses grupos, mas sim ações difusas e inesperadas. A discussão sobre associativismo tratada no livro “Arenas Públicas – Por uma etnografia da vida associativa” pode dar o tom do que descrevi acima.

Pacificadora, que compreende desde a fase de ocupação, estabilização, consolidação e implementação do programa em algumas favelas da cidade. Segundo Boletim 059 de 2013, que aponta para a construção das diretrizes da polícia de proximidade, a criação de laços de confiança com a comunidade e a ideia da proatividade da polícia na prevenção da violência representa a base desse novo modelo.

¹⁹ A referência aqui diz respeito aos grupos armados locais.

As mobilizações associativas jamais são uma coisa simples. As pesquisas mais recentes recorrem a descrições da ação coletiva que insistem nas múltiplas limitações do campo de ação, na indecisão, e na indeterminação das regras do jogo, no equívoco e na ambiguidade das preferências e das motivações. Elas mostram também a variabilidade dos equilíbrios de alianças e de oposições, a transformação no tempo dos objetivos declarados, a contingência dos incidentes, dos encontros e dos acontecimentos (CEFAI *et al.*, 2011, p.35).

Nesse sentido, trabalho a partir da perspectiva das interações que fazem parte do universo associativo, mas especialmente no âmbito da Antropologia da Política (GOLDMAN, 2006; PALMIRA; HEREDIA, 2010), sobretudo devido à imbricação das redes associativas mais tradicionais (como a associação de moradores) como as ramificações políticas, tão marcantes e características do meu campo de interlocuções e onde proponho a etnografia, a Mangueira.

A presença marcante das estratégias políticas me ajudou na definição dos conceitos que pretendo trabalhar quando me refiro ao associativismo local. Mesmo informado da relação tênue entre poder e política, no caso desta etnografia essas relações ficaram a cargo das discussões no âmbito da política e os níveis de hierarquia que estão subordinados. A política extremamente enraizada na Mangueira, até mesmo pela rede de assessores atuantes e a figura do Deputado Chiquinho da Mangueira, será um dos pilares da leitura, mas discutida segundo as dimensões do cotidiano, como explica Goldman (2006):

Elaborar teorias etnográficas capazes de devolver a política à quotidianidade, “essa espécie de tédio universal existente em toda cultura” (VEYNE, 1996: 248-250); reinseri-la na vida e evitar cuidadosamente as sobreinterpretações e literalizações que, em última instância, são as armas dos poderes constituídos; finalmente, ao menos tentar vislumbrar aquilo que, por vezes de modo silencioso, escapa sempre a essa mesma quotidianidade (2006, p. 42).

Dessa forma, as relações dos grupos locais entre si e desses com a UPP serão aqui tratadas pensando os arranjos locais e os impactos na vida dos favelados da Mangueira (PALMEIRA; HEREDIA, 2010), sem perder de vista as relações de poder. Para tanto, desenharei de forma breve um pouco do histórico democrático recente do Rio de Janeiro, sobretudo a partir do alinhamento político-partidário entre PT-PMDB no plano nacional, e PMDB-PMDB na relação Estado-cidade. A ideia seria chegar ao desenho do que representa o governo municipal atualmente, ressaltando a política partidária, suas alianças, e principalmente, sobre o PMDB, partido do prefeito e do governador na atualidade.

A estrutura da dissertação será composta por três capítulos, além do que estou definindo como “a guisa da conclusão”. No primeiro capítulo apresento uma introdução sobre o tema, com destaque para a história das favelas, além de desenhar a proposta da

pesquisa e os recursos metodológicos que nortearam o trabalho. Faço ainda uma discussão sobre a linha que pretendo seguir no que se refere a teoria da pesquisa.

No segundo capítulo, traçarei a construção histórica da Mangueira, tratando desde seu histórico associativo a sua estreita e complexa relação com o samba, podendo ganhar densidade na leitura do que o morro representa atualmente. Trago ainda algumas informações atuais da Mangueira a partir dos dados do Censo 2010. Além disso, tento fazer algumas comparações com o que existe no imaginário sobre a Mangueira e a realidade local, perpassando pelos problemas estruturais e ressaltando a pluralidade característica da favela. Como forma de descrever esse campo e fazer com que seja possível entender as divisões da favela durante a leitura, apresento as “várias Mangueiras” a partir da exposição de suas localidades. O histórico das intervenções urbanas ocorridas na Mangueira fecha o primeiro capítulo, enfatizando as obras do Favela-Bairro.

No terceiro e último capítulo traço com cuidado a minha chegada, o mapeamento e a criação de vínculo com as lideranças e instituições locais. Desenharei as primeiras estratégias, o reconhecimento da rede e de como atuam na favela. Ainda serão discutidas as questões que se referem às perspectivas político-partidárias. A identificação do PMDB Comunitário e todas as alianças colocadas em disputa serão apontadas nesse capítulo. A Polícia Militar e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) se colocam nesse cenário da pesquisa. Além de apresentar um pouco do histórico recente da polícia em relação a sua atuação em favelas, descrevo as relações que observei durante o trabalho etnográfico, apontando os modelos e as estratégias dessa inserção da polícia no tecido associativo da Mangueira.

Encerro o terceiro capítulo com as questões de fundo da pesquisa. A partir da etnografia retrospectiva do movimento associativo na Mangueira, relato através das minhas observações como o movimento associativo se posiciona em relação à UPP, os eventos como estratégia de inserção da UPP na favela, o modelo de atuação político-partidárias frente ao novo cenário e as representações da UPP na Mangueira.

No que estou chamando de “a guisa da conclusão” apresento algumas considerações sobre a pesquisa. As conclusões da pesquisa possibilitam uma leitura sobre a relação da UPP na cidade, e obviamente nas favelas cariocas. A pretensão da pesquisa é a de ser mais um instrumento na discussão sobre o associativismo em favelas, como também um trabalho que auxilie a efetivação de um novo modelo de policiamento. A partir dessa pesquisa, pretendo apontar novos caminhos e novas propostas de trabalho, entretanto não tenho nenhuma pretensão de esgotar qualquer análise que relacione sobretudo um projeto ainda tão recente

como o das UPPs.

1.3 Uma abordagem etnográfica

A ideia de como analisar o cenário descrito acima e as questões por mim levantadas está centrada no desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, a fim de perceber o comportamento dos movimentos associativos. Esse caráter etnográfico destinado à pesquisa tem muito a ver com as possibilidades que o método me oferece, e que acredito ser o ideal na perspectiva dessas relações que pretendo acompanhar de forma empírica.

Na construção etnográfica e no trabalho de campo, Goldman (2006) me concede os caminhos que o pesquisador deve realizar, além de alguns cuidados na formulação das estratégias de campo. Um das coisas que o autor chama a atenção refere-se ao fato de que a experiência do trabalho de campo deveria provocar no etnógrafo alguma mudança:

A primeira é que o etnógrafo também é, ou deveria ser, modificado por ela. Limitar-se, então, a comentar a posteriori os efeitos de sua presença sobre os nativos, tecendo comentários abstratos sobre seu trabalho de campo, parece revelar uma certa sensação de superioridade: invulnerável, o antropólogo atravessa a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, acreditando-se ainda capaz de avaliar de fora tudo o que teria ocorrido (GOLDMAN, 2006, p. 30).

Nesse trabalho sistemático de campo utilizo predominantemente a observação participante, somando com um conjunto de entrevistas, buscando inicialmente construir uma espécie de *etnografia retrospectiva* (CUNHA, 2005) do movimento associativismo na Mangueira e no entendimento dos arranjos políticos locais. Os relatos de Foote Whyte (2005) sobre sua inserção no campo de pesquisa reforçam a metodologia que deve ser seguida por um etnógrafo ao realizar a observação participante, e que me orientou e orienta no cotidiano da favela:

Descobri que isso era verdade. Sentando e ouvindo, soube as respostas às perguntas que nem mesmo teria tido a ideia de fazer se colhesse minhas informações apenas por entrevistas. Não abandonei de vez as perguntas, é claro. Simplesmente aprendi a julgar quão delicada era uma questão e a avaliar minha relação com a pessoa, de modo a só fazer uma pergunta delicada quando estivesse seguro de minha relação com ela. (FOOTE WHYTE, 2005, p.304).

Usar como metodologia a Observação Participante requer um posicionamento adequado no campo, estratégias de inserção e a percepção aguçada. Os fluxos do trabalho de campo precisam ser respeitados para que a pesquisa etnográfica se cumpra de forma efetiva.

Hélio Silva (2009) esclarece que são três os grandes fluxos da pesquisa empírica da Antropologia Urbana:

O percurso no campo, sua observação e a descrição do contexto percorrido e observado são três fluxos que se misturam pela reciprocidade, interdependência e (inter) influências enquanto se tencionam pelas contradições e heterogeneidade das disposições e habilidades em jogo (HÉLIO SILVA, 2009, p.186).

Ainda segundo as perspectivas das interações que o trabalho de campo produz, sobretudo quando se fala nessa “participação” durante a observação, Goldman (2006, p.33) sublinha a “necessidade de o etnógrafo aceitar ser afetado pela experiência”. Entretanto, o autor também coloca que é preciso separar a questão de se colocar no lugar do outro (no caso o nativo). Traduzindo, o que Goldman está falando diz respeito à necessidade de “deixar-se afetar pelas mesmas forças que afetam o nativo”, o que é central para um trabalho antropológico.

Oliveira (1996), em seu texto sobre o Trabalho do Antropólogo, também chama atenção para a importância do etnógrafo respeitar as etapas da pesquisa (olhar, ouvir escrever), reforçando o valor da construção textual como algo fundamental da pesquisa:

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar. Quero chamar a atenção sobre isso, de modo a tornar claro que – pelo menos no meu modo de ver – é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática. (OLIVEIRA, 1996, p. 31-32).

Os apontamentos de Hélio Silva (2009) e Oliveira (1996) são inteiramente abarcados em minha pesquisa. Concordo com ambos quando afirmam a importância dos fluxos ou das etapas do processo de pesquisa etnográfica. No meu trabalho de observação pude entender quão imprescindível é estar com o olhar e os ouvidos atentos nas relações que estão se estabelecendo no campo, e comprovar a importância da sistematização dos dados na hora de construção textual.

Dentro desse universo etnográfico é preciso salientar as especificidades que surgem no momento da pesquisa empírica e que reverberam na caminhada da pesquisa do etnógrafo. De imediato pude entender o quanto pode ser complexo o trabalho do etnógrafo, visto o volume de informações colhidas no momento de observação no campo e nas interações criadas a partir da vivência e da inserção nas redes locais. Em minha pesquisa tive dificuldades inicialmente para organizar a quantidade de material coletado, visto que não se tratava de documentos físicos, mas sim de apontamentos que remetem a subjetividade da

observação. Malinowski (1976) salienta isso de forma clara quando coloca que:

Na Etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória de homens vivos. (MALINOWSKI, 1976, p.3).

Outra variável que vale comentar diz respeito a minha posição primeira, a de gestor público, e o que isso poderia suscitar em alguns interlocutores, sobretudo no que se refere aos impedimentos da pesquisa. De fato, eu mesmo coloquei em xeque esta questão. A presença enquanto gestor me colocava num “certo lugar”, diferente do que imaginava poder interagir se chegasse apenas como um pesquisador. Outro detalhe era a questão de ter me tornado próximo de alguns interlocutores, especialmente aqueles que me introduzirão de forma mais efetiva na Mangueira. Como separar as questões? Esse é um dos temas relevantes no momento da pesquisa etnográfica. Velho e Kuschnir (2003) orientou nesse desafio ao explicar um pouco sobre o que denominou de *estranhar o familiar*:

Havia uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha visão de mundo. Cabe, no entanto mencionar que, por razões de formação e trajetórias pessoais, o exercício de um certo distanciamento não me era estranho. (VELHO; KUSCHNIR, 2003, p. 15).

Ainda no que se refere a minha posição no campo, foi a partir das discussões nas aulas do professor Marco Antônio Mello²⁰ sobre Etnografia Urbana que entendi que na Observação Participante, é fundamental que eu ocupe “um lugar” no campo de pesquisa. Só é possível *participar na observação* se este lugar estiver definido.

Portanto, usar o método Etnográfico tendo a Observação Participante como base da pesquisa empírica, permite extrair um material importante sobre o associativismo na Mangueira. As relações desses grupos históricos, somados com a presença intensa do grupo político e a instalação da UPP na favela desenham um entroncamento de situações que possibilitam um quadro interessante para pesquisa. Essa junção de fragmentos é descrita num trabalho de Milito e Hélio Silva (1995):

Dessa forma, a restauração de um testemunho integral de suas vivências, uma espécie de possibilidades de compreensão de seus papéis, numa perspectiva de integração dos elementos que compõem suas visões de mundo, seus estilos de vida,

²⁰ Marco Antônio da Silva Mello é professor da UFRJ e da UFF. O professor coordena o grupo de pesquisas LeMetro/IFCS-UEFJ (Laboratório de Etnografias Metropolitanas)

depende ainda aqui, como já foi mencionado em passagem anterior, de um trabalho de colagem, isto é, a montagem do quebra-cabeça, cujas peças são constituídas de fragmentos. (MILITO; HÉLIO SILVA, 1995, p.179).

Na coleta dos dados da pesquisa utilizei dois modelos que se complementam: os cadernos de campo e as entrevistas. Desde junho de 2011 a junho de 2013 percorri a Mangueira munido de um caderno de anotações, que muitas vezes só era preenchido a noite, na volta para casa. Apesar das anotações de reuniões, do ouvido atento e da percepção aguçada, muitos “nós” só conseguiram ser desfeitos com algumas entrevistas. Ao todo, foram cinco entrevistas semiestruturadas gravadas e três não gravadas. Posso afirmar que as entrevistas foram extremamente importantes nesse processo.

Quanto ao tempo de pesquisa é imprescindível explicitar que assim como os métodos de coleta, o recorte temporal também teve momentos distintos, a fim de não comprometer a pesquisa. De junho de 2011 a junho de 2012 me fiz presente de forma efetiva, quase que diariamente, na função de gestor público do programa UPP Social. De junho de 2012 a março de 2013, dividia minha semana na coordenação do programa, visitando outras favelas onde o programa atuava, o que me impedia de estar todos os dias na Mangueira. De março de 2013 a junho de 2013 mantive minhas idas em menor escala, só que dessa vez não mais na função de gestor público. Agora o meu papel era exclusivamente o de pesquisador. Vale colocar que nunca escondi que mesmo sendo gestor pesquisava a Mangueira. Mesmo receoso do tratamento que seria dispensado no momento em que não representava mais um acesso ao poder público, as relações construídas me garantiram uma atenção normal. Tanto é verdade que algumas entrevistas foram realizadas neste período, justamente pela necessidade de clarear alguns pontos ainda obscuros no que tange ao associativismo.

2 A FAVELA DA MANGUEIRA

2.1 Nas “barbas” do exército: o surgimento do Morro da Mangueira

A favela da Mangueira, como a conhecemos hoje, é a primeira a ser criada fora do eixo central da cidade. Ocupada no início do século XX, a Mangueira tem profunda ligação com o bairro de São Cristovão, local onde ficava chácara da Quinta da Boa Vista de D. João. O bairro vizinho desde o início do século XIX tornara-se berço da aristocracia da capital, especialmente por ser uma das residências da Família Real (NIZZA DA SILVA, 2000).

No Morro da Mangueira, que até então era conhecido como Morro do Pedregulho, dada as grandes rochas que permeavam a encosta, foram instaladas em 1852 as linhas telegráficas, que auxiliariam o processo de incremento da cidade e assim do avanço na área de telecomunicações do Império. Devido a essas linhas, o que antes era Pedregulho passa a ser chamado de Morro dos Telégrafos. Ainda hoje, os “Telégrafos” representa uma das localidades que são reconhecidas pelos moradores da Mangueira. Na outra vertente do Morro, a vegetação divide o espaço com grandes Mangueiras, árvores estas que perfumavam a região (CONSTANT, 2006; PASSOS, 2008).

No processo de inovações da cidade, em 1861 é inaugurado o serviço de transporte coletivo pela linha férrea. Ainda não é nesse momento que a favela ganha uma estação e é definitivamente “batizada”, entretanto o caminho de sua ocupação começava a ser traçado pelas linhas do progresso implementadas pelo Império (SCHWARCZ, 2001). A importância de São Cristovão no período fica mais nítida quando o processo (ainda muito embrionário) de industrialização começa a surgir na cidade. Fábricas são instalas em São Cristovão e na Rua Visconde de Niterói, e com isso, operários deveriam ser contratados.

Nas últimas décadas do século XIX era comum a criação de Vilas Operárias. Cabia ao dono ou industrial fornecer condições mínimas de habitabilidade para que a força de trabalho operasse nas fábricas recém-criadas (PASSOS, 2008). Isso foi concretizado, mas o Morro em si ainda não tinha sido ocupado. Até esse período o que é possível compreender é que o entorno da futura favela estava sendo remodelado. Um caminho apontando para o vetor Norte da cidade estava sendo aberto, o que de certa forma reconstrói os porquês da ocupação desse morro no início do século XX.

É justamente na vertente do morro que a vegetação é repleta de Mangueiras que a fábrica de Chapéu Fernando Braga se instala. O termo “Chapéu das Mangueiras” rapidamente é incorporado, funcionando como uma característica para os chapéus da fábrica

Fernando Braga. Esse termo acabou dando nome à outra favela carioca, onde a fábrica não chegou a se instalar. Apenas uma placa indicativa apontava uma futura construção. O nome da favela ficou Chapéu-Mangueira.

Na nossa Mangueira o que define de fato o “batismo” de Morro da Mangueira é a inauguração no ano da Proclamação da República (1889) da Estação Ferroviária Mangueira (SILVA; CACHAÇA; OLIVEIRA, 1980, p.63). É importante colocar que o Morro ainda não está ocupado, isto é, ainda não estamos falando de uma favela. Ademais, o termo favela apareceria anos mais tarde, com a ocupação do Morro da região central (conhecido desde a década de 1920 como Providência). O Morro da Favella (1897)²¹, termo que se referia a uma planta nativa do nordeste muito resistente, anos mais tarde seria a referência para modelos de ocupação de um território, com características definidas de habitações autoconstruídas e condições bastante precárias de vida.

É preciso aqui discutir alguns elementos históricos que irão desaguar na formação da Favela da Mangueira. Estamos falando de um período de mudança estrutural do Brasil. Depois de séculos de colonização e de 67 anos de Império ainda sob a batuta da Família Real Portuguesa, não seria simples a transformação de um modelo político, nem mesmo a construção de uma identidade republicana. O conceito de “coisa pública” não permeava o imaginário da população carioca e brasileira do início do século XX. Além do mais, todos os signos e simbologias são imediatamente remetidos à ideia de Monarquia.

A primeira medida tomada pelos que coordenaram a deposição de D. Pedro II era a de construir símbolos que identificassem esse novo momento histórico²²². A substituição teria que ter elementos fortes e rapidamente construídos. Para exemplificar podemos falar sobre mudança da bandeira nacional. Aquela que hoje é conhecida foi pensada e apresentada em quatro dias, isto, destronado D. Pedro II em 15 de novembro de 1889, no dia 19 de Novembro a Bandeira que tremulava no Brasil era a que conhecemos hoje, já com a frase “ordem e progresso” formulado pelos positivistas (CARVALHO, 1987, p. 32).

Dando continuidade ao processo de esvaziamento e esquecimento de símbolos da Monarquia, pois existia um medo concreto de sua volta (os monarcas nunca aceitaram esse golpe), nos voltamos para a Quinta da Boa Vista. Praticamente abandonada, em 1908 o prefeito Serzedelo Correia decide retomar o espaço. Quem ainda ocupava parte do terreno da

²¹ VALLADARES, Lícia. *A gênese da favela*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, outubro, São Paulo, 2000.

²² CARVALHO, J. Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Quinta eram soldados do 9º Regimento de Cavalaria. Na negociação da retirada das casas, ficou acordado que os soldados receberiam todo o material da demolição, a fim de que as praças pudessem se abrigar em outro espaço da cidade. O local escolhido foi o Morro da Mangueira. Dava início assim à ocupação do Morro. Uma descrição de 1909 da Revista da Semana nos dá a dimensão do que era observado dessa ocupação e qual a expectativa. Fica claro também que a Mangueira ainda não era tida como local de “vagabundos e larápios”²³ como já era caracterizada a Providência²⁴. Passos (2008) busca na obra de Maria T. Barbosa da Silva, Carlos Cachaça e Arthur L. de Oliveira Filho (1980) uma citação a qual reproduzo aqui que se encaixa perfeitamente na imagem representativa da Mangueira do início do século XX:

Uma localidade em princípio, mas que promete e terá razões cabíveis para prosperar... como ponto salubre, dizem os entendidos que não há em toda a zona dos subúrbios lugar algum que se lhe compare. E vem dessa fama, naturalmente, o título de Petrópolis dos pobres. (PASSOS *apud* SILVA; OLIVEIRA et al, 1980, p. 25).

Mais uma vez podemos perceber como o Estado foi indutor dessas ocupações. Assim como na primeira favela, a Providência, em que os soldados vitoriosos da Guerra de Canudos (VALLADARES, 2008, p.36) vêm atrás da promessa do Governo por habitação e melhores condições de vida e o que recebem é a negativa e o abandono, motivo pelo qual começam a ocupar o Morro da região central, também na Mangueira é com o fomento do Governo que o morro é ocupado. Sem nenhum planejamento e cuidado, soldados começam a construir suas casas com os restos da demolição de suas antigas residências.

Constant (2005) exemplifica bem esse momento de construção e do surgimento do Morro da Mangueira:

Em 1908, [...] no rastro das obras de Pereira Passos, começa-se a reformar a Quinta Imperial. Dentro de seus terrenos tinha sede o 9º Regimento de Cavalaria e, ao redor dele, em inúmeras casas, moravam os soldados. Demolido o quartel e os alojamentos dos soldados, estes, conseguindo [...] que o Exército lhes doasse o material das demolições, construíram suas novas moradias no antigo Morro dos Telégrafos, cujas terras eram propriedade da família de Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato, Visconde de Niterói. Em 1916, com o grande incêndio que destruiu grande parte do Morro de Santo Antônio, chegam mais habitantes para a Mangueira. E, depois, com a derrubada, na Favela, das casas mais próximas à via férrea, novos contingentes de moradores chegam ao morro [...]. A partir de 1930, o

²³ Muitos jornais na década de 1910 e 1920 já relatavam as favelas como locais de “valentes” e “marginais”. Desde o início do século XX, as favelas eram vistas como um problema a ser sanado pela sociedade. Além de um problema que remetia a higiene, por se tratarem de locais insalubres e sem nenhuma condição para vida humana, também eram identificadas como “guetos” de criminosos.

²⁴ O Morro da Providência, como o conhecemos atualmente, foi à primeira favela do Brasil.

morro [...] recebe grande levas de migrantes oriundos de Minas Gerais e do interior fluminense [...] (CONSTANT *apud* LOPES, 2005, p. 51)

A consolidação vem anos mais tarde, especialmente com a chegada de um volume significativo de famílias oriundas do Morro do Santo Antônio, devido um incêndio e moradores do Morro da Favella, devido à derrubada de alguns casebres (SILVA; CACHAÇA; OLIVEIRA FILHO, 2003).

E é a partir dessa ocupação, somada ao alto crescimento demográfico da cidade oriundos das migrações, com as mazelas sociais marcantes no Rio de Janeiro e obviamente com o descompasso da Abolição da Escravatura, temos como resultado o rápido crescimento da Favela da Mangueira. Sem nenhum planejamento estratégico para o problema habitacional da cidade e com o processo de industrialização ganhando musculatura, as condições de moradia perto do centro da cidade tornam-se algo factível apenas no imaginário. O que ampliou o crescimento da Mangueira foi a instalação de fábricas²⁵ próximas a Favela, tais como: Olaria do Gama (1900), Diamantino e Lage (1905), Cerâmica Brasileira (1907), Aviária Ivo Martins (1907), Fábrica de Calçados Tupã, além da Fábrica Fernando Braga, conhecida depois como Fábrica de Chapéus Mangueira.

2.2 Na batida do samba: Mangueira em transformação

Tudo o que comentamos no início não foge a regra da Gênese da Favela (VALLADARES, 2000). De fato, as ocupações seguem caminhos diversos, têm signos distintos, mas a tábula de identificação com o termo favela nos remete ao processo de abandono e descaso do Estado frente aos desafios sociais de um país como o Brasil. Entretanto, quando falamos sobre Mangueira, a primeira imagem nos remete ao samba, como se a favela tivesse algo que a caracteriza e a diferencia de forma autônoma de outras. A Mangueira se encontra com o samba e não se separa mais dele. Onde surge essa união?

De pronto posso dizer que não há resposta exata para a pergunta. Então onde estariam as pistas ou o elo que responde a questão do samba? O samba tem uma ligação direta com a cultura africana. Vem de lá os primeiros batuques. É a partir deles que o samba sofre um incremento da cultura brasileira tão rica e tem alterações no modo e no ritmo. Porém, a cultura do samba na Mangueira está muito ligada ao mundo religioso²⁶. O samba e

²⁵ Ver mais em SILVA, Marília T. Barboza; CACHAÇA, Carlos; OLIVEIRA, Arthur e da. *Fala Mangueira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1980.

²⁶ A palavra samba em quimbundo e em cangolês (dialetos africanos) significa reza, invocação, queixa.

o candomblé eram realizados nos mesmos terreiros, simultaneamente. Como a favela torna-se significado de locais pobres, precários e insalubres, além obviamente de se apresentarem como lugar onde a lei não se respeita, logo nela os negros também habitariam de forma maciça (ZALUAR; ALVITO, 2006). Esse somatório da cultura negra africana, o religioso e a cultura brasileira somente tornam-se algo a partir da prática e da alquimia desses ingredientes. São pessoas que tomando esse processo e com habilidades específicas, transformam a Mangueira.

Posso assegurar que a primeira característica associativa na Mangueira tem como ponto de liga o samba. É através desses espaços que o Morro começa a se identificar e que as pessoas se encontram. Descoberta pelo prazer do samba e a identificação pelas mesmas dificuldades vividas no cotidiano. Ainda que de forma rudimentar, a construção do modelo de associação da Mangueira tem neste hibridismo, entre religião e samba, seu módulo central.

O jongo pode ter sido o pioneiro nessa identificação da Mangueira com o samba. A prática era comum, ademais existiam inúmeros terreiros de candomblé que realizavam a dança. No Buraco Quente, uma das localidades da Mangueira até os dias de hoje, o terreiro de Tia Fé era famoso e recebia visitantes da cidade:

A Mangueira, desde seu surgimento, foi palco de manifestações de cultura popular como jongo, lundus e maxixes, aprendidos e difundidos, em sua maioria, na Festa da Penha. No carnaval, os moradores se divertiam nos cordões e nos ranchos e posteriormente nos blocos. O candomblé e a umbanda tinham muitos adeptos e alguns casebres da Mangueira serviam de templos, sendo o principal deles o da Tia Fé, em cuja casa se realizavam grandes festas (CONSTANT, 2007, p.46).

A primeira representação da Favela com o samba foi o Bloco da Velha Guarda da Mangueira. Passos ilustra de forma interessante esse período. A ligação do samba com a Mangueira é tão intenso que antes mesmo de possuir algum valor na música, a Mangueira já tinha adotado o estilo musical como seu:

Entre os anos de 1910 e 1913, quando o samba não tinha nenhum valor e nem pensava em Escolas de Samba, a Mangueira já despontava como pioneira dos carnavais cariocas. Naquela época já existiam aqui dois fortes aguerridos Cordões: Guerreiros da Montanha e Trunfos da Mangueira. O primeiro tinha sua sede na casa da Tia Chiquinha Portuguesa e o segundo na casa do Leopoldo da Santinha, ambas no Buraco Quente (PASSOS *apud* SILVA; CACHAÇA; OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Alguns Ranchos fizeram sucesso, como Pingo do Amor e Pérolas do Egito. Depois

vieram os blocos, em especial os que eram realizados no Buraco Quente, cujo nome já demonstrara sua representação na favela. Normalmente, o samba era improvisado, e sempre acontecia depois das festas de santos dos terreiros. (CABRAL, 1996).

Nesse ambiente de samba, repleto de grupos, cordões e ranchos, surgem pessoas que vão dar um salto na identificação da Mangueira com o Samba. O primeiro deles é Carlos Cachaça. Nascido (1908) e criado na Mangueira, Cachaça funda junto com Agenor de Oliveira, o Mestre Cartola, o Bloco dos Arengueiros (CABRAL, 1996). Esse bloco também traz consigo outras figuras muito importantes para o samba, como Seu Euclides, Massu, Pedro Caim, Zé Espinguela e Abelardo Bolinha. Desse bloco vai surgir a Estação Primeira de Mangueira. O nome refere exatamente a Estação Mangueira da linha férrea, pois a estação era de fato a primeira da linha férrea naquela direção. As cores da escola, verde e rosa, seria uma homenagem ao Rancho Arrepiado que o pai de Cartola saía em Laranjeiras.

O samba era tão forte na favela que no mesmo período surgiu outra Escola, a Unidos da Mangueira. Nomes fortes como Zagaia e Néelson Sargento eram compositores dessa escola. Percebendo que não era necessário a existência de duas escolas na Mangueira, logo todos estavam unidos em torno da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (SILVA; CACHAÇA; OLIVEIRA, 2003).

A partir da definição da Estação Primeira como a escola de todos os moradores da Mangueira, fica claro que o que move a favela é o samba. Qualquer outro motivo para a mobilização e para o associativismo local fica em segundo plano. É o samba que envolve os atores locais e que pode gerar a organização de coletivos na favela.

Com o passar dos anos, e com o advento do Governo Vargas, o incremento de uma política populista tem reflexo em algumas favelas, sobretudo na Mangueira. É justamente nesse momento de nossa história que outros atores e classes sociais enxergam o samba de outra forma. Em 1932, o Governo Vargas torna oficial o desfile das Escolas de Samba, que tem como 1ª Campeã a Estação Primeira de Mangueira. Em 1936, a primeira escola pública em área de favela é construída: a Escola Municipal Humberto de Campos, no Buraco Quente na Mangueira (MATOS; VARGAS, 1982). Nesse mesmo período, moradores se juntam em mutirão para a construção da sede da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (que só termina em 1953). Mais do que nunca, Mangueira e o Samba estão conectados e representam um ao outro (CABRAL, 1996).

Esse entrelaçamento entre samba e morro não só demonstrou um perfil da favela, mas sim uma modelo de fortalecimento do pertencimento e assim do aumento das chances de enfrentamento dessas condições a partir do samba. Na Mangueira não houve um simples

acaso histórico de encontros e desencontros, mas sim um hibridismo entre favela e samba que foi vanguarda na luta da Mangueira em toda a sua história.

Desde letras criadas para explicitar as dificuldades no morro e apresentar à sociedade as demandas reais que existiam, a letras com caráter de pertencimento, de valorização da sociabilidade local e do território. Nesse momento da história, tudo o que era pensado sobre Favela tinha como horizonte a resolução de um grave problema e a solução mais discutida e realizada consistia na remoção. Nesse sentido, a Mangueira terra do samba e dos bambas seria a “voz do morro” na luta contra esse modelo. E a importância do samba como propulsor de uma identificação coletiva revela a força do associativismo, que na Mangueira se traduz em letra:

Do palácio encantado é que chamo/Meu barracão em Mangueira/E essa vida eu tanto amo/Dedico à minha companheira/Sempre em seus olhos tristonhos/ A me esperar em sonhos/Eu me encontro em Mangueira/O meu palácio é de zinco coberto/Quando não choves estrelas sem fim/Vejo nos buracos do teto aberto/ Faz parecer que o céu é um jardim/E pelos olhos da minha querida/Creio que a vida talho-a pra mim/ Eu sou feliz por viver onde vivo/ Pois em Mangueira a vida é assim. (Palácio Encantado – Jurandir da Mangueira e Irson Pinto).

2.3 Mangueira-Favela: a realidade traçada nos becos e vielas

Mesmo vivendo sempre sob a batuta do samba e nos holofotes da cidade, a Mangueira nunca deixou de ter os problemas concernentes a uma favela. Localizada numa região da cidade que ano a ano foi acumulando demandas estruturais, sobretudo pela perda valorativa de São Cristóvão, a vida no Morro seguia com graves problemas de estrutura urbana. Segundo D^a. Áurea, moradora há mais de 60 anos do Parque Candelária (localidade da Mangueira), a população da Mangueira sempre viveu na expectativa de ver serviços básicos atendidos, como a as questões de Limpeza Urbana: *“Desde que me conheço por gente vejo os mesmos problemas... é lixo por todo lado. Isso gera doença... quantas vezes vi crianças com doenças aqui dentro simplesmente por não termos o básico...”* .

Essa e outras falas que pude ouvir e observar no trabalho de campo na favela da Mangueira levanta outras questões: a presença do samba poderia contribuir de forma positiva para o Morro? O associativismo criado e reforçado pelos laços da Estação Primeira traria algum olhar diferenciado para a tal “Favela do Samba”? O celeiro de compositores da música popular brasileira poderia ser um peso na definição de políticas públicas para esta favela? O envolvimento de políticos com a escola poderia trazer maiores investimentos para a favela?

Caminhando pela favela a percepção é a de que o samba e o fetiche pela Mangueira não contribuem para fazer da Mangueira uma favela diferente, sobretudo quando me refiro às condições de infraestrutura urbana e sociais. Ao contrário de favelas da Zona Sul do Rio em que a sua localização resulta em alguma diferença, seja pela mobilidade urbana ou pelo próprio retorno da sociedade civil (apesar de exibirem inúmeros problemas), na Mangueira o que se percebe é que a “coisa do samba” não gerou para os moradores (de forma mais ampla) mudanças nas condições de vida que fossem substanciais. Apesar de grandes figuras da nossa sociedade frequentarem a escola de samba (é histórico e comum a presença de governadores, prefeitos, deputados, intelectuais, artistas, um extrato importante da sociedade frequentar a Mangueira) e a enaltecerem, pouco ou quase nada de concreto muda na vida do mangueirense. No período da minha pesquisa, tanto o prefeito da cidade quanto o governador do Estado conviveram com as lideranças da escola, entretanto o impacto das relações políticas que tradicionalmente poderiam resultar em atendimentos direcionados, neste caso não se configura.

Na trajetória e no crescimento do morro, poucas intervenções do poder público aconteceram na Mangueira, especificamente. Diferente de outras favelas que lutaram permanentemente contra a onda remocionista do Estado em vários períodos, sobretudo onde os espaços que ocupavam estavam em áreas da cidade valorizadas (ou em processo de), a Mangueira não sofreu diretamente esse processo. Algumas favelas próximas, como a do esqueleto e a do Metrô foram totalmente aniquiladas pelo poder público. Acredito que aqui se combinam duas coisas: a localização e a marca do samba. Não estou afirmando que a Mangueira estava imune a onda remocionista que tomou conta do Rio, sobretudo nos anos 1960 e 1970. Entretanto, no curso da história, o bairro de São Cristóvão foi deixando de ser o berço da elite carioca. Parte considerável dessa elite já começa a se deslocar para a zona sul, especialmente a partir da década de 50, o que permite essa análise sobre a desvalorização do território.

Nesse sentido, as pressões políticas por parte da elite e as questões econômicas referentes ao mercado imobiliário já não fazem sentido no local onde a favela da Mangueira tem seu crescimento. Ao contrário disso, é nas favelas situadas em áreas centrais e na zona sul do Rio que sistematicamente estratégias no âmbito da remoção e extinção de favelas foram desenvolvidas e executadas. Existem casos emblemáticos dessa fase aguda do remocionismo no Rio de Janeiro, como a Favela Praia do Pinto (BURGOS, 2006), no Leblon.

Outra vertente que contribuiu para uma não intervenção, aqui pensada no sentido de

políticas de remoção e extinção de favelas, consiste novamente na relação Mangueira e samba. Todo e qualquer movimento no sentido de remover favelas esbarraria em problemas locais de resistência, que de alguma forma impactavam a vida política. Se a cada ano a Estação Primeira se consolidava como símbolo do verdadeiro samba carioca, mais complicado seria intervir no numa favela que carregava consigo tal representação. Intervir nesse contexto não interessaria a qualquer político da época.

De forma prática, além dos momentos de carnaval e dos empregos temporários que o carnaval-espetáculo gerou e gera até hoje, a ligação com o samba ganha outro ingrediente a partir do final da década de 1980. A Estação Primeira com o apoio do Estado começa a ser uma incubadora de Projetos Sociais. Como cita Costa (2003), é a partir da marca cultural do samba que a Mangueira mobiliza segmentos da sociedade. Para a autora, a Escola de Samba de alguma forma conseguiu ser mediadora no processo de inserção social de algumas famílias. Assim ela define a atuação e a importância da Escola de Samba na favela:

Foi por meio da marca cultural da Escola de Samba que a Mangueira expressou seu poder político, mobilizando segmentos da sociedade para a implantação de melhorias na qualidade de vida na comunidade. (AUTOR, 2003, p. 158).

Caminhando na Mangueira desde 2011 e conhecendo a prática dos projetos sociais na Escola de Samba e o que ela significa hoje, é possível ter argumentos que sigam na contramão da análise de Costa (2003). No mapeamento de Instituições feitas para a pesquisa, fica nítido que os projetos sociais realizados na quadra se sobrepõem a outros tantos realizados por ONGs locais, Instituições Religiosas e Poder Público. Nesse sentido, mais uma vez a Mangueira enquanto favela apresenta problemas estruturais de ordem urbana semelhantes as demais favelas que não possuem a marca cultural do samba tão propalada.

Outro importante equipamento criado em 1987 para atender a Mangueira foi a Vila Olímpica da Mangueira (GONÇALVES, 2003). Ligado à estrutura de projetos sociais da Escola de Samba, a Vila foi patrocinada durante muitos anos pela empresa XEROX e hoje tem seu sustento baseado no programa “Petrobrás – Esporte e Cidadania”, que patrocina uma série de modalidades, dando suporte financeiro ao trabalho desenvolvido.

Mesmo tendo espaços conservados e com uma boa estrutura, a Vila Olímpica da Mangueira não consegue ser um grande centro catalisador dos jovens da Mangueira. Vale a ressalva que não pretendo esvaziar o trabalho da Vila Olímpica, mas sim contrapor a ideia de um lugar central e transformador da Mangueira. Mais uma vez, a dificuldade em integrar setores e criar políticas articuladas no território, resulta em sobreposição de projetos e de

modalidades esportivas. Ademais, a Vila atende a todo o entorno da Mangueira, como Maracanã, São Cristóvão e algumas áreas próximas ao bairro.

A Vila tem ainda um ingrediente a mais nessa discussão, que é a presença permanente do Deputado Chiquinho da Mangueira em seu cotidiano. Todo o controle político é organizado pelo deputado, que diariamente utiliza na parte da manhã as instalações da Vila como seu gabinete político, atendendo os moradores da região.

No que se refere a organização associativa, a unificação das associações da Candelária, do Chalé, dos Telégrafos, do Sinimbu em torno da associação do Buraco Quente ainda não se consolida, justamente pelo esvaziamento das ações em outras localidades que não seja o Buraco Quente. Além disso, a saída conturbada de Mano (em Maio de 2012) não contribuiu para a estabilização desse processo. Mesmo com a institucionalidade respeitada nesse processo (a vice-presidente Ana assumiu em seu lugar), a saída repentina deu margens para boatos de corrupção e de que teria sido o tráfico o responsável pelo desfecho dessa história.

2.4 Mangueira, a cidade e as intervenções de urbanização: destaque para as obras do Favela-Bairro e PAC 1

Na década de 1990, algo muda a história das favelas no Rio de Janeiro. O governo pela primeira vez começa oficialmente a cadastrar as favelas. O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, órgão ligado à prefeitura do Rio de Janeiro, que tem como uma de suas funções sistematizar e organizar os dados municipais, é o responsável por esse cadastro. Abre-se a possibilidade de um olhar novo sobre favelas, isto é, o cadastro de favelas está intimamente ligado à construção de um plano de integração da cidade, mesmo que ainda embrionário. Não mais a lógica da extinção de favelas, mas sim planejar intervenções urbanas capazes de melhorar as condições de vida daquela população. Esse cenário começa a se desenhar no fim dos anos 1980:

A percepção de que seria necessário um programa de intervenção global nas favelas já estava presente na formulação do Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos Irregulares do Município do Rio de Janeiro, durante a gestão de Saturnino Braga, o qual também enfatizava a necessidade de integrar as favelas à cidade. (BURGOS, 2006, p. 47).

Em 1992, o prefeito Marcello Alencar ao lançar o Plano Diretor da Cidade coloca o tema da integração de fato em pauta. Burgos (2006) explicita o cerne do Plano:

No plano, o problema favela seria objeto de uma ampla discussão, e a solução nele contida não apenas privilegia a via urbanizadora, mas também prescreve para as favelas uma nova identidade: a de bairros populares (2006, p.48).

A discussão desse Plano Diretor é definidora para uma nova postura do poder público sobre favelas. Até esse momento, as políticas públicas caminharam no sentido de afirmar a favela como um “não espaço”, uma anomalia no seio da cidade, um grave problema que precisa ser corrigido. Os artigos do Plano Diretor deixam claro esse novo viés, que apesar de não resolver os problemas, apontava agora um caminho real e que reconhecia as pessoas que moravam nas favelas.

O artigo 38 do Plano Diretor, que define a política habitacional a ser adotada no município, além de prescrever a necessidade de implantação de lotes urbanizados e de moradias populares, também prevê a urbanização e a regularização fundiária de favelas e loteamentos de Baixa renda (BURGOS, 2006, p.48).

Esse é marco zero para a formulação, a partir de 1993, do Geap (Grupo Executivo de Assentamentos Populares) já no governo do prefeito César Maia. Desse Grupo de Trabalho nasce o programa Favela-Bairro. O escopo de atuação estava voltado de fato para o território “O Favela-Bairro tem por princípio intervir o mínimo possível nos domicílios, definindo-se como um programa eminentemente voltado para a recuperação das áreas e equipamentos públicos”. (BURGOS, 2006, p.49).

Esse programa chega a Mangureira em 1998, já numa segunda leva de favelas a receber as intervenções. Entretanto, desde 1996 os primeiros diagnósticos são realizados a fim de desvendar as principais demandas da favela. Segundo Casé (1996), a premissa do Favela-Bairro repousa na integração da cidade e se divide em objetivos:

O princípio básico do programa reside na idéia de integrar as favelas à cidade. Trata-se de uma importante mudança de perspectiva no tratamento dado a áreas de habitação de populações de baixa renda. [...] o programa persegue cinco eixos fundamentais: dotar a favela de infraestrutura básica, construindo ou melhorando o sistema básico e o sistema viário; trazer para dentro da favela os elementos urbanos que caracterizam a cidade como um todo: ruas, praças e etc.; incluir a favela no planejamento global da cidade, de modo que cheguem normalmente serviços e atividades relacionadas à saúde, educação, cultura, com em todos os bairros da cidade; desenvolver atividades especiais considerando o baixo nível de renda de sua população, como creches, programas de geração de renda, facilidade para o acesso a atividades esportivas..; e finalmente, a regularização fundiária, assegurando aos seus moradores a permanência no local. (CASÉ, 1996, p. 28 e 29).

O destaque ao Favela-Bairro se deve em primeiro lugar a proposta de intervenções urbanas amplas que objetiva, além de ser um vultoso programa na Mangureira. São

intervenções que transformam parte do território. Desde a discussão da preservação da memória local, passando pela construção de equipamentos públicos e criação de vias que integrem todas as localidades:

A Avenida Cartola permitirá a integração das vias que chegam ao alto do morro e do acesso de entrada lateral do morro dos Telégrafos. Será uma via adequadamente iluminada e arborizada, e nas áreas mais amplas, em suas margens, seriam constituídos largos/mirantes. (CASÉ, 1996, p.64).

Grande parte do que estava previsto foi realizado. Existia no escopo da favela- bairro a obrigatoriedade de construção de uma creche, justificada pelos índices brasileiros, ainda muito baixos, de atendimento na educação infantil. Nas favelas essa deficiência é ainda mais grave e impacta em toda estrutura familiar. A demanda por mais vagas era ainda maior.

Assim, as obras de urbanização mesclavam-se com a construção de equipamentos públicos e áreas de lazer no seio da favela. E na Mangueira o programa atuou em várias frentes e em diversas vertentes. Foi construída uma Creche (Mestre Tinguinha), ruas foram abertas, praças e áreas de lazer para as crianças, urbanização de localidades e construção de unidades habitacionais. As obras são de grande monta.

O programa Favela-Bairro referenda o conceito de integração, apesar de não ser suficiente para mudar a história daquele lugar. Nesse mesmo período, os Grupos Armados que controlam o tráfico, estão em seu apogeu. Na Mangueira, é o Comando Vermelho (CV) que dá as cartas. Vale ressaltar que é nesse cenário, de confrontos permanentes, que essas intervenções se realizam e são concretizadas.

Contudo, mesmo com um investimento tão grande na favela, o tamanho do desafio é igualmente expressivo, o volume de demandas é enorme, e muitas vezes, um programa como esse de grande envergadura, pulveriza-se no meio da favela. Mesmo assim, os avanços do Favela-Bairro são incontáveis para os moradores. Observando os moradores e conversando com alguns, noto que meu olhar não consegue enxergar as melhorias como alguns ainda a vêem. Pude conversar com uma senhora nos Telégrafos que mora num beco estreito e sem nenhuma circulação de ar. Perguntei sobre com era a vida naquele lugar, e distante daquilo que esperava, naturalmente saiu um *“a mangueira é boa de morar... tá tudo legal...já melhorou muito aqui meu filho”*. Essa história eu não vi, por isso, mesmo sendo a casa dessa senhora em um beco escuro e apertado, e ainda muito distante daquilo que eu entendo ser o ideal para um ser humano morar, para ela as coisas avançaram. Além dos laços afetivos com aquele lugar, ela sentiu as mudanças e viu de perto as transformações.

Para além do enorme passivo que há nas favelas, um dos grandes gargalos nas intervenções realizadas nas favelas é a manutenção. Como não há um conhecimento real da situação das favelas e nem planejamento do setor público que inclua a favela em seu orçamento como o restante da cidade, esses espaços vivem de programa em programa. Tanto os equipamentos quanto as intervenções são precarizadas ao longo do tempo. A justificativa incoerente e frágil, cita o domínio do território por grupos armados de impedirem a manutenção com a constância necessária nessas áreas. O dilema é que o Estado permitiu a perda desses territórios, não garantindo o direito à segurança dessa população. De fato, qualquer trabalho em território “minado” é muito mais difícil que noutro território normal, porém a justificativa reforça a distância do olhar do poder público para esses espaços da cidade.

2.5 A marca presente e o domínio de grupos armados: o tráfico e as relações na Mangueira

No processo histórico já comentado aqui, as décadas de 1980 e 1990 foram apresentadas como períodos de ampliação acelerada dos grupos criminosos, sobretudo nas favelas cariocas. A Mangueira não fugiu a regra. Mesmo sem ter dados comprobatórios, muitos interlocutores apontaram uma diferença substantiva na relação de tais grupos com a Mangueira: o tráfico familiar. As relações de parentesco perpassam a formação do tráfico, e a proximidade com os moradores é percebida nas conversas e nas caminhadas que cotidianamente fazia na favela.

Nas conversas em que o assunto do tráfico surgia, o discurso, via de regra recaía em ligações familiares. Alguns dos meus interlocutores, egressos desse coletivo e também do sistema prisional, retornaram a favela e continuam suas vidas, reconhecidos pela vizinhança, criando seus filhos e sendo respeitados pelos “meninos” diante da nova opção de vida. Essa relação com a comunidade, com os parentes e vizinhos, não significa aprovação do modelo de governança local impresso pelo tráfico, nem mesmo uma proteção sem critérios. O que determina uma postura protecionista em primeiro lugar diz respeito à relação criada com o tempo, e a histórica relação conflituosa com a Polícia Militar, que durante anos foi pautada pela guerra e pelo desrespeito aos direitos das classes populares, sobretudo dos moradores de favelas.

Essa proximidade na Mangueira e em todas as favelas do Rio normalmente é

identificada como sendo uma convivência ao crime, uma vez que esses territórios são tidos na sociedade como espaços da violência e do crime. Machado da Silva e Leite (2004) conseguem definir com exatidão essa sociabilidade estereotipada que existe sobre as favelas:

Os moradores das favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens - relação de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. - e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004, p. 549).

Portanto, não seria um exagero considerar que na Mangueira as relações com o tráfico são pautadas pelas relações de consanguinidade, característica da favela. Em minhas andanças e encontros, eram nítidos a relação dos moradores com a favela e com seus vizinhos. Presenciei vários exemplos desse modelo de ocupação. Muitas famílias possuem parentes na favela. Márcia, liderança, nascida e criada na Mangueira conta a história a partir da chegada de seus pais na favela (oriundos de Leopoldina/MG) das dificuldades de infraestrutura existentes e a permanência de todos no morro. Também é relato dela a participação de um membro de sua família no tráfico, o que também serve como mostra de um discurso comum na Mangueira.

O grau de poder e domínio do tráfico e o nível de interferência nas relações existentes pode ser lido através de várias lentes, com outras tantas variáveis de interpretações. Na minha leitura, o que foi possível perceber, ver e ouvir nesses dois anos dão pistas claras de uma relação de domínio, apesar da existência de alguma liberdade de ação na relação, sobretudo, com o poder público.

Essa atuação resignada e orientada pelo tráfico não é novidade. A bibliografia que trata do tema identifica essa ingerência do tráfico principalmente nas associações de moradores. Na Mangueira, a relação das associações com o tráfico se revelou imediatamente. Na fala de um ex-presidente de associação de moradores surge a relação de proximidade, como também as dificuldades inerentes a essa relação de poder que determina o nível de interferência:

A minha relação com o tráfico é assim: eles lá e eu cá. Não quero ajuda de nada [...] apesar de que as vezes fica difícil ficar negando...mas eles entendem que o meu caminho é outro. Fui criado junto com o Polegar²⁷, conheço ele desde criança... A relação não é fácil. Uma vez eu fui trabalhar na favela X e lá o grupo que controlava era a ADA, inimigo do pessoal daqui²⁸. Lá não tinha problema não, eles não me

²⁷ Polegar era o chefe do tráfico na Mangueira até o ano de 2011, quando foi preso no Paraguai.

²⁸ A Mangueira é controlada pelo Comando Vermelho.

perturbavam, mas aqui, várias vezes tive que explicar o que fazia na favela tal, que era um trabalho, que eu não era “X- 9”²⁹. Algumas vezes tive que ficar fora do morro. (JOAQUIM, entrevista em 13/11/2012).

É preciso sublinhar que essa relação de parentesco e proximidade esbarra em duas questões importantíssimas para o entendimento dessa dinâmica na atualidade. A primeira diz respeito à mudança na relação com os moradores. A antiga prática assistencialista dos traficantes não é tão usual pela nova geração. Uma entrevista³⁰ do antigo chefe do tráfico da Mangueira nos anos 1980, Tuchinha, revela os métodos utilizados por ele na favela:

Antigamente, os moradores me respeitavam por causa da minha filosofia: respeitar a comunidade. Eu tenho amor pela Mangueira. A minha gestão no morro foi de não entrar em confronto. Todos os moradores lá me conhecem e sabem como eu sou. A polícia tem que aprender que deve respeitar para ser respeitada - ensina o ex-traficante. (*O Globo*, p. 12, abril de 2013)

Alguns códigos são rompidos, e outros são criados em seu lugar. Assim como os jovens do século XXI, os “meninos”³¹ também possuem uma lógica diferenciada, que muitas vezes causa um desconforto para os antigos moradores. Joana³², moradora nascida e criada na Mangueira descreve as diferenças entre os traficantes da década de 1970 e 1980 para os da atualidade:

Se respeitava mais os moradores. Antigamente você sabia quem era do crime, mas você não via arma. As armas eram menores e ficavam escondidas. Hoje são fuzis em todo lado, e eles mesmo não respeitam os moradores mais. Não tinha essa coisa de usar drogas em todo lugar. A gente sabia que fulano usava, mas a gente nunca viu o fulano usar. (JOANA, entrevista em 12/04/2013)

Entretanto, alguns preceitos básicos que dizem respeito ao cotidiano da favela ainda prevalecem, como não interferir na vida do morador comum ou do trabalhador que entra e sai da favela todos os dias.

A segunda questão é extremamente delicada, pois se refere à relação dos moradores e das lideranças (seja ela qual for) com a UPP. A própria estratégia de segurança implementada através da UPP mexeu na organização dos traficantes locais, e na própria organização criminosa que os abarca, em especial a organização do Comando Vermelho

²⁹ X-9 é uma gíria usada no Rio de Janeiro para designar o alcaguete.

³⁰ A entrevista completa é encontrada no site: <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-21-anos-presos-tuchinha-que-comandou-venda-de-drogas-na-mangueira-tem-carteira-assinada-pelo-afroreggae-2705707#ixzz2akI6PY8H>>.

³¹ Os grupos criminosos locais são formados majoritariamente por jovens e homens. Assim, a forma de falar do tráfico na Mangueira e em outras favelas é a designação de “meninos”.

³² Joana é um nome criado pelo autor para proteger a identidade da moradora.

(CV). Segundo relato de alguns moradores, “meninos” de Manguinhos chegaram à favela e se juntaram aos “meninos” dali que não saíram com a pacificação. Sobretudo na Mangueira, esse novo arranjo, com chegada de traficantes de outras favelas, mexe nas fronteiras e códigos internalizados por todos.

A segunda questão é extremamente delicada, pois se refere à relação dos moradores e das lideranças (seja ela qual for) com a UPP. A própria estratégia de segurança implementada através da UPP mexeu na organização dos traficantes locais, e na própria organização criminosa que os abarca, em especial a organização do Comando Vermelho (CV). Segundo relato de alguns moradores, “meninos” de Manguinhos chegaram à favela e se juntaram aos “meninos” dali que não saíram com a pacificação. Sobretudo na Mangueira, esse novo arranjo, com chegada de traficantes de outras favelas, mexe nas fronteiras e códigos internalizados por todos.

Dessa forma, não foi difícil presenciar os medos e desconfortos causados pela aproximação com a polícia e pela nova composição do tráfico local. Dois episódios ocorridos durante a minha pesquisa e com interlocutores próximos exemplificam essa questão. Ambas tratam de ameaças feitas pelo tráfico que resultaram na saída da favela de moradoras nascidas nela. No primeiro caso as ameaças foram feitas à moradora de forma recorrente, que escolheu não arriscar:

Vieram falar comigo que eu estava sempre na UPP e que o pessoal tava achando que eu era leva e traz. Meu trabalho me fazia, de vez em quando, entrar na UPP, normal... minha mãe ainda pediu para um parente meu ligado ao tráfico para falar com os caras... ele disse que tava tranquilo, mas preferi não arriscar...minha mãe também achou melhor eu sair... tenho filho pequeno. (MARIA, entrevista em 15/06/2013)

No segundo caso, os relatos são mais detalhados. A ameaça refere-se a mesma questão, ou seja, relação com policiais da UPP. Diferencial nesse episódio é a montagem de um “tribunal do tráfico” para julgar o caso:

Me acusaram de estar me relacionando com policiais da UPP. Expliquei que meu trabalho é social, que penso nas crianças. Fui levada lá pra cima, tive que me explicar pra eles [...]o que me salvou foi eu conhecer alguns deles e falar um pouco da minha família no morro...todo mundo nos conhece...me afastei de lá um tempo, mas não vou deixar a Mangueira. (CARMEN, entrevista em 15/06/2013).

Uma análise possível a partir desses relatos é a de que a proximidade física e constante dos policiais nas favelas com a instalação da UPP e sua estratégia de implementação, como exemplo a tal “guerra avisada”, permite a reorganização do tráfico nesses territórios,

transformando as formas de dominação.

Nesse sentido, os moradores continuam na fronteira entre o conivente e o alcagüete. Para a polícia, a não colaboração com a nova estratégia de policiamento é identificada com a velha máxima da convivência dos favelados com o crime (MACHADO DA SILVA, 2005). Para o tráfico, essa aproximação é sinal de rompimento de códigos intrínsecos à favela. A acusação de X-9³³ é um dos piores cenários. Nesse panorama, o limite da relação é praticamente o de não relacionar-se com a UPP.

Nos esquemas políticos, sobretudo nos períodos eleitorais, a lógica do tráfico também tem um peso preponderante. Não me refiro aqui a estratégias de eleger representantes diretos e controlar as votações, como acontece nas áreas de atuação e domínio das milícias, mas sim o estabelecimento do controle e autorização para atuação dos candidatos e seus cabos eleitorais. Num dos encontros cotidianos, perguntei sobre a relação do tráfico com a política. Um integrante do PMDB Comunitário explicou como funcionava o esquema:

Quando o ‘Menor’³⁴ estava aí, quem quisesse vir fazer campanha tinha que ter a autorização dele...tinha que deixar um dinheiro. Depois do acordo, só ficava as placas do candidato X. Alguns cabos eleitorais de outro candidato poderiam até colocar as placas, mas no dia seguinte tava tudo tirado... num sobrava uma. (JAIRO, entrevista em 05/11/2012)

Uma matéria do Jornal O Globo³⁵ publicada em novembro de 2012 sobre as últimas eleições municipais em favelas com UPP fez uma análise interessante, e que reforça a relação do tráfico com a política. Segundo o levantamento do jornal, houve uma pulverização dos votos para vereadores em áreas de UPP em comparação com favelas que ainda não receberam as unidades. Nos dados de O Globo, o percentual recebido pelo primeiro colocado, em média, gira em torno de 8%, enquanto nas favelas sem UPP o número sobre para cerca de 13%.

O voto do carioca para vereadores em comunidades pacificadas é mais bem distribuído do que em favelas ainda dominadas pelo tráfico ou pela milícia. É o que aponta um levantamento inédito feito pelo GLOBO a partir dos resultados, por seção, da votação na última eleição. Em regiões onde não foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a diferença do primeiro para o segundo colocado nas urnas é de 6,5 pontos percentuais, contra 3,5 nas localidades beneficiadas com o projeto. O que indica mudança no voto pós-UPPs (*O Globo*, p.

³³ Termo usado no Rio de Janeiro para definir os alcagüetes.

³⁴ “Menor” era o termo utilizado para falar de Polegar antigo chefe do tráfico da Mangueira.

³⁵ Ver a matéria completa em: <<http://oglobo.globo.com/pais/liberdade-politica-reforcada-com-implantacao-das-upps-6694944#ixzz2aqS4TbJ8>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

06, nov. 2012).

É fundamental entender que esse processo de instalação das UPPs e a reorganização das dinâmicas locais é extremamente recente e está em plena ebulição, o que de alguma forma indica um viés à pesquisa. A nova organização do tráfico e seu modelo de atuação seguem no mesmo sentido, buscando um novo formato e um novo modelo de atuação frente à estratégia utilizada pelo Estado. A perspectiva de análise da pesquisa permanentemente procura trazer essa realidade no desenvolvimento dos objetivos.

2.6 Algumas referências do movimento associativo na Mangueira

Levantando minha questão a partir desse olhar sobre o que é a Mangueira enquanto favela, e os objetivos da pesquisa, recuperar um pouco a participação associativa e a sociabilidade que existe nessa favela é central. Até mesmo para pensar os impactos da UPP nos arranjos associativos e políticos se faz premente trazer alguns dados do passado.

Desde 1968, o movimento associativo atua na Mangueira. Isso não a coloca na vanguarda das favelas, pois afinal de contas outras tantas desenvolveram estratégias de luta e suportaram desafios na mesma proporção. As fontes³⁶ que consultei trazem dados com maior clareza a partir da década de 1980.

Remontar o histórico das associações comunitárias da Mangueira está sendo um exercício muito complexo. Em minha inserção etnográfica, tento através de entrevistas, de diálogos cotidianos e da bibliografia pesquisada, desenhar um mosaico coerente dos fragmentos que colhi (H. SILVA, 2001). A criação das associações é descrita no livro que serviu de diagnóstico para o Favela-Bairro da Mangueira:

A primeira associação de moradores surgiu na Candelária em 14/07/1968. No ano seguinte, foi criada a dos Telégrafos. Os moradores da Mangueira criaram a União de Moradores da Mangueira Pró-Urbanização em 07/08/1971 e em 08/06/1994 a associação do Chalé. (CASÉ, 1996, p. 45).

Com os dados ofertados na obra de Casé (1996) é possível perceber que o momento de criação das associações de moradores não é antigo, e justamente nasce no crucial ano de

³⁶ As fontes aqui são as lideranças das associações, a rede do partido, os representantes das instituições e alguns moradores que se tornaram amigos pelo convívio diário.

1968, ano este que a ditadura civil-militar amplia a rigidez³⁷ e diminui a zero, as instituições democráticas. Outra questão importante é que a primeira associação criada é na Candelária, o que pode ser um dado interessante quando mapearmos as lideranças na Mangueira. Ainda mais recente é associação do Chalé (1994), já na década de 1990.

As referências do passado associativo surgem quando entrevisto Kelly, ex-diretora da Associação de Moradores da Candelária, Celso Péres, ex-presidente das associações do Buraco Quente, Candelária e Telégrafos e Márcia, liderança atual da localidade do Chalé. Todos têm mais de 40 anos e são nascidos e criados na Mangueira. Suas famílias também permanecem até hoje espalhadas na favela. Como diz Kelly, *“a família Louzada está por toda parte”*.

Antes de avançar na análise dos dados, é preciso ressaltar o personagem Celso Péres, justamente por representar a conexão da política com as associações, e sua própria biografia partidária. Celso esteve à frente de alguma associação durante quatro mandatos, o que representa 16 anos no comando dos interesses de tais instituições. Quando lembro que a primeira associação nasce em 1968, Celso Péres, ganha ainda mais importância.

A biografia política de Celso Péres é extensa. Iniciou seu processo no Partido dos Trabalhadores (PT), segundo ele, partido muito ligado aos intelectuais e que não conseguia colocar em prática suas estratégias. Afirma ter sido um período importante para seu entendimento da política. Depois, já no governo de Brizola no Estado do Rio, Celso migra para o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Segue no partido durante um bom período, chegando ao governo de Garotinho em 1999. As opções posteriores são menos ideológicas e mais pragmáticas. Já existe no imaginário de Celso a ideia de concorrer a uma vaga no pleito municipal. É como ele mesmo explica essas mudanças todas: *“Não tem partido, tem comunidade”*.

As mudanças partidárias continuaram em marcha. Celso segue para o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), depois para o Partido da Mobilização Nacional (PMN), onde concorre a um cargo na vereança do Rio na eleição de 2008, e enfim, se junta ao PMDB inserindo ainda mais energia as estratégias eleitorais do partido que comando o Rio de Janeiro desde 2006. Celso é protagonista na Mangueira, mantendo uma ligação permanente com o movimento associativo na favela.

Nos casos de Kelly e Márcia temos outros cenários. Kelly também é filiada a um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a história está ligada a sua ligação com

³⁷ Decreto do Ato Institucional n. 5, que encerra qualquer possibilidade democrática no país. Ver mais em REIS, Daniel Aarão. Ditadura, esquerdas e sociedade. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

trabalhos sociais na década de 1980 e 1990. Já Márcia participa atualmente do PMDB Comunitário, apesar de ser referência há algum tempo no Chalé, mesmo sem a formalidade partidária.

As entrevistas conseguiram recuperar um pouco do tecido associativo. Na Mangueira esse coletivo trata basicamente do movimento das associações de moradores e de algumas instituições locais, especialmente a partir do crescimento das ONGs a partir dos anos 1990 (LANDIM, 1993). Todavia, a atuação de tais grupos não aparece nos relatos, o que pode significar uma atuação tímida, restringindo suas ações às localidades³⁸ de origem.

Do passado histórico do associativismo é possível perceber que as associações representam o centro desse processo. Nas décadas de 1970 e 1980 a prioridade é a luta por urbanização e pelos direitos básicos dos moradores. Além disso, esses coletivos centralizavam os poucos serviços ofertados, dando organicidade ao processo. Kelly descreve bem esse período na Mangueira. A associação de moradores era o centro de todo esse processo:

A gente não tinha infraestrutura. Era muito pior...era esgoto a céu aberto, valões mesmo...a gente pagava luz na Comissão de Luz..a operadora dividia a energia fornecida pelos moradores, era pago em carnê...pouca gente tinha televisão...lembro que com 11 ou 12 anos eu colocava várias crianças na minha casa para assistirem sessão da tarde. (KELLY, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 12 jun. 2013)

Os encontros eram pautados pelas demandas prioritárias, e a mobilização dos moradores era feita através de reuniões, que na opinião de todos existia, mas não de forma sistemática. A união dos moradores, segundo Kelly e Márcia, era muito maior, o que criava um ambiente positivo para participação dos moradores. Para elas, a necessidade comum a todos e a criação, aproximavam as relações. Outro entrave é a lentidão do poder público e as promessas não cumpridas, que geram uma profunda descrença nas relações:

Os moradores eram mais unidos. A gente tinha esgoto a céu aberto, mas a favela era limpa. Aprendi com a minha mãe a limpar o beco. Hoje, você está vendo aí, está tudo sujo, as pessoas estão mais individualistas [...] essa correria do dia a dia deixa a pessoa assim, pensa na sua porta e não quer nem saber o que está acontecendo do lado. [...] Muitos moradores não participam de nenhuma reunião pois já se cansaram. Quantas vezes foram convidados a participar e viram promessas de políticos. (KELLY, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 12 jun. 2013)

A entrada de projetos sociais (ROCHA, 2009) tem relação direta com o trabalho de

³⁸ O que estou chamando aqui de Localidade diz respeito a áreas específicas, que juntas definem atualmente o complexo da Mangueira.

alguns presidentes. Na Candelária, por exemplo, o presidente Jorge Arruda é apontado por Kelly como fundamental para a organização associativa da favela num período em que nada chegava com facilidade. Esse movimento era central para a legitimação da associação e o que dela era derivado.

Jorge Arruda foi um puta presidente. Foi com ele que eu comecei a trabalhar na associação. Ele era amigo da minha mãe e estava precisando de uma pessoa para ajuda-lo na organização da associação e em sua agenda, como uma secretária. Aprendi muito com ele. Ali que eu comecei a ver a questão dos projetos sociais. Nessa época, década de 1980, a associação estava cadastrando mulheres para fazerem a laqueadura, cadastrava para o recebimento de cestas básicas [...] um movimento grande. A gente avisava tudo pela rádio-poste. Ele era quem buscava tudo. (KELLY, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 12 jun. 2013)

A unificação das associações tem ligação direta com a intensificação e ampliação dos grupos criminosos na Mangueira. Vale ressaltar que estratégias de cunho político também acreditavam na unificação como forma de fortalecimento das demandas, entretanto para as pessoas que participavam de tais coletivos, a interferência do tráfico determina o modelo de atuação, afastando líderes do processo.

No final dos anos 1980[...] em 1989, eu estava de saída da associação para ter minha filha, e foi justamente na época de saída do Jorge Arruda. Esse já era um período de intensificação do tráfico [...] são eles que dão as ordens [...] aí não dá mais [...] o Jorge seguiu a vida dele na Fundação Bento Rubião, e eu tinha me descoberto nos projetos sociais. (KELLY, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 12 jun. 2013)

Esse interesse do tráfico em controlar as associações tem íntima relação com o volume de recursos que transitam, normalmente, pelas associações. Rocha (2009) faz referência a várias pesquisas apontam para esse olhar do tráfico sobre os recursos que circulam nas favelas:

Dados coletados nesta e em outras pesquisas (ZALUAR, 2004; LEEDS, 2003; MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004) apontam que os traficantes se aproximam das associações de moradores visando controlar os recursos de que essas dispõem. Os recursos podem ser financeiros (repasse do poder público, contribuição mensal dos moradores, etc.) ou de poder (indicação de pessoas para trabalhar em projetos do governo ou de ONGs, influência sobre a gestão desses projetos, etc.). (ROCHA, 2009, p. 62).

O surgimento de ONGs e o avanço de projetos sociais voltados para a Mangueira, de alguma forma reorganizam as relações, ampliando a relações associativas para além das associações de moradores. A Vila Olímpica da Mangueira e os projetos sociais da Escola de

Samba nascem justamente no final dos anos 1980. Projetos oriundos do poder público também fazem parte do espectro de ações dos anos 1990, sobretudo na perspectiva da urbanização. Com isso, uma maior participação de políticos insere outra dinâmica nas relações.

Nas décadas de 1990 e de 2000 surgem instituições importantes na Mangueira, como a Associação de Meninas e Mulheres do Morro da Mangueira, a Casa de Cultura e Referência Afro-Urbana - CCRAU, a Casa das Artes e o Centro Cultural Cartola. Mesmo no ápice do poder bélico dos grupos criminosos e a forte ingerência nos assuntos da favela, as ações coletivas permanecem buscando uma organização e um modelo de atuação que consiga equilibrar as interferências do tráfico frente às prioridades da favela.

Atuando de forma transversal, a Escola de Samba desempenhou papel importante na articulação da ação coletiva na Mangueira. Vários encontros são promovidos com a chancela do samba. A marca Mangueira é usada para a produção dessas articulações, resultando na participação de outros atores no cenário do associativismo local.

Esse breve histórico indica pistas importantes quando comparados ao objeto da pesquisa, isto é, a atuação das UPPs na produção de novas relações, possibilitando a criação de novo modelo associativo, ou não interferindo nas relações já consolidadas na favela.

2.7 Localidades da Mangueira: as várias mangueiras. O oficial e o identitário.

As definições do termo favela sempre foram marcadas pela representação da ausência, do vazio, do lugar da “não cidade” e da pobreza de seus habitantes (SILVA, 2009), local historicamente demarcado pela oposição em relação ao significado de cidade. Favela era uma deformação dentro da cidade, o que indicou por um bom tempo que deveria ser extinta. Esse processo ainda está em curso, visto que pelo senso comum, as favelas ainda representam uma anomalia urbana. O próprio IBGE define as favelas como *aglomerados subnormais*, forma de classificação que evidencia a identificação da favela como algo fora do padrão de “normalidade”.

Outra marca que ainda permanece no imaginário daqueles que não residem em favelas é o conceito de homogeneização desses espaços populares. É comum ouvir um discurso ou até mesmo uma proposta no sentido de estratégias de políticas públicas para as favelas, carregadas desse conceito. No seminário que virou uma publicação importante sobre favelas a questão da homogeneização do termo é colocada:

Outro elemento peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização. Presentes em diferentes sítios geográficos – em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas – e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos [...] com variadas características sócio ambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto, é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular (SILVA, 2009, p.16).

Por isso é necessário caracterizar o que de fato compõe a favela da Mangueira. Esse espaço que carrega consigo a marca cultural do samba tem uma construção histórica que dá pistas para entender sua formação, cada localidade, e suas diferentes características. É importante definir na pesquisa o termo localidades. Muitos autores a usam e podem sim utilizá-la de forma diversa a minha. Por isso, prefiro aqui citar primeiro uma definição de Anthony Leeds e depois uma complementação do próprio Alvito (2006):

Os *loci* de organização visivelmente distintos, caracterizados por coisa tais como um agregado de pessoas mais ou menos permanente ou um agregado de casas, geralmente incluindo e cercadas por espaços relativamente vazios, embora não necessariamente sem utilização (LEEDS *apud* ALVITO, 2006, p. 183).
A característica fundamental das localidades seria o fato de constituírem pontos nodais de interação, onde há uma rede altamente complexa de diversos tipos de relações. Estes seriam, sobretudo, laços de parentesco bastante próximo, amizades mais significativas, parentela ritual e vizinhança. (ALVITO, 2006, p.183).

Caminho na linha dos autores citados acima para falar sobre localidade. Essa definição é importante, pois as localidades na favela revelam uma série de dissonâncias e de heterogeneidades que uma favela internamente pode ter. Esse conceito contribui para rebater qualquer tentativa de homogeneização das favelas, muito comum na sociedade. Cada favela é uma favela e desvenda ainda muitas diferenças dentro de si mesmas.

Definido a forma como vou tratar o termo localidade, passo agora ao “imersão” dentro da Mangueira. Como já citado aqui, a história da ocupação e as primeiras nomenclaturas ligam três eixos principais: as linhas telegráficas, a fábrica de chapéus e o grande número de mangueiras que existiam no morro. É bom voltar na linha do tempo, justamente para entender como algumas marcas são tão fortes na construção da identidade dos moradores da Mangueira. Vale ressaltar também que mesmo com as diferenças existentes intra-favela, a marca Mangueira está impressa em todas elas. Não existe uma superação da identidade local sobre a identidade macro, como uma ideia de viver em outra favela que não a Mangueira. Os signos construídos ao longo da história são extremamente fortes no espaço que pesquiso.

Existe uma diferença clara entre o que está na base de dados oficiais da cidade do Rio de Janeiro e no reconhecimento dos moradores. Nas caminhadas pelo morro, desbravando o território ainda segundo a lógica formal, percorri as áreas segundo o cadastrado no SABREN³⁹, certo de que a realidade seria outra, sobretudo pela defasagem desse cadastro frente às mudanças no tecido urbano das favelas. A dinâmica complexa das alterações no morro não consegue ser acompanhada pela lógica do poder público, apesar de este ser um grande avanço frente outros estados brasileiros.

Segundo o SABREN, a Mangueira é dividida em favelas (localidades) da seguinte forma:

Tabela 1 – Favelas SABREN.

Mangueira	Favelas - SABREN
	Mangueira
	Morro dos Telégrafos
	Parque Candelária
	Vila Miséria
	Rua Bartolomeu Gusmão

Legenda: Dados do SABREN – IPP (2011).

Fonte: O autor, 2013.

É preciso contextualizar esse “mundo oficial” da Mangueira. O primeiro cadastro de favelas no Rio de Janeiro acontece em 1982⁴⁰, ainda muito incipiente, que foi uma espécie de laboratório para o SABREN. A partir desses primeiros movimentos, chega-se ao ano de 1990 com a Lei Orgânica Municipal que define um princípio de não remoção e posteriormente ao Plano Diretor de 1992, já citado nesse trabalho, que parte para uma política de urbanização das favelas. Dessa forma, o cadastro foi se aperfeiçoando, especialmente pelo ganho de tecnologia na área dos geoprocessamentos. Cavallieri (2009) explica de forma clara o trabalho de cadastramento oficial:

Através da utilização das ferramentas de geoprocessamento e de um conjunto de ortofotos digitais que cobrem todo o território municipal, a identificação dos assentamentos tornou-se muito mais rigorosa e passou a seguir uma série de etapas incorporadas: Identificação e demarcação dos limites da favela a partir de imagens aéreas digitais; Incorporação dos limites identificados à base cartográfica municipal; Vistorias de campo e Análise do material de campo, mapas e ortofotos. (CAVALLIERI, 2009, p.24).

³⁹ Sistema de Assentamento de Baixa Renda – Esse sistema é coordenado pelo IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos). As informações são públicas. O SABREN fica dentro do site do IPP.

⁴⁰ Ver mais CAVALLIERI, F. 2009. *Favelas no Rio – a importância da informação para as políticas públicas*. In: SILVA, Jaílson (org.). *O que é favela afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

Sem dúvida, esse trabalho do poder público é imprescindível no processo de entendimento das favelas e suas especificidades. Além disso, uma base de dados sobre as favelas com a adição de instrumentos e equipes de campo no seu monitoramento seria o ideal na construção de políticas públicas sobre favelas. Entretanto, a dinâmica local é extremamente mais complexa e as alterações urbanas induzem de alguma forma esse novo mundo que se combina e novamente se recoloca de diversas formas.

Uma das grandes dificuldades dos governos manterem as informações bem próximas da realidade é a manutenção de gestores públicos no território de alguma forma. Junte-se a isso, e com um peso considerável, a questão dos grupos armados no território, que de alguma forma contribuíam para esse não acompanhamento sistemático das favelas. Obviamente, que apesar do progresso nas representações sobre a favela, ainda é normal o olhar para esses territórios como algo a ser corrigido e para ser acompanhado. Assim, é absolutamente factível que o investimento nesse tipo de trabalho não tenha o peso necessário para que mais recursos fossem alocados pensando na possibilidade de políticas públicas e atendimento de serviços básicos da mesma forma que na cidade formal.

O cadastramento, nesse contexto, assumiu uma importância fundamental. O Instituto Pereira Passos passou a oferecer uma assistência técnica aos órgãos públicos e às estatais da época que iniciavam uma ação mais direta nos espaços favelas. (CAVALLIERI, 2009, p.79).

Por outro lado, seria preciso conhecer a Mangueira e entender as representações das localidades, que, aliás, carregam suas histórias de forma muito marcante. Então, em minha caminhada, consegui construir junto com as lideranças e moradores um novo mapa daquilo que seria a Mangueira vista por dentro:

Tabela 2 – Favelas SABREN: localidades

	Favelas - SABREN	Localidades
Mangueira	Mangueira	Buraco Quente
	Mangueira	Chalé
	Mangueira	Olaria
	Mangueira	Loteamento
	Mangueira	Três Tombos
	Morro dos Telégrafos	Vila Esperança
	Morro dos Telégrafos	Morro dos Telégrafos
	Morro dos Telégrafos	Rinha

	Parque Candelária	Parque Candelária
	Parque Candelária	Caboclo
	Parque Candelária	Bartolomeu Gusmão
	Parque Candelária	Pedra
	Vila Miséria	Parque Sinimbú
	Rua Bartolomeu Gusmão	Parque Candelária

Legenda: Dados SABREN-IPP (2011).
Fonte: O autor, 2012.

Na tabela acima é perceptível a diferença entre a divisão do SABREN e o mundo daqueles que habitam a Mangueira. Utilizarei os dois cenários. Para a base de dados é preciso seguir a linha oficial e o cadastro no SABREN. Na perspectiva de entender as relações e o associativismo, utilizarei as localidades definidas e compreendidas através do meu trabalho de campo e validada com moradores e através de uma oficina cartográfica com garis comunitários.

A partir desse mapeamento passamos de cinco favelas oficiais que compõem a Mangueira para catorze localidades identificadas e reconhecidas pelos moradores. É interessante perceber a permanente alteração desse tecido social quando olhamos para essas catorze localidades. Apesar dessa lógica de mudança e alteração, alguns nomes têm um significado que se aproxima daquele de ser mangueira. No samba da Estação Primeira de 1978, as localidades já são citadas para expressar o pertencimento e as riquezas que resultam na Mangueira:

Não posso esquecer/Buraco quente santo Antonio e chalé/ E o ponto alto da escola / Mestre Candinho tia tom azia e cartola/ Chorava a viola/ Em noite enluarada/ Samba duro no faria/ Ia até de madrugada/ Canto a minha história/ De um celeiro de bamba/ Cinquenta anos de glória/ Estão no palácio do samba/ Tudo para o coração/ De um brasileiro/ Lá no morro eu te ponho no samba/ Te ensino a ser bamba.
(Jurandir e Rubem da Mangueira Samba enredo da Estação Primeira de Mangueira – 1978)

Não seria possível começar a falar dessas localidades sem falar primeiro no Buraco Quente. Essa localidade aparece desde os primórdios de ocupação do morro. Desde a década de 1910, que o jongo em alguns terreiros e na década de 1920 com os Blocos, especialmente o dos “Arengueiros”, ocorrem no Buraco Quente. E lá era “o lugar”, ou seja, era lá que o samba e os malandros daquele lugar se encontravam:

Outro famoso terreiro era na casa da Tia Fé, no Buraco Quente, no bairro da

Mangueira [...] O Buraco Quente, como já diz o nome, esquentava os moradores da Mangueira. Lá o pessoal era barra pesada, gostava de batucada, com rasteira, queda de corpo (PASSOS *apud* SILVA; OLIVEIRA, A. et al., 1980, p.76).

A localização do Buraco Quente contribui para ser um local de encontro. Parte baixa da favela chega-se ao Buraco Quente com facilidade. Pensando em tempos de morro não urbanizado, mesmo assim, esta seria uma localidade tranquila de marcar um encontro. Andando pela Rua Visconde de Niterói, de um lado a linha de trem e de outro a Mangueira. A posição geográfica facilitou o nascimento desse espaço do samba e da construção de sua identidade. Chega-se ao Buraco Quente em poucos passos. Hoje em dia, o Buraco Quente se define pela Travessa Saião Lobato e seu entorno. Para se ter uma ideia da acessibilidade, foi na Travessa Saião Lobato que a primeira Escola Pública em favela foi construída, de pé até os dias atuais.

A história de ser um local de “barra pesada”, lugar dos “Arengueiros brigões” tem uma ligação forte com a localização e com o samba. Onde esse ritmo fosse forte, havia uma representação de espaço da malandragem. A fama de um lugar que de fato esquentava veio até os dias atuais. Na realidade, desde os anos 1980, período de amplo crescimento de grupos armados nas favelas, o Buraco Quente deixava de ser local dos bambas, para ser o local onde mais “bocas de fumo⁴¹” mais faturavam na Mangueira. Mais uma vez, a localização contribui para esse resultado, porém a história da localidade, com a identidade dos malandros, e até mesmo a força do nome, cria uma espécie de fetiche nas pessoas.

Nesse sentido, no século XXI o Buraco Quente continuou sendo o protagonista na favela. O grande baile funk era realizado ali, na já citada Saião Lobato, e com um comércio de drogas a todo vapor. Os grupos armados usavam o local como grande entreposto comercial. Mesmo muito próximo da via formal que corta o bairro Mangueira (Rua Visconde de Niterói) e a facilidade de uma incursão policial acontecer a qualquer momento, o comércio de drogas fluía com naturalidade, permanecendo organizado, com filas⁴² para compra de drogas nas laterais do Baile até o dia clarear. A notoriedade de ser espaço “quente” continua determinante. Com a ocupação policial e a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora o baile não acontece mais, em especial este do Buraco Quente. Mesmo assim, ao entrar no Buraco Quente e a cada passo para o seu interior percebe-se a importância e o peso da localidade. Trato da discussão sobre a dinâmica policial na

⁴¹ Boca de Fumo é o termo usado para designar no Rio de Janeiro pontos de vendas de entorpecentes.

⁴² Vários interlocutores relataram essa mesma cena nos dias de baile. As filas para compra de drogas eram grandes.

comunidade mais a frente.

Para além dos símbolos, em toda a Mangueira o que se escuta ao conversar com as pessoas que não moram no Buraco Quente é que “tudo vai para o Buraco”. Esse “tudo” representa o local onde fica a “principal⁴³” Associação de Moradores, uma maior concentração de ONGs, um olhar mais atencioso para a escola da região, a inserção de projetos sociais, obras de iniciativa pública, lixo coletado com maior rapidez, enfim, um somatório de situações que contemplam a localidade. A partir da vivência que tive na Mangueira, é possível unir duas variáveis para entender esse protagonismo do Buraco Quente. A primeira variável pode ter relação com seu posicionamento geográfico, e assim uma facilidade maior de acesso. Como fica na parte baixa e próximo a Escola de Samba, a possibilidade de outras instituições adentrarem a Mangueira via Buraco Quente acaba sendo maior. E junto dessa variável a própria história da localidade. Local de ponto de encontro dos bambas e dos “valentes” da região, o Buraco Quente carrega um simbolismo importante na esfera da resistência e no fortalecimento da identidade mangueirense. O discurso de Márcia, liderança do Chalé, sintetiza essa questão do Buraco Quente:

Aqui no Chalé a gente é esquecido. Ninguém vem aqui discutir alguma questão ou fazer uma reunião com os moradores daqui. Todo mundo acha que a Mangueira é o Buraco Quente. Todo mundo vai lá. Mas não é não, a Mangueira é o Chalé, a Candelária, o Sinimbú. (MÁRCIA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, em 23 maio de 2013).

Analisados de forma externa, o Buraco Quente tem demandas tão urgentes quanto outras localidades. Essa insatisfação por quem não mora no Buraco aponta aquela segunda identificação que comentei acima, do tipo: sou mangueirense, do Buraco Quente. Aliás, o Buraco Quente fica dentro da área oficial que corresponde a Mangueira, isto é, na definição das Favelas SABREN na Tabela 2.

⁴³ Depois da unificação das associações, a Associação do Buraco Quente é o local onde a presidente atual mantém seu trabalho.

Fotografia 1 – Área do entorno do Buraco Quente



Fonte: O autor, 2013.

Outra localidade que nasce com o morro e permanece até os dias atuais é o Morro dos Telégrafos. Parte alta do Morro, nos Telégrafos fica boa parte de moradores antigos da Mangueira. É possível chegar na localidade subindo pela entrada da Olaria, do Buraco Quente, do Chalé e até mesmo da Candelária. Aliás, a Mangueira é amplamente conectada. Para subir de carro o caminho mais fácil é seguir em direção ao Largo do Pedregulho, pega-se a Rua Vigário Morato e Rua Jupará, e rápido chega-se na parte alta do Morro.

Nas minhas andanças, essa localidade ainda subdivide-se em Vila Esperança e Rinha, ou seja, existem no cotidiano da favela os moradores que afirmam morar nos Telégrafos, na Rinha e na Vila Esperança, esta última conhecida como anteriormente como Vila Miséria. Vale aqui explicar rapidamente as duas subáreas. A “Rinha” é um espaço bem pequeno, com poucas casas. O nome liga-se a uma antiga “rinha de galos” que acontecia ali. Já a Vila Esperança tem uma história carregada de simbolismo. Com dezenas de casas de madeira ainda hoje, a Vila trazia no nome um estigma para os moradores. A questão de pertencer a um local denominado de Miséria somente deixava a vida daquelas pessoas ainda mais difícil. Conversando com alguns moradores, percebi que a mudança para a Vila Esperança através dos próprios moradores expressava o desejo de não acumular o peso do nome a realidade

expressa nas condições de habitação. Hoje é Vila Esperança e não se fala mais nisso.

Fotografia 2 – Vila Esperança.



Fonte: O autor, 2013.

A importância dos Telégrafos tem ligação direta com a história de ocupação do morro e depois com a própria constituição da área. Existem vias carroçáveis para a subida nos Telégrafos, como a Vigário Morato, a Jupará e a Monte Belo. Foi lá também que a Fundação Leão XIII fincou suas raízes. Desde a década de 1970 que a fundação atende a população da Mangueira. Um outro espaço de Associação de Moradores fica ao lado da Fundação. Ainda faz parte desse cenário uma escola pública, a Escola Municipal Morro dos Telégrafos e uma Creche Municipal. Há um comércio com bares, barbearia, armazém e lojas com vendas de roupas, além de Igrejas. Assim com o Buraco Quente, nos Telégrafos também existiram obras de urbanização e saneamento em algumas nas vias principais. É perceptível a identificação dos moradores com esse lugar. Como a localidade é na parte alta, até mesmo a questão de circulação de pessoas atrás de drogas não é percebido, contudo o controle do território ainda tenta ser feito na região. Passei por diversas vezes por grupos de traficantes, aparentemente sem armas, nos becos dos Telégrafos. Hoje em dia uma base da UPP Mangueira/Tuiuti está instalada na Rua Monte Belo, próximo a Quadra da Fundação. Foi nesta quadra que realizei um Fórum Social para o programa UPP Social, com cerca de 150 pessoas (entre gestores públicos, lideranças e moradores) e uma outra reunião sobre o “Vamos Combinar uma comunidade mais limpa”. Projeto que desenvolvi no âmbito da UPP

Social sobre a questão do lixo, com lideranças.

Seguindo a linha de antiguidade, importância e referência, o Parque Candelária traz outras alegorias interessantes. Localidade mais próxima da Quinta da Boa Vista, a Candelária tem em seu interior outras divisões: a própria área conhecida como Candelária, o Caboclo, a Pedra e a Bartolomeu de Gusmão (os conhecidos predinhos). A história revela, mesmo que em fragmentos, que também havia ocupação nesta localidade e que a Fábrica Cerâmica Brasileira exerceu um papel importante no que se refere à ocupação desta localidade. Muitos operários buscavam morar próximos as fábricas e o morro era o lugar barato para a nova classe operária carioca do início do século XX.

A área do morro era controlada pelo Exército, e foi à relação com a Igreja que trouxe o nome Candelária para a localidade. O Exército cedeu à área a irmandade Matriz de Nossa Senhora da Candelária, por isso o nome referendado pelos moradores até os dias atuais. Na realidade, a igreja não ocupou a parte que lhe cabia e o morro voltou a ser ocupado, especialmente por militares (soldados) oriundos da Primeira Guerra Mundial que moravam longe dos quartéis de onde serviam. Além disso, sobretudo a parte mais alta do Morro alguns moradores expulsos da parte de baixo devido à ampliação e implantação de fábricas na região (CASÉ, 1996, p.41).

A Candelária começa na parte baixa, com a Rua Visconde de Niterói como seu limite da área formal. Existem no limite da Candelária alguns equipamentos públicos: uma escola pública, a Escola Municipal Marechal Trompowski, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Adalberto Ismael e a Creche Municipal Adalberto Ismael, uma Veterinária Municipal (equipamento único no município no Rio de Janeiro), além de ter ao lado uma Escola Estadual, uma Biblioteca Pública, uma FAETEC e o Corpo de Bombeiros. Sem contar o Presídio Evaristo de Moraes, também vizinho do Parque Candelária e mais recentemente a principal base da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP Mangueira/Tuiuti.

A AMOC, Associação de Moradores da Candelária fica ao lado ao lado da Rua Bartolomeu de Gusmão, região que foi contemplada urbanizada, recebeu as obras do Mutirão, em 1991, e o Favela-Bairro, em 1999. È lá que se encontram os chamados “predinhos”, que na verdade são as unidades habitacionais construídas para receber moradores da Mangueira que viviam em áreas de risco e também de outras favelas, como a favela do Metrô, ao lado da Mangueira. Um detalhe importante no que se refere aos “predinhos” é que como ali as condições de urbanização estão atendidas⁴⁴, assim como o

⁴⁴ Os índices de urbanização são definidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

modelo de habitação padrão da cidade formal, para a prefeitura essa região deixa de ser área de favela. Há uma contradição nessa colocação, visto que para todos os moradores se afirmam moradores do Parque Candelária, definem-se como mangueirenses. Todavia, o poder público tem uma meta de redução de favelas, e por isso, deixar os “predinhos” de fora faz todo o sentido, tornando as intervenções absolutamente coerentes.

Fotografia 3 – Vista do Alto da Candelária – Museu da Quinta da Boa Vista vista ao fundo.



Fonte: O autor, 2013.

Subindo a Candelária a oferta de equipamentos e a estrutura urbana começam a ficar precárias. A área da “Pedra” é a parte mais alta. Pequena, tem o nome ligado a uma pedreira do alto do morro. Essa subárea, se assim posso conceituar, através do viaduto Cartola, outra intervenção dos tempos de Favela-Bairro, liga a Candelária a região mais alta do morro e que vai desembocar no Morro dos Telégrafos. Como já citado aqui, as obras de urbanização na Mangueira permitiram uma conexão com praticamente todas as localidades.

Já a subárea do “Caboclo” é umas das mais precárias de toda a Mangueira. As casas ou são de madeira ou apenas construídas no tijolo. Não existe uma oferta de água regular e redes de esgoto sanitário. No lugar das redes de esgoto oficiais, existem sumidouros. A região também é infestada por caramujos africanos e ratos.

Fotografia 4 – Casas na região do Caboclo – Parque Candelária



Fonte: O autor, 2013.

Ainda é necessário destacar o Chalé. A história conta que a localidade ganhou este nome devido a um Chalé construído em meio às casas de zinco e estuque (CASÉ, 1996, p. 42). Como aquele tipo de habitação chamava à atenção, a localidade foi culturalmente “batizada” pelo nome. Localizada entre o “Loteamento” e o “Buraco Quente”, o Chalé tem uma área densa e bem inclinada. Muitos botecos e alguns pequenos comércios. Chega-se ao Chalé subindo a Rua Poteri, na altura da antiga fábrica Red Indian na Rua Visconde de Niterói. As vias de acesso já na parte de cima são as Ruas Icará e Joaquina. Como espaço de lazer, existe apenas uma quadra, em estado bem precário. Márcia, liderança estabelecida no Chalé, sempre que me encontrava reclamava da ausência que marcava a localidade. O discurso “vai tudo para o Buraco Quente” saiu da boca de Márcia várias vezes. O início do ano nessa localidade foi bem difícil. Quatro casas caíram nas chuvas de Janeiro de 2012. Não houve vítimas, mas sim um grave problema social, que presenciei e demorei a conseguir ver uma solução para o caso.

Fotografia 5 – Subida do Chalé.



Fonte: O autor, 2013.

A área do “Loteamento” na Mangueira também é um caso que tangencia o mapa oficial da cidade. Seguindo a lógica da poder público, a subárea do “Loteamento” como recebeu obras de urbanização e tem ruas planejadas, não seria mais uma área de favela. Mesmo assim, essa área está encravada na Mangueira, ao lado Chalé, e seus moradores se identificam como mangueirenses.

A localidade da “Olaria” tem o nome ligado a uma antiga Olaria (fábrica de tijolos) que existia na região. Fácil acesso, sua entrada pela Rua Olaria é logo depois da quadra da Escola de Samba da Mangueira, também na Rua Visconde de Niterói. Logo na entrada tem a Creche Municipal Vovó Lucíola. A localidade tem sérios problemas estruturais. Área muito pobre e ainda com um movimento do tráfego muito forte região. O que pode explicar esse volume de tráfego é a acessibilidade, pois a entrada é ao lado da quadra da Escola de Samba e que ao contrário do Buraco Quente, que fica sempre com o holofote aceso e virado para qualquer alteração, na Olaria não existe muito comércio, nem mesmo uma ONG de destaque. Ainda nesse mesmo largo, acontece em tempos de UPP o Pagofunk da Olaria, todo sábado.

A região conhecida como Três Tombos é a localidade que tem uma maior

identificação com os grupos armados do tráfico. No meu trabalho de campo percorri algumas vezes essa localidade, várias vezes fui observado mais de perto e até mesmo seguido. Parte alta do Morro, em Três Tombos é possível chegar entrando pela localidade da Olaria ou pelo Buraco Quente, de forma mais rápida. Essa localidade não possui uma oferta de equipamentos públicos próximos e nem ruas carroçáveis. Formada por becos e vielas, a maioria das casas é bem pequena, pouca ventilação e com problemas nas questões de infraestrutura. Localidade muito identificada por ser uma área de conflito da mangueira. Como fica no “miolo” da favela, os muitos becos e vielas contribuem nesse sentido.

Por último destaco a localidade do Parque Sinimbú. A chegada nessa subárea depende de pegar a via principal (Rua Visconde de Niterói) e depois a Rua São Luis Gonzaga, ou seja, muito distante das entradas originais da Mangueira. O caminho mais rápido seria através da Vila Miséria, uma verdadeira trilha na encosta. Como é bem destacado do restante da Mangueira, o Sinimbú é de fato muito pouco lembrado, seja pela sociedade civil, seja pelo poder público, e até mesmo pelos moradores da Mangueira. Muitos nem reconhecem a área como Mangueira. O que mais me chamou a atenção foi a não urbanização da localidade. As duas ruas principais têm uma mistura de barro e cimento no chão. Como se trata de uma área de invasão, no Sinimbú tudo é “gato”. Desde gambiarras de luz a ligações clandestinas de água. As poucas ações sociais são coordenadas pela Associação de Moradores. Falarei das relações dessa associação com a Mangueira no capítulo sobre o Associativismo local.

Numa análise dessas percepções e observações que fiz no campo de pesquisa, ficou claro que as localidades mais baixas, mais próximas à estrutura viária e de mobilidade urbana são aquelas onde os equipamentos públicos estão localizados. A divergência está nos Telégrafos, por ser esta uma localidade alta e possuir equipamentos e condições favoráveis de estrutura. No entanto, a história de ocupação dos Telégrafos como uma das primeiras áreas do morro a receber moradias elucida a condição diferenciada. Além disso, houve Favela-Bairro nos Telégrafos, o que gerou uma significativa melhora, em especial nas questões referentes à acessibilidade.

Conhecer as localidades foi imprescindível para o trabalho. Além de minha observação e anotações nas conversas que tive com moradores e lideranças a fim de clarear um pouco essas localidades elencadas acima, utilizei o método de realização de oficinas cartográficas. Na posse de ortofotos da Mangueira já com as Favelas-SABREN marcadas por polígono, sentei com “garis comunitários” e comecei a pedir que apontassem pontos que reconhecessem nos mapas e suas respectivas localidades. Surgiram divergências, mas a

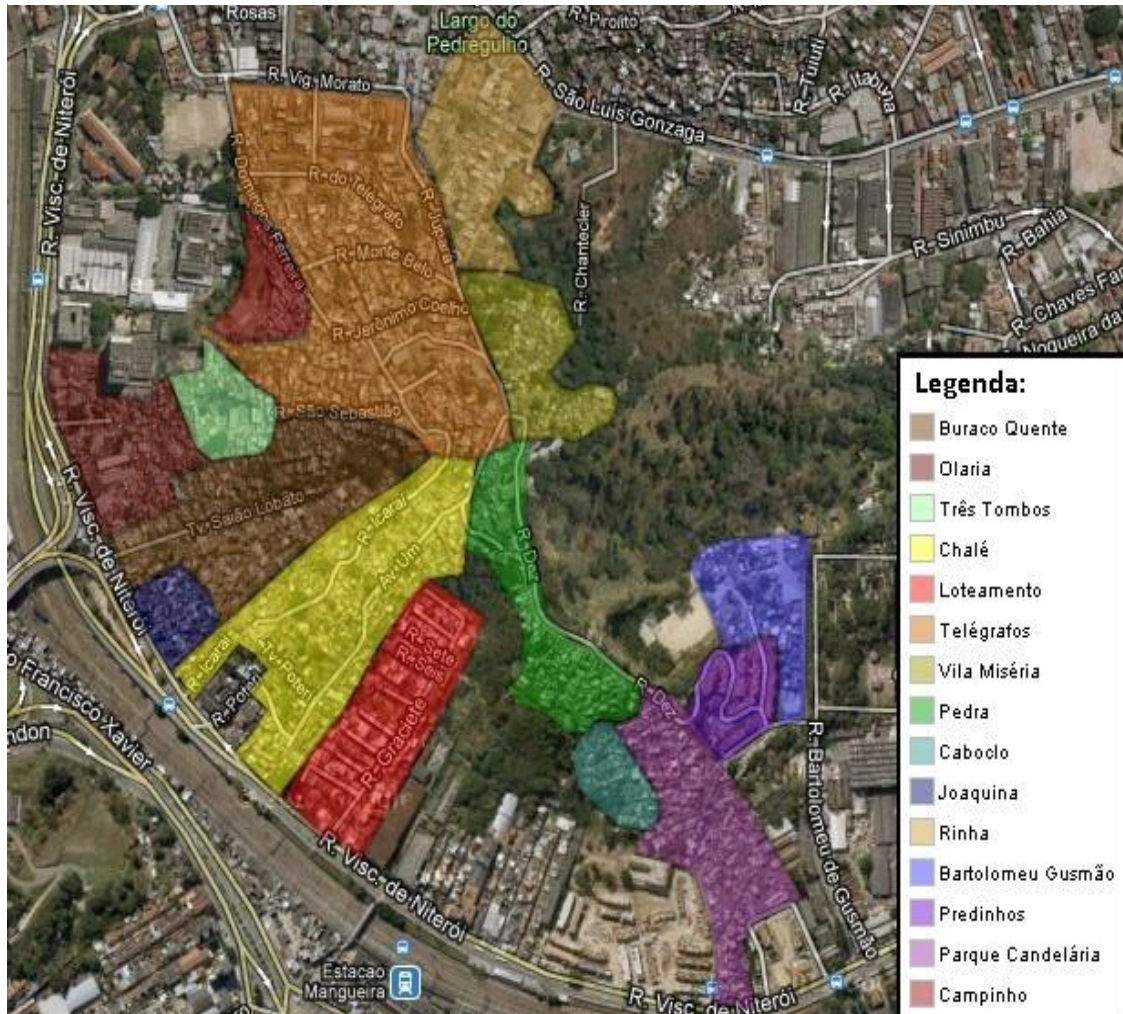
dinâmica da oficina revelou consensos. Somando as informações dos moradores em cada uma dessas localidades, consegui desenhar um mapa realista das divisões na favela.

A Mangueira é uma favela grande, e como colocada aqui, com várias mangueiras em seu interior. Na observação que faço sobre o tecido social e o associativismo local pós UPP, não analisar as características e as especificidades de cada uma dessas localidades poderia deixar turva a visão sobre as disputas políticas na favela. Na perspectiva cultural, seria um equívoco não me debruçar sobre os meandros da Mangueira. Entender os acessos, as ligações históricas e sociais carregada de simbologia, a estrutura de controle de cada uma dessas áreas, as partes mais vulneráveis e a lógica de pertencimento dos moradores de cada uma delas permite que a análise seja feita com uma forte estrutura metodológica.

As marcas desse pertencimento são demonstradas na atualidade, sobretudo pela juventude, através da utilização do funk. Os grupos armados que se utilizam do ritmo para transmitir o seu recado reforçam esse mosaico de localidades na atualidade a partir da localização das “bocas de fumo”. Abaixo coloco a letra de funk “proibidão” que rola nas redes sociais com o relato de algumas das localidades da Mangueira:

Se tu é viciado pode vir comprar com a gente/é só fechar na boca do *Buraco Quente*/
[...] Você pode levar fé/tu vai levar *Três Tombos* lá na boca da *Chalé*/Lá na Bastião
tem a contenção diária/tu pode encontrar lá na boca da *Candelária*.

Mapa 1 – Localidades da Mangueira



Fonte: Google Maps (2013).

2.8 Que favela é essa: os dados da Mangueira em comparação com o restante da cidade

Um dos pilares da pesquisa é o conhecimento do território que será objeto em minha proposta de estudo. O conhecimento subjetivo que se dá nas relações e nos processos que construo em minha caminhada na Mangueira ganha musculatura com a feitura de um suporte analítico de forma mais objetiva, que nesse caso são alguns dos seus dados socioeconômicos. O panorama que alguns dados revelam, subsidia a leitura de cada localidade e ainda contribui para ratificar algumas iniciativas no âmbito da pesquisa. Como é essa Mangueira em números? Os dados coletados reforçam o que percebi das localidades e das especificidades de cada uma delas? A apresentação de alguns dados não pretende promover algumas mazelas dessa favela, mas sim posicioná-la em comparação com o restante da cidade, comprovando as diferenças em seu interior e contribuindo para as

intervenções do poder público e seu planejamento.

Primeiro é preciso localizar a Mangueira. Mais uma vez é preciso sublinhar a força do samba na identificação do morro. Mangueira não é só uma favela, ela agrega mais significados no imaginário da cidade do Rio de Janeiro. E aí vem a pergunta: Mas quem mais mora na Mangueira que não o que é dito como favelado? Haveria outro alguém? A única explicação segue na lógica do poder público municipal que retira a Localidade do “Loteamento” e os “Predinhos” como parte da Candelária daquilo que caracteriza favela. Segundo Cavallieri (2009), o SABREN incorpora mais uma favela em sua listagem a partir das seguintes condições:

Precariedade de organização espacial (ruas estreitas, de traçados irregulares, não carroçáveis, dificuldades para circulação de pedestres); dificuldade de acesso a partir do entorno urbanizado e circulação interna precária; precariedade de infraestrutura (redes de água e esgoto não oficiais, esgoto, coleta de lixo, inexistência de varrição de ruas...); precariedade e/ou dificuldade de acesso a equipamentos coletivos; falta de regularização fundiária; ausência de regularização urbanística; irregularidade fiscal; imóveis habitados, predominantemente, por população de baixa renda, dentre outros. (CAVALLIERI, 2009, p. 26).

Tabela 3 – A.P., R.A., Bairros e Nome do Complexo das comunidades localizadas na UPP Mangueira – 2012

<i>Área de planejamento</i>	<i>Região administrativa</i>	<i>Bairros</i>	<i>Nome do Complexo</i>	<i>Comunidades</i>
1	VII - São Cristóvão	São Cristóvão	Tuiuti	Tuiuti
				Marechal Jardim
				Parque dos Mineiros
			-	Vila Miséria
				Rua Bartolomeu Gusmão
		Mangueira	Mangueira (R.A. - São Cristóvão)	Morro dos Telégrafos
				Mangueira (RA - São Cristóvão)
				Parque Candelária

Legenda: Dados do SABREN/ IPP (2011).

Fonte: O autor, 2012.

A Tabela 3 é que explica o que relatei acima. A Mangueira pertence à Região Administrativa de São Cristóvão, porém se separa na hora da demarcação de bairros. Inclui o Tuiuti, favela que pertence à área de atuação da UPP Mangueira/Tuiuti, por esta aparecer na definição de “Nomes de Complexos”, entretanto na organização municipal localiza-se no bairro de São Cristóvão. Essa é mais uma forma para demonstrar que apesar de ser uma favela com todos os problemas e demandas urgentes de intervenção pública, o aditivo

simbólico transforma a Mangueira em algo maior do que é na realidade.

Tabela 4 – Demografia e área da Mangueira

<i>Comunidades</i>	<i>População (1)</i>	<i>Domicílios (1)</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²) (2)</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
Vila Miséria	724	249	2,91	18.386	393,8
Morro dos Telégrafos	6.657	2182	3,05	140.570	473,6
Mangueira (RA - São Cristóvão)	4594	1456	3,16	116.652	393,8
Rua Bartolomeu Gusmão	428	131	3,27	13.354	320,5
Parque Candelária	2.229	739	3,02	47.753	466,8
Total	14.632	4.757	3,08	336.715	434,6
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	#####	110,7

Legenda: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010); (2) Instituto Pereira Passos (2011); (3) Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010).

Fonte: O autor, 2012.

As dimensões da Mangueira podem ser lidas através dos Dados Demográficos, explícitos na Tabela 4. As informações contidas nela nos mostram uma população total de 14.632 hab. Cito este dado primeiramente, pois é aquele que costuma ser contestado imediatamente pelos moradores. Normalmente os moradores afirmam que a favela tem o dobro do que foi apresentado. É possível que erros aconteçam na metodologia utilizada pelo IBGE, especialmente usadas em áreas dominadas por grupos armados e que muitas vezes inibiam o trabalho dos recenseadores. Porém, os erros previstos pelo Instituto não comportam uma margem tão absurda de erros. Com isso, para minha pesquisa trabalho com os dados oficiais.

Um detalhe interessante que é preciso deixar mais claro diz respeito à Vila Miséria. Lembrando-se do item Localidades, a Vila Miséria que aparece oficialmente não corresponde a Vila Miséria dos moradores, pois esta hoje foi denominada “Vila Esperança”. O Sinimbu seria a Vila Miséria oficial. Essa ressalva é necessária, pois quando os dados hab/domicílio indica menos de 3 (2,91), o menor percentual da Mangueira, obviamente não se trata da “Vila Esperança” que já apontei anteriormente.

O grande item dessa tabela diz respeito à “densidade demográfica”. No Geral a Mangueira acaba tendo uma média bem parecida, ou seja, não há discrepâncias tão grandes entre as localidades. No entanto, quando comparamos a média da Mangueira (434,6 hab/ha) com a cidade como um todo (110,7), a diferença torna-se substantiva. Pesquisei outras favelas, e de fato a Mangueira está na média em matéria de densidade. Existem

algumas que aproximam do absurdo, como a Rocinha, por exemplo, que chega a impressionantes 800 hab/ha. O cálculo é feito na divisão habitantes por hectares. O resultado é que as favelas são extremamente densas. Isso implica em muitas casas construídas em um espaço reduzido. Na prática é o retrato mais comum das favelas, com muitas casas amontoadas, umas em cima das outras. Como é uma média, muitas vezes essa densidade gera locais aonde nem mesmo a luz do sol chega.

Tabela 5 – Razão de sexos

<i>Comunidades</i>	<i>Homens</i>	<i>%</i>	<i>Mulheres</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>		<i>Razão de Sexos</i>
							<i>(H/M) x 100</i>
Vila Miséria	339	46,82%	385	53,18%	724	100%	88,05
Morro dos Telégrafos	3127	46,97%	3.530	53,03%	6.657	100%	88,58
Mangueira (RA - São Cristóvão)	2.114	46,02%	2.480	53,98%	4.594	100%	85,24
Rua Bartolomeu Gusmão	205	47,90%	223	52,10%	428	100%	91,93
Parque Candelária	1.052	47,20%	1.177	52,80%	2.229	100%	89,38
Total	6.837	46,73%	7.795	53,27%	14.632	100%	87,71
R.A. São Cristóvão		48,52%		51,48%		100%	94,24
Rio de Janeiro		46,83%		53,17%		100%	88,08

Legenda: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010).

Fonte: O autor, 2012.

A Tabela 5 que esmiúça a razão de sexos da Mangueira, o que pode ser enfatizado é que a lógica da Mangueira segue a cidade. Muito desses dados pode fazer sentido quando lermos à tabela da faixa etária. A existência de mais mulheres liga-se também a questão da violência, que atinge mais fortemente os homens e jovens. No mais, a média “razão de sexos” de São Cristóvão 94.24 (H/M) é que foge daquela da cidade (88,08 H/M) e da Mangueira (87,71H/M).

Tabela 6 – Faixa etária

Comunidades	Faixa Etária									
	0 a 14		15 a 29		30 a 64		65 +		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Vila Miséria	204	28%	220	30%	280	39%	20	3%	724	100%
Morro dos Telégrafos	1.840	28%	1.809	27%	2.628	39%	380	6%	6.657	100%
Mangueira (RA - São Cristóvão)	1.364	30%	1.254	27%	1.703	37%	273	6%	4.594	100%
Rua Bartolomeu Gusmão	131	31%	115	27%	158	37%	24	6%	428	100%
Parque Candelária	554	25%	624	28%	897	40%	154	7%	2.229	100%
Total	4.093	28%	4.022	27%	5.666	39%	851	6%	14.632	100%
R.A. São Cristóvão	20,6%		25,9%		44,5%		8,9%		100%	
Rio de Janeiro	19,4%		24,1%		46,1%		10,4%		100%	

Legenda: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010).

Fonte: O autor, 2012.

A divisão por faixa etária é uma das tabelas que mais pode caracterizar a vida nas favelas. As diferenças aqui são nítidas. Na primeira faixa etária da Tabela 6 (0 a 14 anos) já salta aos olhos a diferença entre o número apresentado pela média da Mangueira (28%) e a média de São Cristóvão (20,6%) e da Cidade (19,4%). Na faixa de 15 a 29 anos, a diferença já não fica tão grande, de 24,1 % na Cidade e 27% na Mangueira. Chamo atenção para os dados da Vila Miséria que chega a 30% de jovens.

O grande número de crianças, adolescentes e jovens na Mangueira (55%) contra cerca de 45%, na Cidade só reforça a urgência de políticas públicas sérias para essa faixa da população. Esses números também explicam a quantidade de jovens circulando na Mangueira durante todo o dia. Os dados referentes à Renda e Trabalho explicarão melhor esse hiato entre Rio Cidade Olímpica e favelas como parte integrante da Cidade.

A outra extremidade da Tabela 6 é marcante na lacuna entre cidade formal e favela. A média de pessoas com mais de 65 anos na Mangueira é de 6% enquanto na Cidade chega a 10,4%. Isso demonstra em média que quase o dobro de pessoas que moram na cidade formal vive mais do que na favela da Mangueira (aliás, esses resultados são recorrentes nas favelas do Rio de Janeiro)⁴⁵. Esse dado é expressivo, pois demonstra que a estrutura que cerca o favelado e sua situação socioeconômica resultará de forma direta na qualidade de vida destas pessoas. Morar numa favela representa aqui uma média de vida bem menor que na cidade e até mesmo no bairro vizinho, já cidade formal (São

⁴⁵ A comparação com dados de outras favelas pode ser observado no site do Instituto Municipal Pereira Passos – IPP. www.sabren.rj.gov.br

Cristóvão – 8,9%).

Tabela 7 – Total e percentual de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por cortes de renda – UPP Mangueira

Comunidade	Até 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1		Mais de 1 a 2		Mais de 2 a 3		Mais de 3		Sem Rendimento ou Sem Informação	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Mangueira	48	3,7%	406	31,0%	334	25,5%	83	6,3%	90	6,9%	350	26,7%
Morro dos Telégrafos	79	4,0%	579	29,2%	616	31,0%	161	8,1%	117	5,9%	433	21,8%
Parque Candelária	13	2,0%	216	32,5%	215	32,3%	33	5,0%	43	6,5%	145	21,8%
Vila Miséria	7	3,0%	74	31,8%	99	42,5%	17	7,3%	9	3,9%	27	11,6%
Rua Bartolomeu Gusmão	2	1,7%	48	41,0%	36	30,8%	1	0,9%	2	1,7%	28	23,9%
Total	149	3,5	1323	30,7	1300	30,2	295	6,8	261	6,1	983	22,8
<i>R.A. São Cristóvão</i>		<i>1,5%</i>	<i>21,4</i>		<i>28,9</i>		<i>11,9</i>		<i>20,6</i>		<i>15,7%</i>	
<i>Rio de Janeiro</i>		<i>1,3%</i>	<i>17,1</i>		<i>24,6</i>		<i>11,6</i>		<i>33,3</i>		<i>12,1%</i>	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

Legenda: Dados preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010).

Fonte: UPP Social, 2011.

Para concluir as questões socioeconômicas, trago os dados sobre Renda na Mangueira. A Tabela 7 é dividida em partes tendo como base o salário mínimo de 2010, uma vez que o censo do IBGE foi realizado neste ano. Assim, temos os seguintes valores na tabela: até R\$ 255,00; entre R\$ 255,01 e R\$ 510,00, entre R\$ 510,01 e R\$1020,00; entre R\$1020,01 a R\$ 1.530,00; e mais de R\$ 1.530,00.

Ao analisar a tabela é possível tirar algumas conclusões. Justamente na área que não é considerada mais favela pela Prefeitura do Rio, a Rua Bartolomeu de Gusmão apresenta os piores o menor extrato de renda acima entre R\$ 1.020,00 e R\$ 1.530,00 e acima desse valor. Somente 0,9% recebem entre 2 e 3 salários mínimos, enquanto 1,7% recebem acima de 3 salários (R\$ 1.530,00). Em comparação com a Mangueira (SABREN), por exemplo, a diferença é relevante. Entre R\$ 1.020,00 e R\$ 1.530,00 a Mangueira chega a 6,3%, enquanto nos maiores salários, acima de R\$ 1.530,00, os números chegam a 6.9%.

Nos dois extremos da tabela temos cenários igualmente antagônicos. No melhor extrato da tabela, ou seja, com faixas salariais acima de R\$ 1.530,00 temos na Mangueira um percentual médio reduzido de 6,1%, enquanto na cidade temos 33,3% nesse mesmo quesito. Na cidade, o número de pessoas que tem um rendimento acima de dois salários mínimos é quase 5 vezes maior do que na Mangueira. Na outra extremidade, daqueles que ganham até R\$ 255,00, temos na Mangueira uma média de 3,5% enquanto na cidade a média é de 1,3%. Aqui temos a representação matemática chega a quase três vezes mais famílias com rendimentos muito baixo na Mangueira. Fica notória a distância existente entre a cidade formal e a favela.

A análise de alguns dados é importante para indicar que as favelas precisam de intervenções do poder público, porém com organização e planejamento. Durante o trabalho de campo ouvi diversas reclamações quanto à falta de diálogo do poder público, que via de regra chega com as obras já desenhadas sem ouvir os moradores e as prioridades daqueles que habitam essas localidades.

2.9 Andando e vendo: a Mangueira no dia a dia e o futuro de intervenções públicas

Seria impossível não comentar e deixar explícito o que vi na Mangueira no que diz respeito à realidade urbana. Nesse trabalho, já foram descritos e analisados alguns dados socioeconômicos, já citei as diferenças intrafavela, como as localidades e suas características históricas, e já levantei a discussão sobre o passado de intervenções urbanas realizadas desde o surgimento da Mangueira. Assim, descrever de forma densa o que atualmente é a Mangueira é relevante para o contexto da etnografia.

Uma das coisas que até hoje ajudam a Mangueira, apesar de alguns contratempos refere-se a sua localização. O morro é próximo do centro e ainda possui uma lista de equipamentos públicos⁴⁶ de razoável porte no seu entorno. Constant (2007) traduz essa informação em sua pesquisa, da qual reitero:

Para a FAU, a favela da Mangueira, com o tempo, ficou com um posicionamento ainda mais privilegiado na cidade do Rio de Janeiro devido à proximidade de estruturas funcionais instaladas próximas ao morro: linha do trem e do metrô, o estádio de futebol Maracanã e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 1987, em terrenos cedidos pela Rede Ferroviária Federal, criou-se ainda a Vila Olímpica – projeto social da Mangueira -, com instalações esportivas utilizadas por crianças e adolescentes da favela (CONSTANT, 2007, p. 47).

⁴⁶ Lista de equipamentos públicos atualizada ano 2013 no Anexo da pesquisa.

De fato, a Mangueira foi palco da primeira escola pública e mesmo atualmente possui uma rede que atende parte da demanda, mas a vida na favela requer mais que isso. A acessibilidade em várias localidades não é boa, dificultando a vida dos mais idosos. O padrão construtivo das casas ainda é precário em boa parte da favela, e em várias localidades existem problemas no abastecimento de água e no esgotamento sanitário. As redes em muitos casos são clandestinas, o que gera ainda mais problemas. Da mesma forma a questão do lixo. Nas ruas carroçáveis⁴⁷ ainda é possível ver uma sequência de contêineres (locais de coleta de depósito de lixo por parte dos moradores), mas nos becos e vielas, ou fica a cargo dos moradores, ou é praticamente impossível para os pouquíssimos garis comunitários⁴⁸ (que ainda sobrevivem) da comunidade.

Todavia, isso tudo não difere substancialmente de outra favela da cidade. O que importa aqui é a subjetividade do olhar ao andar, ouvir e ver na Mangueira. Nesse sentido, o que posso descrever a partir desse conjunto que nos remete a subjetividade humana, é o descaso do poder público para a favela da Mangueira. Várias obras do programa Favela-Bairro foram simplesmente esquecidas dentro da favela. Cerca de 12 anos depois de realizadas as intervenções, muitos dos equipamentos estão destruídos e até mesmo interditados, como é o caso da quadra da poló⁴⁹, na curva da cobra, Mangueira. Essa quadra há pelo menos um ano (e isso me referindo a Dezembro de 2012) já estava interditada. No meu papel de gestor público na favela, meu primeiro movimento foi construir um relatório para a recuperação da quadra e todo o entorno, que no planejamento era um espaço de lazer e realização de confraternizações pelos moradores. Alguns meses depois, a quadra foi demolida e todo o espaço que existia em volta virou uma mistura de lixão com entulhos da demolição.

⁴⁷ Ruas que suportam a passagem de veículos.

⁴⁸ Os garis comunitários eram utilizados formalmente pelo poder público, numa espécie de convênio com as associações de moradores. Atualmente, por definição da justiça, essa modalidade está proibida. Na verdade, essa estratégia era mais uma prova do tratamento diferenciado que as favelas no Rio receberam em toda a sua história. Mesmo com a proibição, algumas favelas ainda permanecem com os garis, alterando a nomenclatura para trabalhadores comunitários. O poder público continua assumindo sua incapacidade em tratar de toda a cidade quando opta por esse tipo de serviço.

⁴⁹ Essa quadra foi demolida em 2013.

Fotografia 6 – Quadra da Polo, 2012, antes de ser demolida.



Fonte: O autor, 2013.

Outro marcante processo é o da Creche Mestre Tinguinha. Construída também pelas intervenções do Favela-Bairro, a creche na atualidade tem parte invadida por moradores, que ficaram sem suas casas devido a uma enchente no ano de 2006, tem também uma área externa grande, que hoje é usada pelos moradores, impedindo assim que as crianças saiam da creche para seu momento de lazer. Além disso, a entrada principal está afundando, o que impossibilita a entrada dos alunos por essa via. Os pilares estão enferrujados e ameaçam cair. Mesmo sendo uma fácil profecia, a creche tem seus dias contados.

Na localidade do campinho, todo um complexo esportivo, que conta com quadra e espaços de lazer, sofre do mesmo mal. O espaço de lazer tomado pelo mato e pelo lixão, e a quadra com rachaduras que assustam. Esses exemplos demonstram o quanto não é simples morar numa favela carioca. O estigma do abandono surge a todo instante. A falta de respeito também. O que dizer de áreas de risco sem nenhum retorno do poder público. Localidades que parecem estar com o solo em movimento, parecem estar afundando. Outras que não possuem se quer uma ligação clandestina de esgoto, e sim sumidouros.

A partir desses aspectos que mostram um apanhado de problemas de infraestrutura urbana, surgem aquelas do eixo social. São vários os guetos dentro da mesma favela.

Defrontei-me com casos que pareciam de outro tempo/espço, como, por exemplo, um pequeno barraco encravado no centro da Mangueira onde uma mãe mora com quatro filhos e nenhum deles tem sequer, o registro civil (incluindo a mãe), o que a impossibilita de receber qualquer ajuda do poder público. Assim como a de pessoas idosas, que desaparecem nas estatísticas.

Parte dessas demandas, sobretudo as urbanas, novamente será alvo de obras. Através de recursos do PAC 2, a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) contratou o escritório de arquitetura AGRAR para a realização de diagnóstico e projeto para obras na favela. Vale a ressalva de que nos limites da Mangueira, na Rua Visconde de Niterói, dois grandes condomínios foram construídos para receber moradores da favela e espacialmente da favela do metrô, removida depois de muita negociação. Trata-se também de recursos do PAC 1.

Na apresentação do projeto, parecia estar lendo os diagnósticos de Casé, pois mais uma vez surgem às ideias de abertura de vias, criação de equipamentos públicos e de áreas de lazer. A mudança está na criação do Plano Inclinado, que parece ter virado o modelo de obras em favelas. O que atrapalha é o simples fato de não discutirem com a comunidade, cada detalhe do projeto, e o que faz sentido no que está sendo previsto. O descolamento do desejo da comunidade cria ambientes ruins e difíceis de serem administrados.

Mesmo diante da realidade característica das favelas cariocas, reforço que a Mangueira é uma favela que produz cultura no seu cotidiano, valorizando sua identificação com o samba, mas também criando novos arranjos identificados com a atualidade. Diante dos problemas, sempre observei alegria nos moradores. Os relatos sempre denotam uma identificação com o lugar, sua história e sua cultura.

Não saio daqui por nada [...] nunca me imaginei fora daqui. Toda a minha família está aqui, conheço todo mundo, todos me respeitam. Mesmo nos momentos mais difíceis, de conflito permanente, nunca passou pela minha cabeça sair daqui. Aqui eu tenho meu comércio, criei meus filhos [...] eu sou Mangueira. (SILVIA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 12 de maio de 2013).

3 LIDERANÇAS, GRUPOS ASSOCIATIVOS E A POLÍTICA

3.1 A entrada no morro, a inserção nos grupos associativos locais e o reconhecimento de lideranças

Antes da Mangueira ser ocupada, já sabia que iria ocupar minha função de Gestor do programa UPP Social nesta favela. No meu imaginário a ansiedade por se tratar da Mangueira e até aquele momento o desafio de atuar na maior das UPPs⁵⁰. Fui convidado para um evento na Quadra da Fundação (Morro dos Telégrafos) organizado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) no dia 30 de julho de 2011. A reunião, de caráter essencialmente político, tinha como protagonista o secretário estadual de assistência social Rodrigo Neves e seus correligionários. Eu, enquanto futuro gestor, segui com o Diretor do IPP/UPP social a fim de começar a conhecer a favela e fazer contatos para minha entrada.

Alcansei os contatos locais, sobretudo de lideranças, como o presidente da Associação de Moradores, atores políticos e representantes de instituições locais. Porém, o que me chamou a atenção de forma imediata foi a quase ausência da população na quadra. Era o início da ocupação, e pelo menos curiosidade eu imaginava que encontraria no Morro, o que não acontecia. A participação de homens do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) poderia servir de justificativa para os dois lados (curiosidade ou repúdio), sendo a segunda opção a mais próxima da realidade no local.

Dos contatos que fiz no encontro fui convidado para uma reunião no Centro Cultural Cartola dois dias depois. Compareci ao encontro e lá estava Carlinhos (assessor de André Santos – Subprefeito da Zona Norte e Mangueira), Marcos Biriba (Morador e Assessor do Vereador Luis Antônio Guaraná – Gabinete da Casa Civil da Prefeitura), Washington (Morador e Assessor do Vereador Luis Antônio Guaraná – Gabinete da Casa Civil da Prefeitura), Mano (presidente da Associação de Moradores da Mangueira), Silmar (presidente da Associação de Moradores da Candelária - AMOC), Celso Perez (Ex-presidente da Associação de Moradores e ocupante de cargo na Vila Olímpica da Mangueira), Zé Roque (ex-presidente da Associação de Moradores da Mangueira e atual presidente da Associação de Moradores do Salgueiro – mesmo sendo morador da Mangueira), Ariquerman, (morador ligado aos projetos esportivos na Mangueira) e Cosme

⁵⁰ Foram designados 403 policiais para a UPP Mangueira/Tuiuti, o que na época representava o maior efetivo designado para uma UPP.

(morador, funcionário da Comlurb e guardador de carros em dias de samba na Mangueira).

O que chamou minha atenção nesta reunião é que todos esperavam a chegada de Nilcemar (diretora do Centro Cultural Cartola e neta do Mestre Cartola) para dar início à reunião. Apesar de mais de 1h de atraso, ninguém começou sem ela. Aliás, ela era a líder da reunião e deu as cartas todo o tempo. A discussão girava em torno da montagem de estratégias para a chegada da UPP e de como se posicionariam com a chegada dos “forasteiros”. Naquela arena eu representava um desses tais “forasteiros”, apenas com a ressalva, segundo eles, que eu estava fazendo o caminho certo, respeitando as “hierarquias locais”⁵¹.

Cada um estava ali tentando enxergar a reunião a partir de seus objetivos. Biriba, Washington, Celso Pérez, Silmar, e Zé Roque pensando estratégias políticas para a localidade e de como poderiam se colocar frente ao novo ator, a UPP. Mano mesmo que inserido na discussão, me parecia meio apático. Ele não era do núcleo central daquele grupo, apesar de ser “o” presidente, uma vez que um outro presidente, Silmar da AMOC, sempre reforçava a idéia de unidade em torno da figura de Mano. Silmar se colocava como presidente, mas afirmando ser um “braço” de Mano na Candelária. Ariquerman, figura atuante nos projetos que chegavam à Mangueira, tentava aproveitar o momento para se consolidar como liderança na área esportiva. Cosme destoava um pouco do grupo restrito que estava ali. Na verdade, Cosme foi à reunião convidado por um dos membros somente para colocar na mesa a questão “Ivo Meireles”. Segundo ele, o presidente da Estação Primeira de Mangueira não cumpria os acordos feitos com os guardadores de carro da Mangueira, que na verdade são os moradores da favela e que defendem um “troco” a mais na época do samba há alguns anos. Ivo foi atacado por todos, e mostrou-se sem qualquer interlocução com o grupo.

Essa para mim foi primeira surpresa. Todos colocavam Ivo como um entrave para a unidade do morro e nas dinâmicas associativas locais. A reclamação era a de que a voz da Escola não era mais a da favela. Eram vozes dissonantes. Para todos, um grave problema, uma vez que quando se fala em Mangueira, fala-se em samba e Escola de Samba. Esse era um canal de comunicação fragmentado e fragilizado. Esse poder representado pela Escola de Samba Mangueira poderia ser usado como canal exclusivo de interlocução das ações que chegariam junto com a UPP. Segundo o que falavam na Reunião, Ivo queria utilizar o antigo prédio do IBGE (hoje ocupado por mais de 200 famílias vivendo em situações sub-humanas)

⁵¹ O respeito às hierarquias locais aqui refere-se a uma imersão na favela pelas vias tradicionais, isto é, me apresentando inicialmente a associação de moradores.

para ampliação da Quadra da Escola, transformando-o em estacionamento e lojas para os turistas. Todos que estavam na reunião queriam frear esse discurso de Ivo, afirmando um projeto que atendesse aos moradores da favela e não aos turistas. A proposta do grupo era a utilização do prédio para construção de um grande centro multidisciplinar, ofertando saúde, educação e cultura, mas que também serviria para realização de shows para turistas. Como se trata de uma grande área, e um prédio de muitos andares, seria possível a realização deste projeto.

Fotografia 7 – Fundos do Prédio do IBGE – vista da Curva da Cobra – Três Tombos



Fonte: O autor, 2013.

Nilcemar me pareceu muito preocupada em como se daria o processo de instalação da unidade pacificadora no Morro. A idéia que desenvolvia era o quanto poderiam se organizar enquanto grupo para fazer frente à avalanche de situações que acontecem com a chegada da UPP. Senti que minha participação na reunião tinha um caráter de aproximação, sobretudo pelo grupo de lideranças ligado à política partidária, muito ligados ao executivo municipal, e com isso aos atores públicos representantes da prefeitura do Rio. Havia uma tentativa de formação de uma associação das lideranças locais para “enfrentamento” da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, ainda sem data de inauguração programada. A favela estava

ocupada, e a preocupação de todos era procurar uma aliança prevendo outro cenário que ainda estaria por vir.

A ideia objetiva que nasce dessa reunião era a realização de uma pesquisa em toda a Mangueira para que o povo determinasse quais eram as suas prioridades. A pesquisa foi feita com o apoio da Capemisa⁵². Urnas foram espalhadas em alguns pontos do complexo (nas várias localidades) e os resultados foram publicados em um totem na entrada Buraco Quente. O que estava nas entrelinhas da pesquisa surge na entrevista de Nilcemar. O levantamento perguntava sobre o prédio do IBGE, e a resposta legitimaria a proposta defendida pelo grupo frente a proposta de Ivo.

Os resultados daquele processo são bem interessantes. Fizeram um plebiscito na favela inteira. E a questão era o que fazer com a ocupação do IBGE. E com bastante destaque apareceu a questão da Centro de Capacitação, e o morro inteiro votou a favor da construção desse Centro de Capacitação. (NILCEMAR, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, em 06 abril 2013).

Todo esse movimento em torno da chegada da UPP no morro me fez ter um *insight* sobre a questão. A realidade é que a dinâmica e o anúncio de chegada da UPP reconfigurava (ou pelo menos tentava reconfigurar) as articulações locais e proporcionava movimentos associativos diferentes. Estava dada a questão para a pesquisa. Esse rearranjo dos grupos locais, pensando aqui a partir de associações de moradores, organizações locais e lideranças políticas, a partir da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora era concreto, o define a questão como central na pesquisa.

Nesse cenário o que parecia estar definido e com as posições ocupadas pelos atores, logo se transformam em dúvida. A primeira delas surgiu para entender o que representava, de fato, a figura de Nilcemar, pois esta não se mostra a frente de nenhuma outra reunião, aparentando um total afastamento da associação (no singular para seguir o raciocínio de uma única associação) e/ou dos grupos políticos. Apesar de não ter ascendência política sobre o grupo que ali estava seu lugar na reunião era de líder desse grupo. No pós-inauguração da UPP, Nilcemar não se fez presente em nenhuma arena pública. Qual era o papel de Nilcemar nesse processo? Ela mesma responde:

⁵² A Capemisa é uma empresa no ramo de Seguro de Vida e Previdência.

Eu tenho perfeita consciência do que eu represento no imaginário desse coletivo. Uma parte herdada e outra pelo meu jeito de ser. Sou herdeira de duas grandes lideranças na Mangueira, duas referências (Cartola e Dona Zica). Sou uma pessoa como eles, mas que, no entanto eles sabem que meu compromisso é social e eu consigo as coisas. Eu estou pronta para defendê-los sempre. Eles sabem disso. Eu gozo de uma confiabilidade com eles. Eles sabem que eu não interesse nesse processo. Eles sabem que eu luto pela mesma causa ... é a mesma da deles. Relação de referência e de força política. Posso falar por eles. Vou ter instrumentos para lutar que eles não têm. Porém, no dia a dia, eu não posso me envolver na associação. Ser da associação envolve implicações outras que eu não concordo e que não é saudável. Se eu militar para transformar a associação para o que deveria ser eu teria que me dedicar para mudar o modelo de atuação.. eu só faria isso, muita coisa precisa ser feita. Outra coisa são as facções políticas...partem de uma visão ainda da política da dentadura...Então, naquele dia, eles sabem que eu entendo o papel de cada, sabem da minha isenção...tem coisas que eles não podem falar, seja pelo compromisso com os políticos ou bandidos...Aqui eu não devo nada para ninguém. Eu tenho isenção. (NILCEMAR, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, em 06 abr. 2013)

Segundo Nilcemar, sua participação era justamente ser porta-voz isenta das demandas que também comunga enquanto “cria”⁵³ da favela. Não fazer parte da associação e de grupos políticos faz e ao mesmo tempo ser neta de Cartola e Dona Zica eleva Nilcemar a uma posição diferenciada no grupo. Ela reforça ainda que daquela reunião e do resultado daquilo que ela chamou de plebiscito, houve um ensaio de organização e todos estavam presentes com faixas e com o documento contendo os resultados para entregar as autoridades no dia da inauguração da UPP.

Do encontro apontado acima, meu mandato foi conhecer mais a fundo as lideranças e a própria Mangueira. Solicitei reuniões com cada um dos participantes, justamente para tentar entender o que estavam imaginando com a chegada da UPP e de fato qual a preocupação e posicionamento frente a essa nova dinâmica no território. A primeira delas seria com Mano, presidente da associação de moradores da Mangueira. Marquei diretamente na associação, porém no dia marcado me dirigi à associação do Buraco Quente, justamente a de maior acessibilidade. Essa associação fica na Travessa Saião Lobato e a menos de 500m da Rua Visconde de Niterói, área formal da cidade. Cheguei à associação e perguntei sobre Mano.

⁵³ Aqui é preciso fazer uma ressalva, pois na entrevista de Nilcemar fica claro que ela conviveu pouco tempo como moradora da favela. Nilcemar fala de um coração mangueirense devido as suas raízes.

A menina (que depois fiquei sabendo ser Ana, vice-presidente da associação de moradores da Mangueira) me falou que Mano não ficava ali e sim na Associação dos Telégrafos. Aí começa a minha primeira incursão, diga-se de passagem, com um grau de aventura pela Mangueira. Seria o meu “batismo” na favela verde e rosa.

Não tinha ideia de como chegava à associação. Dá última vez que fui até os Telégrafos, subi de carro. Dessa vez, a fim de buscar de vez uma inserção pelos becos e vielas e começar a entender as localidades, resolvi pegar uma carona com um morador que chegava à associação e também procurava pro Mano. O morador tinha o nome de Roque e de cara me perguntou quem eu era e o que estava fazendo ali. Expliquei que trabalhava na prefeitura e de imediato Roque me perguntou se eu estava trazendo algum projeto para “expresidiário”, afirmando ser difícil conseguir alguma coisa na posição que se encontrava. Subíamos os becos, virávamos para esquerda e direita e quando estávamos no miolo da Mangueira, um rapaz nos para e pergunta para Roque para onde estávamos indo e quem eu era. A abordagem me assustou um pouco, uma vez que a favela estava “ocupada” pelo BOPE e dali a poucas semanas uma UPP estaria instalada. O rapaz decidiu conversar com Roque de forma separada. Nesse momento tive medo, pois comecei a perceber que não sabia ao menos em que direção era a “saída”. Ficar ali, num local que não conhecia, sem entender bem o que estava acontecendo e sem saber onde estava, serviu para frear a naturalização de uma favela “ocupada” pela polícia. O rapaz veio em minha direção e perguntou para onde eu estava indo. Falei do encontro com Mano e ele “autorizou” minha subida. Estava consumado o meu batismo.

Depois da odisséia da subida, enfim encontrei Mano. Em sua sala, fui apresentado a Pedro, que se colocava como um coordenador da TV Globo para gravações em áreas de favelas. Pedro afirmara ter sido segurança, e que pela sua experiência na negociação com “os donos” da favela para fins de gravações, assumira a função de coordenar esse tipo de ação na TV Globo. Não encontrei mais Pedro, e fica a interrogação desse papel, no mínimo inusitado.

Quando sentei para conversar, Mano pedia uma quentinha para secretária da associação, e isso era por volta das 15h. Desse pedido, Mano começou a conversa falando da vida agitada de um presidente de associação, e da soma de problemas que tinha de administrar. Contou-me um pouco de sua trajetória, em especial quando foi administrador regional na Rocinha e das dificuldades que passava diariamente por essa relação com uma favela dominada por um grupo criminoso rival. Apesar de ser nascido e criado na Mangueira e conhecer os “donos”, reiteradas vezes teve que dar explicações sobre a relação com a

Rocinha e suas atribuições de administrador regional. A acusação de “X9” é sempre delicada.

A primeira conversa foi útil para conhecer um pouco da história de Mano e perceber de que redes fazia parte. Além disso, Mano parecia pouco afeito a percorrer o morro e me mostrar um pouco da realidade da Mangueira. Mesmo assim, a primeira caminhada estava agendada. Até então, Mano não citava qualquer ligação política com os quadros da Prefeitura, e ao mesmo tempo sofria críticas do principal grupo político por não se envolver nas agendas políticas oficiais. Em meados de 2012, Mano foi retirado da presidência da Associação. No imaginário de alguns moradores da Mangueira paira a ideia de que Mano traiu a confiança dos “meninos”, e por isso teve que sair da favela. Como são suposições, não entrarei no mérito da questão. Quem substituiu Mano na associação foi à vice-presidente, Ana.

Preciso abrir um parêntese para explicar esse processo de saída de Mano. Em todas as vezes que estive com Mano a percepção era de que tinha um respaldo considerável para tocar a associação. O grupo político salientava alguns incômodos na relação com o presidente, mesmo de forma velada, e apontava para a questão de Mano não estar junto em algumas frentes, não participar de algumas reuniões, mas Mano continuava a frente. Quando foi retirado, houve algo interessante. Lilido, presidente da associação do Sinimbú, localidade da Mangueira, assumiu provisoriamente a associação da Mangueira. Chegou a mandar um comunicado via email, mas a “tomada de poder” durou apenas um dia. Quando o encontrei, perguntei ao mesmo o que tinha ocorrido, e a resposta foi a de que era melhor preservar a institucionalidade, e esperar o processo eleitoral, evitando assim um “golpe” na vice-presidente. Esse momento é interessante, pois de alguma forma pode ser lido como parte das interferências da UPP na favela. Talvez, em outro momento, a escolha de Lilido teria sido sacramentada, sem nenhuma preocupação de caráter institucional. No momento, não permitir a oficialização da saída de Mano poderia representar um olhar diferenciado do comando local.

Assim como Mano, Ana é muito discreta nos movimentos da associação. Em todas as vezes que a procurei, as conversas foram evasivas, não dando importância para o trabalho que realizava. É preciso entender também que o trabalho realizado pela UPP Social procurava articular ações e serviços, porém sem nenhum poder de execução. Essa característica também se dava em relação ao grupo político. Apesar de algumas vezes ter encontrado Washington ou Biriba e irmos juntos à associação, havia um distanciamento de Ana com esse grupo. A única vez que percebi um controle maior de Ana foi quando articulei

um projeto chamado Cinema da Gente, de uma produtora de cinema via UPP Social. A estratégia da produtora era ofertar um pequeno curso (uma semana) e depois rodar um curta pensado pelos participantes, jovens da região, e realizar um fim de semana de cinema para toda a favela. A estrutura pensada no projeto envolvia a contratação de algumas pessoas da comunidade, como o mobilizador cultural, ganhando cerca de R\$ 300,00, seguranças para o dia da sessão de cinema comunitária (R\$ 100,00 por dia) e pessoas para prepararem os lanches durante a semana, também em torno de R\$ 300,00. Eu tinha pensado em colocar alguns jovens que conheci, mas Ana deixou claro que a associação só apoiaria se ela escolhesse as pessoas. Esse controle marcou as relações com Ana e a associação de moradores.

A segunda conversa foi com Nilcemar, justamente pelo aparente papel de líder que desempenhou na reunião citada acima. No encontro com ela teria a chance de entender um pouco sobre a função que desempenhava. Nilcemar me contou um pouco de sua história e demonstrou o quanto de articulação ela produz, e circulando em várias esferas governamentais. Muito se deve, obviamente, a marca que carrega por sua genealogia. Nilcemar é neta de Cartola e Dona Zica, o que já a coloca de antemão numa posição de destaque na Mangueira. Além disso, trabalhou na Secretaria Municipal de Cultura (onde se aposentou) e se divide entre a direção do Centro Cultural Cartola⁵⁴ e o doutorado que cursa na UERJ. “Mesmo não se tratando de uma liderança comunitária, como ela mesma disse, “é herdeira de duas grandes lideranças”, que respaldam seu papel na Mangueira.

Minha conversa com ela serviu para entender definitivamente o conflito que existe com a direção da Escola de Samba, ou melhor, com o presidente da Instituição, Ivo Meirelles. Nilcemar explicou as dificuldades, afirmando que Ivo é completamente descolado do convívio na favela e nas prioridades de seus moradores.

A interferência nas decisões de Ivo na favela tem um efeito bastante representativo justamente pela questão da mistura entre Mangueira-Escola de Samba e Mangueira-Favela.

Outro detalhe era a relação com o irmão, Pedro. Segunda ela, Pedro abriu mão de tocar o Centro Cultural e se dedicava a outras frentes. Sem muitos detalhes, Nilcemar demonstrava certo desapontamento por estar sozinha a frente da instituição. Aliás, Pedro

⁵⁴ O Centro Cultural Cartola é um galpão muito grande, localizado na via principal de acesso a Mangueira, a Rua Visconde de Niterói. Logo na entrada, possui um espaço que funciona como uma espécie de Museu Carnaval. Além disso, possui salas diversas para atividades desenvolvidas pela Instituição. Na parte superior existe um centro de pesquisa do samba e do carnaval com um excelente acervo de pesquisa. Vários pesquisadores do tema procuram o espaço. Aliás, o tema de pesquisa de Nilcemar refere-se ao Samba e ao Carnaval.

desempenha um papel diferente de Nilcemar. Assim como ela, Pedro carrega a marca de ser neto de Cartola e Dona Zica, porém sua atuação tem ligação direta com a política. Pedro também está no PMDB Comunitário, mas seu passado o coloca nas arenas de forma mais livre, falando mais a sua opinião direta e respeitando menos as hierarquias partidárias. A descendência permitiu a Pedro ter contato direto com o prefeito e com o governador, ao menos nas visitas de ambos a Mangueira.

Para exemplificar essa autonomia de Pedro em relação ao PMDB e ao político que atua diretamente na região, na eleição para presidente da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, Chiquinho da Mangueira era um dos candidatos, mas Pedro apoiava um antigo presidente, Percival. Além disso, afirmava ser nociva a eleição de Chiquinho para a Escola. O objetivo maior de Pedro é capitanear a construção de um Centro Cultural no prédio do IBGE. Na última vez que estive com Pedro, em abril de 2013, Pedro me levou a sua casa para apresentar um projeto feito com recortes de revistas e jornais, que para ele seria o ideal para o prédio do IBGE, segundo o seu imaginário.

A terceira e crucial conversa que realizei no momento de entrada foi com Marcos Biriba. E sem medo de errar, foi a partir dele que de fato fui “conectado” de uma vez na rede da Mangueira. Ao contrário dos outros encontros, Biriba marcou um encontro ao ar livre e foi de imediato acionando outros atores para falar da minha chegada. No mesmo dia pude conhecer Silmar (presidente da Associação de Moradores da Candelária), Washington (Articulador político da rede do vereador Guaraná, e aparentemente o líder desse grupo), Celso Peres (ex-presidente da Associação de Moradores da Mangueira, atualmente trabalhando na Vila Olímpica, ao lado de Chiquinho da Mangueira), Dona Áurea, liderança da Candelária (atuante na área da saúde), Dona Tânia, técnica de enfermagem de um posto de saúde comunitário e liderança na Candelária, Marquinhos, um grande e ativo produtor na área de esportes, igualmente na Candelária, dentre comerciantes, representantes de uma Paróquia que dá nome a localidade (Nossa Senhora da Candelária) e ainda alguns moradores. Foi também com Biriba que conheci de fato a Mangueira, caminhando dentro da favela.

A tentativa de definir Biriba é complexa. “Cria” da Mangueira, Biriba começou a atuar na política há cerca de 15 anos. Segundo ele, os primeiros contatos nasceram de forma espontânea, a partir de campeonatos de surf que costumava acompanhar montando seus palanques. A identificação de que morava na Mangueira chamou a atenção de alguns políticos, justamente pela junção da disposição do garoto ao trabalho comunitário. De lá pra cá, a filiação ao PMDB aconteceu, e há 6 ou 7 anos trabalha com cargos de assessoria política. Os anos de luta comunitária lhe renderam uma história dentro do PMDB.

Atualmente faz parte da Executiva Estadual do PMDB e da Diretoria Municipal do PMDB Comunitário. Um detalhe importante na leitura de Biriba é que apesar de estar trabalhando na assessoria de um vereador ligado diretamente ao prefeito Eduardo Paes, se define como apoiador de Sérgio Cabral: *“Eu sou Cabral...o Eduardo (Paes) chegou bem depois...já trabalhei em várias eleições para o Cabral...agora vamos eleger o Marquinhos (filho do Governador Sérgio Cabral) para federal”*. Um detalhe que complementa a figura de Biriba é o seu local de moradia, Biriba mora atualmente em um dos apartamentos do Mangueira I, condomínio construído pelo PAC 1 para atender as remoções na região, sobretudo a favela do Metrô. A polêmica em torno do apartamento diz respeito à ocultação das informações durante o processo. Muitos moradores me perguntavam sobre os apartamentos do Mangueira II alertando para o fato de privilégios concedidos com o Mangueira I, onde quem precisava de verdade ficou de fora.

Depois da conversa com Biriba e minha inserção nos eventos e reuniões do cotidiano da Mangueira, é possível descrever um pouco daqueles que identifiquei como liderança, ou personagens envolvidos nas redes associativas. É importante fazer essa diferenciação, explicando que a o esforço da pesquisa é justamente não ficar restrito às lideranças estabelecidas, mas sim identificar lideranças com atuação em outros campos de ação dentro da Mangueira.

Volto a Celso Péres, o qual já foi descrito quando tratei do breve histórico do associativismo na Mangueira, pela importância que representa. Muito próximo do Dep. Chiquinho da Mangueira, Celso Peres trabalhou nas últimas duas campanhas do deputado, além de coordenar a eleição majoritária na região. Com os vários mandatos na associação e a trajetória político-partidária, Celso pode ser considerado como uma das mais relevantes lideranças da Mangueira. E não se trata de ranquear as lideranças, mas sim de analisar a história de cada um e sua capilaridade em toda a favela. Andei com Celso em todas as regiões. Para a realização do Fórum, Celso caminhou e me apresentou a vários moradores, líderes (ou não), religiosos, comerciantes, enfim, mostrou-se super reconhecido na favela.

Washington, ligado a Guaraná como Biriba, parecia ter ascendência sobre ele. Todas as vezes que chegava a Mangueira e encontrava Biriba, esse avisava Washington da minha presença. Com o passar do tempo entendi que esse movimento feito por Biriba era muito mais relacionado ao seu modelo de atuação, do que algum poder de chefia de Washington. Durante o ano de 2012 Washington tentou se conectar com a associação de moradores, mesmo depois da saída de Mano 2013 percebi um certo distanciamento de Washington das atividades partidárias. Biriba me informa que o único que possui cargo com Guaraná

atualmente é ele, o que pode explicar essa relação com Washington. Segundo Biriba, Washington continua atuando com o grupo político.

Nessas caminhadas, às vezes com ele, outras com Celso Peres, conhecia outros atores importantes, desde lideranças a moradores que seriam de fundamental importância para minhas peregrinações na favela. Lembro e recupero aqui uma citação que li no trabalho de Constant (2007, p. 48), mas de autoria de Roberto Da Matta (1978). Essas caminhadas no morro indicavam “*como é poderoso ater-se à voz (...) dos informantes, seja na sua fala cotidiana, seja naquilo que decidem inventar*”. Em toda a abordagem etnográfica é preciso manter a percepção e audição atentas para todas as variáveis de um trabalho de campo.

Silmar, presidente da associação da Candelária, era uma liderança tradicional, mas logo foi destinado a trabalhar numa favela do Engenho Novo. Aliás, essa é uma característica da Mangueira. Zé Roque, antigo presidente da associação de moradores dos Telégrafos e outra liderança tradicional, atualmente é presidente da associação de moradores do Salgueiro. Essa relação é no mínimo curiosa e estranha. Não é possível comprovar os motivos que levaram Zé Roque ou Silmar para atuarem em favelas onde não residem, e com isso, pouca ou nenhuma identificação com a favela. Normalmente, moradores com uma história na favela ocupam essas funções. Tentei algumas vezes entrevistar Zé Roque, mas não obtive sucesso.

A cada dia que chegava à Mangueira, mais pessoas conhecia e em mais redes era inserido. Biriba sempre foi o grande elo dessa trajetória. Fui apresentado a Marquinhos, que desenvolve projetos esportivos na Candelária, a Babau, liderança da Pedra (localidade próxima a Candelária), ao Pastor Dirchrê, liderança religiosa, Paulista, jovem com uma entrada importante na ocupação do IBGE e funcionário da associação, dentre outros personagens.

O interessante desse circuito de “reconhecimento” foi perceber também a disposição das lideranças e também a parcialidade de Biriba na hora de referendar este ou aquele morador enquanto liderança local. Entretanto, nesses deslocamentos, esse direcionamento sofria algumas intempéries. No Buraco quente me deparei com Bira, mais conhecido como Bira Show, liderança do Buraco Quente. Bira tem interlocução com o grupo de Biriba, (aliás, todos têm) mas não está ligado às estratégias partidárias e nem ao modelo de atuação comunitária. Bira é aquele líder histórico, já passou pela associação de moradores. Dona Ira é outra figura importante na localidade. Ira é líder dos comerciantes que ficam nas barracas da Visconde de Niterói, próximo à quadra da Escola de Samba. No dia seguinte ao da

ocupação, o “choque de ordem”⁵⁵ realizado pela prefeitura colocou abaixo todas as barracas, sem chance de serem ao menos ouvidos. A agenda de D. Ira objetiva esse processo.

Ainda no Buraco, me deparei com duas ONGs locais, o CCRAU (Casa de Cultura e Referência Afro-Urbana) e o Batuque Favela. O CCRAU desenvolve ações educacionais para crianças e adolescentes, enquanto o Batuque propõe um trabalho através da música. Na primeira conheci Dulce e Arnaldo, casal especialmente articulado, tanto com a associação de moradores, quanto com o grupo político local. Dulce já trabalhou no poder público e por isso tem uma interlocução com a Prefeitura e com o Estado, ambos na área da Assistência Social. No projeto Cinema da Gente, já citado anteriormente, o CCRAU foi o parceiro indicado para abarcar o curso, ofertando o espaço. Nesse processo ficou claro o respeito da organização a hierarquia estabelecida na favela. Sem o aval da associação eles não fariam o curso. Foi preciso uma reunião com a associação para referendar a parceria com a instituição. Já Alexandre Bimba, do Batuque Favela, atuava na instituição como coordenador. Parente de Mano, Bimba se divide entre o Batuque e a função de agente de saúde da prefeitura. A reunião que tive com o Batuque contou com uma coordenadora, Andréa, que durante o encontro foi a pessoa que descreveu as ações do Batuque e direcionou toda a conversa.

Bimba ficou calado ouvindo as considerações sobre a UPP Social. A instituição é recente, carecendo ainda de mais parceiros, apesar de ter um bom espaço. No desenvolvimento das ações, é possível perceber um trabalho musical importante na Mangueira, objetivo da instituição. Valdinho Freire, Neném do Chalé e Jonhny desenvolvem esse trabalho musical. Celso Peres aparece como diretor dessa organização, fornecendo insumos para o entendimento dessa rede montada da Mangueira. As conexões se mostram novamente nesse cenário.

Ainda na sequência das instituições, Kelly, da Associação de Meninas e Mulheres do Morro da Mangueira é uma liderança importante na Candelária. Sua instituição trabalha especialmente na área da educação e da cultura, formando leitores e oferecendo uma Biblioteca comunitária com um ambiente bem agradável para crianças. A instituição ainda conta com um laboratório de informática com cerca de 8 computadores, trabalhando na formação em áudio e vídeo. Kelly tem ligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), por

⁵⁵ A Operação Choque de Ordem foi um modelo de atuação criado pela prefeitura para coibir a desordem urbana. O problema das operações realizadas com esse intuito é que as ações não são pautadas pela informação e pela escuta dos moradores sobre a cultura local. A ideia de se ter uma ordem urbana para toda a cidade sem entender os códigos estabelecidos resulta em arbitrariedade e desrespeito por parte da Prefeitura.

isso o afastamento do grupo do PMDB.

Do Chalé, conheci Márcia, liderança ligada ao grupo do PMDB Comunitário, e de forte atuação na localidade. Márcia possui um comércio na região, o que a torna independente no âmbito financeiro e por isso procura desenvolver ações sociais sem um interesse direto em cargos e remunerações. Márcia procura sempre trazer mais investimento para sua localidade. Na Vila Esperança fui apresentado a Dona Vera. A demanda da localidade era por moradia, pois a região estava afundando. Vera tinha laudos de interdição de 2009, mas não possuía solução para o caso. Sua reclamação era contra Mano, que segundo ela, foi quem elaborou a listagem dos moradores que seriam contemplados com os apartamentos do Mangueira I. Com a finalização do Mangueira II, Vera espera sair da casa onde mora e ocupar um dos apartamentos junto com vários moradores da Vila Esperança.

Por fim, Lilido e Wágner, lideranças do Sinimbú. Ambos têm um canal de interlocução com o grupo político, mas atuam com maior independência, até mesmo pelo fato do Sinimbú ficar distante do centro efervescente da Mangueira e por se tratar de um local muito precário. Dessa forma, Lilido atua como presidente da associação do Parque Sinimbú e Wágner como seu diretor. Lilido tem forte presença no movimento associativo da Mangueira. Mesmo numa comunidade muitas vezes não identificada como Mangueira, Lilido tem relação direta com o grupo político do PMDB.

Vale um destaque aqui para a pessoa de Mama. “Cria” do coração da Mangueira (como se auto define), Mama foi à pessoa que me acompanhou em boa parte das minhas andanças pela favela. Foi colocado por Biriba na rede de atuação política na Mangueira, e com isso, por várias vezes estive com a missão de me acompanhar. Mama é um egresso do tráfico. Hoje com mais de 40 anos, ainda tem uma presença marcante na comunidade e um histórico que o coloca em destaque por onde transita. Por se tratar de um lugar muito tenso, e de uma instalação de UPP recente, o mais fácil na hora da circulação era andar com um cria, e daí a frase que marca a pesquisa, proferida por Biriba ao justificar a presença constante de algum morador junto a mim: *“Aqui tem que andar com cria [...] aqui só se anda com cria”*. Apesar de entender que o uso desses termos também era uma forma de tutelar a minha presença e a minha articulação, confesso não seguir a risca essa orientação. Por várias vezes caminhei sozinho, o que me suscitava outro olhar sobre o campo e sobre as pessoas.

Um local importante para a Mangueira, o qual eu não obtive sucesso na interlocução foi a Escola de Samba. No período de campo, o presidente da agremiação era Ivo Meirelles. Por algumas vezes tentei marcar um encontro com o presidente, até mesmo para entender sua posição no tecido social da Mangueira, mas tornou-se algo impossível. A Escola passava por

grande turbulência. Em março de 2012 houve a denúncia⁵⁶ de que traficantes tinham invadido a quadra exigindo a retirada de Ivo da presidência. Dentre outros percalços, o processo eleitoral conturbado impediu a criação de qualquer vínculo.

Entretanto, a Escola de Samba desenvolve alguns projetos sociais importantes. O de maior destaque é a Escola de Samba Mirim Mangureira do Amanhã. Tidinha é a responsável pela organização da escola mirim. O projeto atende crianças de 7 a 17 anos. São oferecidos na Mangureira do Amanhã, cursos de percussão, chapelaria, porta-bandeira, entre outros. Só a bateria é composta por duzentas crianças.

Para além desses que elenquei acima, meu cotidiano na Mangureira me colocou em contato com a realidade do local e os problemas e dinâmicas que surgiam a cada dia. Sentei com moradores, com garis comunitários, com comerciantes, com pastores, e com vários compositores da Mangureira. Essa diversidade de contatos também foi fundamental para a construção da pesquisa.

A identificação de lideranças teve uma substancial participação de Biriba e Celso Peres. Mas é preciso salientar que conheci pessoas também a partir do cotidiano na favela, sobretudo os representantes de instituições, como a Kelly, Dulce e o Bimba. Mesmo certo do viés que a apresentação via Biriba proporciona, o papel que desempenhava também me fez buscar encontros descumprindo a recomendação de Biriba sobre o “andar com crias”, o que criava mais liberdade de ação.

Na forma de interlocução, buscando ouvir e manter sempre a percepção aguçada para o todo (HÉLIO SILVA, 2009) pude desenhar um mapa das lideranças, suas agendas e seus desafios. Além disso, pude perceber o quanto estavam se colocando nesse novo cenário. A partir de agora o trabalho de campo sistemático seria o ponto chave para tecer algumas análises.

Ao descrever o campo a partir do perfil das lideranças ligadas à associação de moradores e daquelas ligadas as ONGs locais, fica claro que o movimento associativo atual se traduz, sobretudo, a partir dessa configuração, ou seja, da junção desses dois grupos. Entretanto, na Mangureira, esse contorno associativo característico do século atual traz consigo a participação expressiva de estratégias político-partidárias. A intercessão da política com as associações e os representantes de ONGs locais será tema do próximo tópico.

⁵⁶ Jornal Extra – 29/03/2012. A Matéria também circulou em rádios e TV aberta.

3.2 O Arranjo político no Rio de Janeiro: as estratégias do PMDB Comunitário e a força política no movimento associativo

Desde a redemocratização nos anos 1980, o Rio de Janeiro não vivia um momento com um alinhamento político tão favorável. Durante alguns anos as relações eram pautadas pelas disputas políticas que colocavam em xeque estratégias de alianças que pudessem pensar a o estado e a cidade de forma integrada. Na caminhada dos anos 1980 e 1990, a falta de planejamento em políticas públicas e a instabilidade econômica resultaram na transformação da cidade maravilhosa para cidade com altos índices de violência (LEITE, 1999), que ganha o codinome dado por Ventura (1994) de “Cidade Partida”. A relação entre morro e asfalto, favela e cidade ficou marcada pela ação diferenciada do Estado. Como visto na história das favelas, é somente em meados da década de 1990 que os projetos de urbanização ganham mais força em comparação com as remoções.

Na cidade do Rio de Janeiro, especialmente durante a gestão do prefeito César Maia (1993), em especial os primeiros mandatos, algumas favelas da cidade receberam obras de urbanização. A Mangueira foi uma delas, com as obras do Favela- Bairro. As intervenções realizadas foram de grande monta, incluindo a construção de equipamentos públicos de elevada importância para os moradores do complexo da Mangueira.

Depois de um período de baixos investimentos, com a chegada de Lula ao poder em 2003 houve um redirecionamento das ações públicas, sobretudo as de caráter social. Essa mudança considerável resultou, quando pensamos no Rio de Janeiro, numa maior possibilidade de investimento nas áreas de favelas do Rio de Janeiro. Apesar de todas as dificuldades, os avanços na área social são fundamentais para a formulação de estratégias políticas voltadas para as áreas populares.

Voltando para a esfera do Rio de Janeiro, com a eleição de Sérgio Cabral (PMDB) e o governo iniciado em 2007, o alinhamento com o governo federal se conjuga com o início do segundo mandato do presidente Lula (PT) e lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A previsão de investimento em obras de saneamento básico e obras de urbanização e mobilidade urbana indicam uma grande possibilidade de investimentos em favelas.

Esse quadro ganha ainda mais força no Rio de Janeiro com a eleição de Eduardo Paes (PMDB) para prefeito da cidade em 2008. Poucas vezes houve um alinhamento político como o desenho que acontecia no Rio. Governo Federal, Estadual e Municipal com o discurso similar e apoios mútuos. Já como presidente, Lula fez parte de toda a campanha de

Sérgio Cabral e Paes no Rio de Janeiro, gravando inclusive mensagens de apoio no horário político obrigatório.

Não é surpresa a presença do PMDB no governo. Desde o governo de Fernando Collor⁵⁷ em 1990 que o PMDB faz parte do governo. Com Lula não foi diferente. Essa junção no Rio carregou uma eleição majoritária na câmara de vereadores e na Assembleia Legislativa (ALERJ). Esse cenário fez com que o executivo do Rio de Janeiro governasse com todo o apoio possível, aprovando o que desejavam.

A eleição de Dilma Rousseff (PT) em substituição ao presidente Lula (mas dando continuidade ao seu projeto político) ratificou o processo de aproximação com o PMDB e o Rio de Janeiro. Dilma é eleita com seu vice Michel Temer, do PMDB. Dando sequência a estratégia utilizada no governo Lula, Dilma lança o PAC 2, além de reforçar o programa “Minha Casa, Minha Vida”. No Rio, o governador Sérgio Cabral (PMDB) é reeleito para mais um mandato. A aliança se tornava ainda mais forte.

Nessa conjuntura, a política local desenvolvida ganha novos contornos, reafirmando a fase positiva para o lançamento de estratégias políticas de cunho popular. O PMDB já funciona a partir de agendas temáticas, como o PMDB Mulher, o PMDB jovem, o PMDB verde e etc. A criação do PMDB Comunitário seguiu a mesma lógica, agregando a potencialidade eleitoral elevada dada a grande densidade nas favelas cariocas, e o momento propício com um maior poder de investimentos em obras de urbanização de grande visibilidade. Não é a toa que em várias favelas do Rio a estratégia em obras de urbanização e mobilidade traz como característica a implantação de Teleféricos e a construção de Planos Inclinados, este último uma espécie de elevador para as favelas com elevação considerável.

Esse momento político era o estado fértil para a implantação de uma estratégia política como o PMDB Comunitário, pois se liga diretamente a realização de melhorias, sobretudo nas favelas com UPP, devido a grande visibilidade de áreas onde o Estado atuava de forma precária. A união de um novo modelo de policiamento com a participação mais efetiva do Estado criaria uma participação política com resultados. Vale a ressalva que a atuação do PMDB Comunitário não se restringe em favelas com UPP, caso contrário seria uma atuação eleitoral limitada, o que não interessa aqueles que pretendem se manter no poder.

Entrevistei Biriba para entender um pouco mais da composição, dos objetivos e

⁵⁷ Primeiro presidente eleito através de eleições diretas pós-ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil, Fernando Collor também foi o primeiro presidente a sofrer um impeachment. Collor foi retirando da presidência em 1992.

métodos de atuação, quem coordenava esse trabalho e, especialmente, como era a relação política local, uma vez que na Mangueira o nome de Guaraná aparecia como central nesse processo, sendo que o político da região é o deputado Chiquinho da Mangueira. A iniciativa é contada assim por Biriba:

Tá. O PMDB Comunitário, ele partiu do próprio partido, que já existia, como outro segmento, como o Afro, PMDB Mulher, PMDB Sindical, PMDB Jovem. Aí devido a esses segmentos, e a maioria desses segmentos tem pessoas ligadas às próprias comunidades, veio lá através da iniciativa lá do próprio Picciani, que é o presidente, mais o Amaury Cardoso, que é da Fundação Ulysses Guimarães, já abriram espaço pras comunidades, e nada melhor do que o PMDB Comunitário; através de quê? De núcleos, núcleos de pessoas que já eram filiadas, ou já participavam de algum outro movimento dentro do partido, ou que já estavam lá há muito tempo, e aí com o propósito de dar qualificação, como curso de agente de cidadania comunitária, que nós fizemos, quando teve uma média de oito pessoas. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun. 2013)

Chama a atenção no início da fala de Biriba a figura do organizador da iniciativa comunitária, Picciani, presidente do partido, e a forma de cooptação, através do Curso de Agente de Cidadania Comunitária. A formação de núcleos não é nenhuma novidade, a surpresa é a utilização desse modelo por um partido como o PMDB, que em sua história esteve ligado sempre a situação, desprezando qualquer possibilidade ideológica. A busca por diversidade na área de atuação também é importante ser ressaltada:

Aí nisso foi feito um trabalho de reuniões com lideranças, gente voltada das associações de moradores, paróquias, Ongs, quer dizer, segmentos... comércios, e foi dado início a esse processo; aí devido a... Assim, eu, particularmente, vim do processo partidário já há uns 15 anos, a gente começou isso pela Mangueira, através de um grupo que já tinha compromisso dentro da comunidade, e alguns até vinculados à associação de moradores, como diretor e tal; então, foi uma coisa com transparência, ainda mais que nós já tínhamos aqui, na região, e temos ainda um deputado, que é o Chiquinho, que é do PMDB, então, ele abriu a Vila Olímpica pra fazer reuniões – você mesmo participou de algumas. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun. 2013)

Como expressado por Biriba, cheguei a participar de algumas reuniões do PMDB Comunitário realizadas na Vila Olímpica. Nas reuniões ficava claro que a estratégia era voltada para o desenho de ações eleitorais futuras. Participei no ano eleitoral de 2012, o que aumenta ainda mais esse envolvimento. O discurso de Biriba fala sempre na questão comunitária, e em como os recursos podem ser acessados por esse grupo. Entretanto, na entrevista fica nítido que o grupo ligado ao político local de maior envergadura consegue se colocar como protagonista das ações no morro. Chiquinho novamente surge no discurso:

Não, aí é assim, por exemplo, o processo Chiquinho foi que esse grupo que tem algumas pessoas que já eram do PMDB, ele sabendo desse movimento que está tendo, do PMDB Comunitário, ele teve a informação que já tinham pessoas ligadas a ele mesmo, politicamente, seja de ajudar comunitariamente ou não, de dar esse espaço pra... como se fosse um apoiador, tanto que na posse nossa... quando a gente veio a se formar no curso de agente de cidadania comunitária, ele que estava lá, ele que foi o padrinho que assinou... ..as filiações do PMDB. Na Mangueira. Só que aí acontece que o nosso núcleo é o núcleo Mangueira, mas a gente trabalha regionalmente, aí não é só a Mangueira, e sim São Cristóvão; o nosso grupo aqui, na Zona Norte, que aí vai de Manguinhos, Providência, Barreira do Vasco, Tuiuti, Praça da Bandeira, Leopoldina, Triagem [...]. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun. 2013)

A entrevista vai revelando aos poucos a estratégia de atuação, sobretudo do “padrinho” Chiquinho da Mangueira. Mesmo a Mangueira sendo uma favela de destaque na cidade, e mesmo que todos os moradores votassem em Chiquinho, talvez o resultado numérico não fosse capaz de elegê-lo deputado estadual. Por isso, a formação do PMDB Comunitário prevê a atuação na região, desenhado pelo próprio Biriba como sendo 11 bairros⁵⁸.

Mesmo afirmando durante toda a entrevista o papel democrático do PMDB Comunitário e o objetivo de trazer ações para a comunidade, a tática está centrada na individualidade e na lógica tradicional da trácia de favores. O personagem central desse processo é Chiquinho da Mangueira. O modelo de atuação do deputado ratifica a formação do núcleo e a vinculação da região em torno de si:

Aí por que o núcleo [...] a região está vinculado a ele? Porque, naturalmente, quando se precisa uma coisa, que não é época de eleição, a região vai nele; não é no assessor, não, é nele, lá, na Vila Olímpica, e ele atende qualquer um, qualquer cidadão, de chinelo, de terno, do que for; aí é o povo que vai na ALERJ, procura o Manel, nunca está, é o assessor que recebe, procura o João, nunca está, sabendo que vai na Vila Olímpica, e o Chiquinho atende ali, ele, de cara. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun 2013)

A dúvida quanto à participação do vereador Luis Antônio Guaraná nesse processo foi tema da entrevista. Qual o seu papel? Porque os cargos foram dados por ele e não pelo deputado? Essas respostas foram sendo dadas no decorrer da entrevista. Segundo Biriba, sua aproximação com Guaraná remonta a época que o atual vereador atuava com Eduardo Paes como secretário estadual de esportes:

⁵⁸ Os bairros são os seguintes: Manguinhos, Triagem, Benfica, São Francisco Xavier, Mangueira, Praça da Bandeira, Leopoldina, Caju, São Cristóvão, Barreira e Tuiuti.

Isso. Então, aí teve uma reunião do café comunitário, e a gente foi falar: “Ó...”. Só que aí teve uma história nisso, o garoto Biriba lá, que monta palanque, que dorme na friagem, que carrega caminhão, mais uma vez pega o Guaraná na Barra: “Guaraná, está vindo a vereador? O Eduardo está vindo a prefeito? Sabe que eu sou do PMDB, acabamos de eleger o Cabral, 15”, “É, Biriba. Por quê?”, “Tem uma região lá. Vamos lá, na região lá, sem comprometimento?”, “Marca, que eu vou”, e aí foi assim que nasceu isso; foi em 2006, eu acho... 2007. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun 2013)

A união definitiva com a comunidade ocorreu na época que era Secretário de Obras do município. A realização de intervenções nessas áreas pensando o ganho político nas eleições fez com que o secretário investisse na estratégia de colocar assessores em algumas favelas. Apesar de tentar da lógica meramente eleitoral, o próprio Biriba explica a necessidade do PMDB Comunitário e sua representação para os políticos:

Quando eu falo o Guaraná, é o secretário de Obras, não foi o vereador Guaraná, ele era secretário. Na primeira gestão do Eduardo Paes, o secretário de Obras pisava na lama, entrava lá dentro da comunidade. Independente do processo que for, é ele... o processo comunitário ia acontecer com o Guaraná, ou sem o Guaraná... Aí o que aconteceu nisso também? Junto com isso, tem uma coisa que chama-se números; o PMDB Comunitário, pelo menos o grupo Biriba – não o Biriba, o grupo Biriba... tinha que ter uma referência na urna, e se a gente trabalhasse só o 15, não dava pra controlar qual a referência dessa força... **...e essa referência hoje é 4.282 votos do vereador Guaraná** (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun 2013 - grifo meu).

A força do PMDB Comunitário é expressa pela quantidade de votos que seus militantes conseguem amealhar. O detalhe é a possibilidade de mensurar essa força, por isso a estratégia de apoiar um candidato, ao invés de pulverizar os votos em vários candidatos e perder sua moeda de troca, o volume de votos.

A manutenção desses núcleos também foi uma questão abordada na entrevista. E nesse momento é preciso sublinhar a chegada de Celso Peres e Mamá, e a compulsória participação de ambos na entrevista. Como não é possível distribuir cargos em todos os núcleos, a estratégia usada é a alocação desses militantes nos projetos desenvolvidos pelo poder público, ou até mesmo em projetos de ONGs locais. A rede associativa é importante nesse movimento de priorizar essas pessoas. Biriba exemplifica esse processo:

Então, olha bem. Vou dar o exemplo dele: ele é do núcleo, é do Comunitário e tal, então... A gente está falando de um processo de vaga, de emprego, não é de emprego de laranja, não é de emprego de morcego, é de trabalhador; então, olha o exemplo – por isso que a gente se espelha um pouco no Chiquinho. Se tem um faz-tudo, se vai vir o PAC, e um jovem, ou uma pessoa que saiu agora do processo, que ele decidiu ter outra vida, mas quer se ressocializar, se essa pessoa está se ressocializando, está fazendo um curso de eletricista, de faz-tudo, que lá dentro da cadeia, de repente, ele é ajudante de eletricista, ou está mexendo com estamparia, e esse curso está dando ali também, se vem o PAC, poxa, a vaga do PAC... então, esse é um processo... esse é o nosso projeto, pra que venha a qualificação, mas que a vaga, a comunidade

mesmo vai ver que estar dentro dali, porque esse jovem está fazendo o curso, ou o idoso está fazendo o curso, o emprego que vai abrir nessa obra que estava vindo, ou esse jovem, esse idoso sendo qualificado, ou ele acabou de ser qualificado, ele tem que trabalhar, independente de... A gente não é contra quem é de fora e tal, porque, independente do que pode acontecer, de um marceneiro, não sei, na comunidade não ter, aí a vaga vai ter que ser de quem? De um profissional marceneiro; se a comunidade não tiver, o cara pode. (BIRIBA, entrevista concedida a Vinicius Gentil, Mangueira, 13 jun 2013)

No decorrer da entrevista surgiu a questão da associação de moradores, e de como a estratégia partidária se coloca frente à dinâmica associativa. Esse tema é relevante, pois como já comentado aqui, a relação da associação de moradores na mangueira com esse grupo do PMDB Comunitário não é tão boa. Minha percepção aponta para uma disputa justamente pelos acessos, em especial ao poder público. O controle das ações governamentais abafa as realizações que, normalmente, recairiam na governança da associação de moradores. Entretanto, o discurso de Biriba indica um trabalho em parceria com a associação. Apesar do desejo do grupo de ocupar a associação, a mensagem de respeito ao papel da associação é veiculada: *“E o fundamento maior do PMDB é fortalecer... uma das diretrizes do PMDB Comunitário é fortalecer as associações de moradores”*.

A relação com a associação durante a pesquisa sempre foi politicamente correta, apesar das críticas à atuação e ao fechamento de canais de diálogo. A presença de ex-presidentes no grupo e o desejo de retomada via eleição na associação pode ser visto como um esquema de controle da rede local de forma mais completa. A próxima eleição na associação de moradores já marca uma disputa acirrada. Celso Peres já se coloca como candidato, mantendo a proposta de unificação de todo o complexo da Mangueira. O discurso de fortalecimento da associação torna-se fundamental a partir da projeção de vitória na eleição.

Com as instituições locais, é possível identificar uma aproximação maior com o Batuque Favela, até mesmo pela participação de Celso Peres, do PMDB Comunitário. O CCRAU também mantém uma relação de proximidade com os integrantes do grupo político, até pela garantia dos acessos que o grupo pode propiciar.

É preciso colocar que durante toda a entrevista Biriba explicou o caráter democrático do Comunitário, não blindando políticos, e cobrando iniciativas. Porém, esse discurso escorregava na aposta do controle da máquina na manutenção do partido no poder. O grupo do PMDB Comunitário vive de eleição em eleição, mostrando mais ou menos força, de acordo com o resultado das urnas.

Para dentro da favela, o fortalecimento do grupo e a cooptação de mais pessoas para

atuação política se dá com a visibilidade das ações e o controle de tais acessos. O político local precisa estar sempre vinculado às intervenções do poder público, demonstrando influência e autoridade. Palmeira e Heredia (2010) traduzem essa relação do PMDB Comunitário em relação ao controle das ações e a estratégia de atuação política:

Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de “iguais”, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes. (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 127).

Dentro do aspecto da política local e do controle, é importante tocar um pouco no papel que eu representava enquanto gestor público do programa UPP Social para as ações do PMDB Comunitário. Entendo que a minha rápida inserção na rede coordenada pelos assessores e políticos de tal grupo liga-se diretamente a representação da possibilidade de acesso a intervenções na favela. Como a ideia da UPP Social era o de articular as ações públicas no território, realizar mapeamentos refinados das demandas e promover a participação comunitária em todo o processo, em minha leitura, o meu papel representava uma referência para os grupos que buscam legitimar-se através de intervenções governamentais.

Entretanto, a metodologia utilizada pela UPP Social alterava em certa medida a prática do grupo do PMDB Comunitário. A adoção de reuniões comunitárias para a discussão das demandas é um exemplo disso. No processo de implantação do projeto “Vamos Combinar uma Comunidade mais Limpa”⁵⁹, as reuniões tinham como objetivo colocar moradores e responsáveis pelo poder público para discutir a viabilidade da execução de um plano local sobre o descarte do lixo pensado de forma coletiva. Esse processo, apesar de nada inovador, não era praxe na Mangueira.

As reuniões que pude participar organizadas pelas lideranças sempre foram de foro intimista, para o seio do grupo. Discutir em plenárias maiores era algo novo, e que deveria ser “controlada” pelo grupo.

A legitimação do meu papel no campo político e associativo se tornava ainda mais real quando essas reuniões resultavam em evento, como foi o caso do lançamento do

⁵⁹ Esse foi um programa articulado entre a UPP Social, a Comlurb e a Seconserva (Secretaria Municipal de Conservação) para implantação de uma nova logística da coleta de lixo, que contempla a colocação de novos contêineres para descarte do lixo, a ampliação do poder de coleta, além de propor um curso de conscientização com os moradores. A ideia é que o “Vamos Combinar” tenha uma efetiva participação dos moradores, criando multiplicadores em suas localidades.

programa “Vamos Combinar uma Comunidade mais Limpa”. A inauguração contou com a participação do prefeito Eduardo Paes, do presidente do Instituto Pereira Passos, Ricardo Henriques, do secretário municipal de conservação, Carlos Roberto Osório, da presidente da Comlurb, Ângela Fonti, do subprefeito André Santos e do presidente da Riolut, Henrique Pinto. Para as organizações da favela, para as lideranças ligadas as associações e, sobretudo para o grupo do PMDB Comunitário, ganhar destaque nesses eventos era fundamental. Neste dia, todos os assessores políticos da região caminharam com o prefeito. Mesmo chegando ao final do evento, o secretário estadual de segurança pública, José Mariano Beltrame, reforçou ainda mais o caráter político do evento.

Fotografia 8 – Lançamento do Programa Vamos Combinar uma Comunidade mais Limpa



Legenda: Da esquerda para direita: Capitão Nogueira (comandante da UPP Mangueira), Mano, presidente da Associações de Moradores da Mangueira, André Santos (subprefeito da Zona Norte e Mangueira – Blusa verde ao fundo), prefeito Eduardo Paes, Ângela Fonti (presidente da Comlurb, Carlos Roberto Osório, secretário municipal de conservação e Ricardo Henriques, presidente do Instituto Pereira Passos e coordenador geral do programa UPP Social.

Fonte: O autor, 2013.

Outra característica marcante do modelo de atuação do PMDB Comunitário é a visibilidade. Marcar posição de destaque no território de atuação é mostrar controle das ações. Esse modelo de atuação é usado tradicionalmente por políticos. Aparecer próximo do poder político deriva uma posição de protagonismo e indica a possibilidade dos favores a coletividade:

Por ser extensa, por não atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser, de algum modo, visível. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra; se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores, a palavra deve fazer-se acompanhar a presença física (um vereador que trabalha mas não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir “desprezada”); no caso dos políticos plenos (prefeitos, para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. A obra abre a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de ‘patronagem pública’). (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 128).

Um modelo de visibilidade tradicional é a visitação do político na base eleitoral. Esse método retroalimenta ambos os lados do jogo político. Para as lideranças comunitárias e para o grupo político do PMDB, a presença de Eduardo Paes, políticos com cargos eletivos e secretários legitima e reforça o modelo o trabalho que realizam no cotidiano. E pelo lado do político eleito, a visita à comunidade com o palco armado e todos os assessores mobilizados, ganha visibilidade local e mídia. Normalmente, essas visitas são feitas para o lançamento de algum programa ou para o informe de intervenções importantes na favela (KUSCHNIR, 1999).

No período de campo, além do lançamento do “Vamos Combinar”, pude presenciar o lançamento do programa Melhorias Habitacionais em fevereiro de 2012. O interessante desse evento político era a aliança que estava sendo desenhada para a reeleição de Eduardo Paes. O programa que estava sendo lançado na Mangueira era o programa Cimento Social⁶⁰, do Senador Marcelo Crivella. Com a aliança selada, o programa ganharia mais musculatura e seria agora encampado pela Prefeitura do Rio, através da Secretaria de Obras do município. Os objetivos continuavam ser o de reconstrução de cerca de 80 unidades habitacionais na Mangueira.

No lançamento, compunham o palanque montado em frente ao Buraco Quente, o prefeito Eduardo Paes, o Senador Crivella, o deputado federal pelo PRB, Vitor Paulo, o deputado estadual Chiquinho da Mangueira, vários políticos do PRB, partido do Senador e da Igreja Universal, além de Ana, presidente da associação de moradores e de Pedrão, do PMDB Comunitário. Da comunidade, cerca de 50 moradores ocupavam as cadeiras para ouvir o discurso rápido do prefeito.

⁶⁰ O programa Cimento Social tinha como objetivo a restauração de casas populares em favelas cariocas. Em alguns casos novas unidades eram construídas. Crivella tem um trabalho importante na favela da Providência.

Fotografia 9 – Evento no Buraco Quente para o lançamento do Programa de Melhorias Habitacionais



Legenda: Da esquerda para direita: Carla, diretora da associação de moradores da Mangueira, Ana, presidente da associação de moradores, a deputada estadual Rosângela Gomes (PRB), a vereadora Tânia Cristina (PRB), Pedrão, liderança da Mangueira e PMDB Comunitário, Senador Crivbella (PRB), o vereador João Mendes (PRB), o deputado Estadual Chiquinho da Mangueira (PMDB), o deputado federal Vitor Paulo (PRB), e o secretário municipal de obras Alexandre Pinto.

Fonte: O autor, 2013.

O PMDB Comunitário é composto por lideranças de várias favelas do Rio de Janeiro. A presidente é Roberta, também presidente da associação de moradores do Borel. O Diretório Municipal do Rio de Janeiro tem como presidente Gilson, igualmente presidente da associação de moradores do Turano, e como vice-presidente Tobi, ligado a associação de moradores do Jacarezinho.

O que chama a atenção nessa estrutura política reinventada é justamente o fortalecimento das relações voltadas para a troca de favores e o controle dos acessos que esse modelo permite fazer (KUSCHNIR, 2000). A organização de várias associações com o PMDB demonstra um profundo pragmatismo, com as lideranças interessadas em trocar os votos das massas por recursos e investimentos muito pontuais. A característica histórica de resistência que marcou a história das associações de moradores se choca com os métodos que lembra o coronelismo. Não existe nenhum plano de governo, um projeto de intervenção

real para as favelas. Como dito acima, o maior poder de investimento possibilitou a idealização de um ramo comunitário a partir de uma estrutura de partido definido pela volatilidade.

A lógica de atuação política não é inovadora. A cultura clientelista e a organização em torno de acordos frágeis remonta a obra de Leal (2012) que trata do Coronelismo do início do século. Guardando todas as proporções possíveis, o conceito de Leal (2012) pode ser usado pensando a perspectiva de atuação e criação do PMDB Comunitário. Pelas práticas observadas no campo, e pela própria descrição do modelo tradicional de atuação política, ou seja, negociando os números que são possíveis conseguir com favores de toda ordem, desde uma pequena intervenção dos serviços públicos, a uma ajuda para a construção de uma casa. O domínio político no Rio de Janeiro, isto é, governando estado e cidade, foi fundamental para a estrutura do PMDB Comunitário, pois essa estratégia só perdura com ações que reforcem o grupo local, mesmo que apenas peguem carona nas decisões que não tomam nem conhecimento. A lógica é bem exemplificada por Leal (2012) quando explica o sistema de reciprocidade:

E assim nos parece esse aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 2012, p. 63).

Utilizando de uma alegoria a partir dos conceitos de Leal (2012), o lugar do coronel local seria a do deputado Chiquinho da Mangueira. É ele o canal de negociação direta e de barganha política. Em todos os comentários e entrevistas, sobretudo a de opositores, a relação com Chiquinho era descrita como “normal”, “não tenho nada para dizer dele”. A descrição padrão é a de que, apesar dos métodos, Chiquinho atende a todos na Vila Olímpica. A fala de uma moradora da Candelária sintetiza a estratégia política: “*Chiquinho atende todo mundo..isso ninguém pode dizer dele não. Se você chega lá precisando de 50 tijolos, ele pode não mandar tudo, mas ele manda 10 e ajuda. Ele é assim*”.

E esse poder local só foi ampliado. Na última eleição para ocupar a presidência da Escola de Samba em abril de 2013, Chiquinho se candidata e vence. Não é de hoje que a Mangueira escola de samba aparece nos jornais sendo acusada de aliança com o tráfico, corrupção e fraude. Segundo um interlocutor que participa ativamente da escola de samba, o esquema usado por Chiquinho foi de incluir mais de 500 eleitores na listagem de votação. O

resultado ampliou os poderes do político. Chiquinho da Mangueira agora é presidente da Estação Primeira de Mangueira e o que se escuta é que ano que vem a Mangueira será a campeã do carnaval, pois os acordos agora estão feitos.

Fotografia 10 – Print screen do Blog do PMDB Comunitário



Fonte: Blog do PMDB Comunitário – Sessão Lideranças (2013).

3.3 “Nova Liderança”: o histórico policial no Rio e a relação da UPP no campo associativo

O emaranhado associativo da Mangueira, com a participação das lideranças tradicionais, das instituições locais e do grupo político coordenado pelo deputado Chiquinho da Mangueira, ganha compulsoriamente um ator “indesejado” pela favela: a Polícia Militar via Unidade de Polícia Pacificadora – UPP.

Discutir a presença policial a partir do associativismo é algo muito recente, uma vez que a instituição sempre esteve ligada ao conflito e a extrema violência utilizada nas favelas cariocas. Utilizando a representação da favela como espaço do crime e da violência, e a ampliação do domínio territorial por grupos armados reforçando a “situação de guerra” na cidade do Rio Janeiro, o Estado embasou seus métodos violentos nesses espaços. O artigo de Leite (2012) descreve bem esse cenário na cidade:

Dois pontos associados nesta formulação devem ser ressaltados. Primeiro, a *favela* é representada como território da não cidadania, submetida a uma força concorrente à do Estado. Segundo, a responsabilidade do Estado na proteção dos *favelados* quando

em combate ao crime é diluída tanto pela “situação de guerra”, quanto pelo fato de que, responsabilizados por suas escolhas pretéritas, não haveria inocentes entre eles. Assim, caberia aos mesmos arcarem com os custos de terem “optado” por um dos “lados” da “cidade partida”. A metáfora da guerra fez, assim, transitar parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, em que os *favelados* foram tomados como cúmplices dos bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local. (LEITE, 2012, p. 380).

Como bem colocado por Leite (2012), esse modelo resulta numa fronteira demarcada entre moradores e polícia militar, onde muitas vezes os grupos criminosos servem como protetores dessa população refém da violência. Essa “guerra” cotidiana nunca conseguiu apresentar resultados positivos. De modo reverso, o que ocorreu na relação polícia e favela foi à criação de uma repulsa de ambos os lados. Apesar do não envolvimento da população favelada com o crime, a identificação de “coniventes” se consolidou no imaginário da polícia. Havia uma necessidade urgente de intervenção na prática policial nas favelas.

As Unidades de Polícia Pacificadora surgiram a partir de uma experiência localizada na favela Santa Marta⁶¹. Na verdade, a ocupação nessa favela foi algo muito peculiar, devido ao agravamento de uma guerra de grupos criminosos rivais. Depois de decidir não sair mais da favela, a Secretaria de Segurança do Estado (SESEG) começou a pensar uma estratégia de consolidação desse processo. Logo depois, em janeiro de 2009, por iniciativa do comandante do batalhão da região da Cidade de Deus, esta favela também é ocupada de forma permanente. O *start* para tornar a proposta de ocupação em um movimento planejado para algumas áreas da cidade estava dado.

O lançamento do programa não garantiu um planejamento estruturado e uma diretriz para explicar o que seria a polícia pacificadora. Entretanto, algumas linhas conceituais estavam definidas. A primeira delas é a estratégia de ocupação via “guerra anunciada”. Esse procedimento prevê o anúncio da ocupação da favela, dando dia e hora para a entrada da polícia de forma definitiva. A ideia era evitar os históricos conflitos violentos, possibilitando a saída parcial dos grupos criminosos da favela. Outra determinação clara era a retirada do armamento pesado das favelas. A ocupação constante da favela pela Polícia Militar evitaria a circulação de fuzis e pistolas. Rodrigues, Siqueira e Lisovsky (2012) aprofundam um pouco mais essa questão:

A retomada do controle territorial tem como aspecto central a retirada do poder armado do tráfico de drogas e não a erradicação dessa atividade ilegal no interior das favelas ocupadas. Essa mudança de prioridades foi apontada pelo secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, em declarações como a

⁶¹ A Favela Santa Marta localiza-se em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. A ocupação aconteceu em dezembro de 2008.

seguinte: “Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão. (...) O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra” (José Mariano Beltrame, em declaração publicada no jornal britânico *The Guardian*).⁶² O combate ao tráfico de drogas, ponto central da retórica predominante entre as autoridades, no que tange à questão da segurança pública no Rio de Janeiro⁶³, é sustentado no discurso do secretário de Segurança como aspecto residual diante da prioridade de retirada do controle armado. (RODRIGUES; SIQUIERA; LISSOVSKY, 2012, p.10).

As UPPs se apresentam como um grande avanço na agenda de segurança pública do Rio de Janeiro. Depois de algumas experiências de policiamento comunitário, como o GPAE (Grupamento de Polícia em Áreas Especiais), as unidades pacificadoras parecem partir de pontos que mudam a vida do morador de favela. Mesmo com muitos problemas e ajustes a serem feitos, visto ser um projeto em pleno processo de amadurecimento, a garantia de diminuição (ou em alguns casos a finalização) dos conflitos violentos diários e a maior circulação dos moradores nessas áreas, faz dele um importante canal capaz de propor uma nova relação do Estado com as favelas. Silva (2012) ratifica a importância das UPPs no que tange a possibilidade de romper com a lógica privada:

A razão do sucesso da estratégia policial é facilmente explicável: as UPPs representam a possibilidade de romper com a privatização da soberania, quer dizer, a capacidade de regular a ordem pública da cidade por grupos criminosos. No caso do tráfico de drogas, esse domínio é efetivado por jovens sem noção de limites fundamentais no sentido de respeito ao direito do outro, ao espaço público, à vida alheia e as normas básicas de civilidade. Um território no qual se perdem as condições de ser organizado a partir de regras básicas de convivência, tendo em vista que o desejo do chefe do grupo é o que define os limites das práticas sociais – ou a ausência deles. (SILVA, 2012, p. 142-143).

A instalação da UPP na Mangueira ocorreu em 3 de novembro de 2011. A experiência com outras unidades já havia amadurecido em algum grau a organicidade e o modelo de policiamento perseguido pela SESEG. Por exemplo, o modelo de eventos realizados pela ONG Rio Solidário em parceria com a SESEG. A ideia dos eventos caminhava no sentido de aproximar a polícia dos moradores. Algumas experiências realizadas em outras unidades são trazidas na categoria das “boas práticas”, potencializando as relações comunitárias. A própria estratégia de cafés comunitários realizadas em batalhões é trazida para as unidades.

Nesse mesmo ano, o decreto 42.787/11 busca criar uma estrutura para as unidades e busca definir a base conceitual para as ações policiais nas UPPs. A orientação conta com um

⁶² “Rio de Janeiro police occupy slums as city fights back against drug gangs”, *The Guardian*, Londres, 12/04/2010.

⁶³ Sobre a questão da centralidade do “combate” na visão tradicional da gestão de segurança pública no Rio de Janeiro, pode ser consultado o ensaio de Cerqueira (2001).

novo termo, “polícia de proximidade”, ampliando o escopo de atuação da polícia. O item “b” do campo objetivos indica uma nova atribuição policial:

§ 2º São objetivos das UPP:

3.2.1 consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;

3.2.2 devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

A garantia do desenvolvimento social e econômico se junta à oferta de cidadania plena, dando pistas de uma estratégia de atuação diferenciada. Mesmo sem uma definição concreta, o termo proximidade aponta um caminho que privilegie a relação com os moradores.

Diante desse universo recente das UPPs e dos decretos ainda muito subjetivos e com lacunas na sua construção, o novo modelo de policiamento depende majoritariamente da iniciativa dos comandantes locais e daquilo que entendem a partir das orientações dadas pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP). No caso das UPPs, os comandantes são oficiais capitães ou majores. São as suas experiências que dão o tom de cada unidade.

A composição do efetivo policial de uma UPP também segue uma norma diferenciada. As praças que seguirão para as unidades precisam, obrigatoriamente, serem policiais recém-formados, a fim de evitar a utilização de velhas práticas policiais, sobretudo em relação às favelas. Esse modelo, apesar de uma escolha a ser seguida, impõe perfis que não servem, neste momento, para a construção de um novo modelo de policiamento.

É com essas ferramentas que a UPP Mangueira/Tuiuti⁶⁴ se coloca no tecido associativo da Mangueira. Com a meta de executar um novo modelo de policiamento pautado na proximidade, nas relações comunitárias, sendo protagonista nas relações, a UPP se envolve na favela possibilitando alterações na dinâmica local. São exatamente essas relações que procurei identificar na pesquisa. O cenário associativo na Mangueira é o seguinte: a) associação de moradores; b) Organizações locais (ONGs, igrejas, etc.); c) Grupos Políticos; d) Poder Público (Escolas, CRAS, Agentes de Saúde, UPP Social, etc.); e) Grupos Criminosos; f) Polícia Militar – UPP.

Somente a presença constante da Polícia Militar representava um estranhamento nas ações. O medo e o constrangimento sempre tomaram conta das reuniões onde havia a participação de policiais. A primeira reunião comunitária com a participação do comando

⁶⁴ A favela do Tuiuti foi desmembrada da UPP Mangueira/Tuiuti, sendo abarcada pela UPP Barreira do Vasco, justificado pela proximidade histórica das favelas.

local e os demais atores citados ocorreu no Fórum da UPP Social, organizado e mobilizado por mim e por minha companheira de campo, Raquel Lima, além da fundamental participação do grupo político comandado por Biriba e Celso Peres. Como havia pouco tempo para a mobilização (cerca de duas semanas), caminhamos por cada beco e viela, convidamos a associação de moradores, o comando local, as ONGs locais, alguns pastores, a paróquia da Candelária, entramos nos comércios, nas escolas, no CRAS, na Clínica da Família, enfim, a tentativa foi de convidar o máximo de pessoas possível para o Fórum Social.

O Fórum foi de grande importância para identificar o posicionamento de alguns personagens na arena pública. Como a UPP Mangueira era a de maior expressão naquele momento, o comandante da CPP, Coronel Seabra compareceu ao Fórum, dando um peso maior ao encontro. Em relação às lideranças comunitárias, todas compareceram ao encontro, incluindo nesse pacote o grupo político do PMDB Comunitário. Mano, Lilido, Silmar, Celso Peres, Pedrão, Biriba, Washington, Zé Roque, Ariquerman, Marquinhos, enfim, um número considerável. Das ONGs, Dulce e Arnaldo do CCRAU, Kelly da Associação de Meninas e Mulheres do Morro, Andréa e Bimba do Batuque Favela também compareceram. Algumas lideranças religiosas, gente do poder público, das secretarias municipais, governo do Estado e muitos moradores. Assinaram a lista de presença 109 pessoas. O Fórum foi realizado na quadra da fundação (ou Telégrafos) na localidade dos Telégrafos, no alto da favela. A escolha desse espaço levou em consideração a localização, a fim de favorecer a participação dos moradores e também a possibilidade de vias carroçáveis para a participação dos convidados das diversas secretarias municipais. É importante destacar que a quadra fica em frente à associação de moradores dos Telégrafos, local onde Mano trabalha (trabalhava) diariamente.

A ocupação da arena é um ponto importante na descrição. O comando da Polícia Militar (Cel. Seabra, capitão Nogueira e a subcomandante Tatiana) sentaram junto com as lideranças locais, com representantes do poder público e com o Chiquinho da Mangueira. No decorrer do Fórum, as primeiras falas depois da apresentação de Ricardo Henriques (presidente do IPP e coordenador da UPP Social), são direcionadas para o comando da UPP e para as lideranças, marcando a importância do novo cenário associativo. Quando a fala é passada ao Mano, presidente da associação de moradores, o mesmo prefere não falar, passando a vez para Celso Peres. Essa recusa não é comum, pois essas arenas públicas normalmente são usadas para pressionar o poder público no atendimento das prioridades da favela, e com o advento da força policial permanente, criticar a ação policial das UPPs, se

necessário. Mano permaneceu no Fórum, mas apenas como observador. O porta-voz do grupo político e da ação comunitária foi Celso Peres e depois Pedrão, que usaram o microfone para alertar sobre os problemas da Mangueira, sobretudo a ocupação do prédio do IBGE, projeto idealizado por Pedrão.

Outra observação importante foi à recusa de jovens em participar da reunião. Chamados a entrar na quadra, recusaram imediatamente, alegando a presença da UPP. Aliás, muito do que foi discutido ou verbalizado no Fórum recaí em problemas de infraestrutura, problemas sociais e críticas ao policiamento da UPP. A regulação foi tema recorrente. A definição da necessidade de autorização policial para qualquer evento na favela sofreu diversas críticas.

Como a ideia era uma discussão com a comunidade, a figura de políticos tradicionais era vista com reservas. Por isso, de forma proposital, as falas iniciais não compreenderam o deputado Chiquinho da Mangueira, que percebendo o direcionamento para os moradores, se retirou ainda no meio do Fórum, que normalmente dura cerca de 2h30min.

O Fórum foi fundamental, pois, reuniu na mesma cena pública as principais lideranças e atores que compõem o tecido social da Mangueira. Além de ratificar o processo de mapeamento dos diferentes atores da favela, o discurso nesse tipo de arena (ou a falta dele) possibilitava uma leitura diferente do dia a dia da minha posição de gestor público.

Detalhe igualmente relevante é a estratégia de participação da polícia militar nesse tipo de encontro comunitário. Normalmente, os conhecidos cafés comunitários são realizados nos batalhões ou em “campo neutro”, e são pautados pela própria polícia, deixando pouco espaço de manobra para as discussões e críticas. É verdade que o Fórum da UPP Social segue uma dinâmica institucional, ritualizando algumas falas e direcionando o modelo de discussão. Até mesmo o posicionamento do comando local e dos principais atores segue uma assimetria marcada em relação aos moradores, com espaço reservado para tais personalidades. A ordem das falas também reforça essa assimetria, visto que as primeiras falas são, respectivamente, do presidente do Instituto Pereira Passos e depois do Comandante Local, ou no caso da Mangueira, do Comandante das UPPs. Entretanto, a despeito dessa organização que privilegia os atores do poder público e no limite a polícia militar, o fórum permite ser pautado pelos moradores, desde assuntos que envolvam o descaso da Prefeitura e do Estado, a problemas de ordem policial, que no caso é o fator novo nesse processo das UPPs.

Fotografia 11 – Fórum UPP Social



Legenda: da esquerda para direita: Tem. Tatiana, Cel. Seabra, Ricardo Henriques, Marcelo, secretário municipal de desenvolvimento econômico e solidário (SEDES) Ângela Fonti (Comulrb), Daniel Misse, superintendente de territórios da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), Celso Peres e Pedrão.
Foto: O autor, 2013.

Fotografia 12 – Fórum UPP Social 2



Legenda: do lado esquerdo o posicionamento das lideranças e alguns representantes do Poder Público
Foto: O autor, 2013.

3.4 UPP em ação: a reconfiguração na arena pública e as estratégias de inserção

O Fórum da UPP Social foi o primeiro encontro dos moradores com comando da UPP depois da inauguração. A partir daí, a iniciativa seria do comando local. Sendo assim, a primeira investida seguiu os ditames tradicionais dos batalhões: a oferta de um café comunitário com o Comando da UPP local. O lugar escolhido foi uma Igreja Evangélica localizada na Rua Visconde de Niterói, ou seja, na área formal da Mangueira. Imaginando que a iniciativa visa aproximar a população da Mangueira a UPP local, essa estratégia segue na direção contrária, mantendo o distanciamento dos moradores. Além disso, não houve nenhum convite formal. Eu, que participava como gestor da UPP Social e já tinha passado algumas vezes na base militar, levando alguns mapas solicitados pelo comandante, soube da reunião através de polícias do GAP (Grupo de Aproximação), que na verdade construíram comigo uma relação de amizade.

O formato do encontro foi ainda mais assimétrico que o Fórum da UPP Social. Uma mesa foi montada com a participação do comandante local, capitão Nogueira, a subcomandante Tatiana, o Pastor da Igreja que recebia a reunião, William, representante de uma ONG chamada No Pé da Manga, que funciona no mesmo prédio da Igreja, e três representantes da Guarda Municipal. Na plateia, Ana, que na época era a vice-presidente da associação de moradores, Carla, assistente da associação de moradores, Biriba e Washington, do PMDB Comunitário, Dulce e Arnaldo do CCRAU, cinco moradores, eu e mais duas companheiras da UPP Social e dois guardas municipais que desenvolviam um projeto social no Museu da Quinta da Boa Vista. Esse cenário mostra o esvaziamento da reunião. Quanto à pauta, em nenhum momento entrou em questão o modelo de policiamento, a discussão quanto às atribuições policiais, mas sim uma apresentação daqueles que compunham a mesa sobre seus projetos para a área. Mesmo não sendo convidado para a mesa, me fizeram o convite para falar um pouco mais sobre a UPP Social.

A dinâmica e o modelo dos “cafés comunitários” seguiram a mesma lógica, isto é, mesa composta, polícia ditando a pauta e nenhuma discussão sobre as estratégias de policiamento e sobre a participação da comunidade nas decisões da unidade. Participei de seis encontros, onde a máxima era a reunião tornar-se uma central de informações, e no caso de um problema mais grave em relação à segurança, como tiroteios, abuso de poder e violência policial, o capitão usava o espaço para explicar o ocorrido. A devolutiva por parte do comando é um ponto positivo, desde que haja debate e que os moradores se sintam

ouvidos e atendidos (dentro do que prevê a lei) quanto à organização policial no campo e os desafios dessa proposta. A marca dos encontros organizados pela polícia é o esvaziamento e o discurso institucional para os mesmos representantes. O desconforto é percebido em todos esses encontros, seja por parte das lideranças, seja por parte dos policiais. Cumpre-se, em ambos os lados, a formalidade do encontro, sobretudo pela representação do poder e da ordem trazidos pela UPP.

Depois desse encontro, a promoção de eventos marcou as estratégias utilizadas pela UPP. Foram várias iniciativas. Dentre elas destaco o evento gospel com o grupo musical Diante do Trono, realizado no Buraco Quente, e os passeios ofertados para as crianças da favela, como por exemplo, os jogos de vôlei do time OGX/Rio de Janeiro no Maracanãzinho.

O evento gospel foi emblemático, pois continha dois objetivos: a realização de um show cristão no Buraco Quente, justamente pela representação simbólica de transformação daquele espaço de maior atuação do tráfico num ambiente de “paz”, e pela participação efetiva do capitão Nogueira, que também é músico e tocava com a banda. O evento contou com a participação de muitos cristãos evangélicos da Mangueira. Para finalização apoteótica do show gospel na UPP, uma banda cristã do BOPE tocou junto com o grupo de louvor Diante do Trono. Eram os “caveiras” na função de romper as representações negativas da polícia militar. A contradição era a seguinte: como o Batalhão de Operações Especiais, que o próprio nome define, ou seja, trata-se um policiamento especial e voltado para o conflito, se mistura com a ideia de um novo modelo de policiamento?

Assim como esse evento gospel, outras ações conseguidas pelos parceiros do Estado, (em especial da SESEG) dentre eles a Instituição Rio Solidário, seguiram a mesma lógica. A visita das crianças da Mangueira ao BOPE ocorreu pelo menos duas vezes. Passeios à Cidade da Criança em Santa Cruz, também fizeram parte das ofertas do processo de pacificação. Lembro-me da ligação da subcomandante em pleno domingo a fim de que eu a auxiliasse o direcionamento de três convites para o show de Roberto Carlos. A cartela de ofertas atendia a todos os gostos.

Um claro objetivo perseguido pelas UPPs em relação à proximidade é o de chegar às famílias através das crianças. Aliás, a fala recorrente dos policiais, incluindo praças e oficiais, é a de que a parcela a ser “salva” nas favelas refere-se às crianças, eliminando qualquer possibilidade de relacionamento com os jovens, pois no imaginário policial essa faixa etária está inteiramente ligada ao fetiche do tráfico. Para tanto, a utilização de projetos sociais voltados para as crianças são os mais comuns. Escolinhas de futebol, aulas de artes marciais, curso de inglês, enfim, uma série de projetos se conecta à UPP Mangueira a fim de

reafirmar o compromisso com uma política social que objetive a sustentação daquela favela a partir da nova configuração. Junto aos projetos, posso citar novamente os eventos para essa faixa etária, como o “Natal nas UPPs”, com a chegada do Papai Noel e a distribuição de brinquedos para as crianças.

Esse modelo escolhido para inserção no tecido social da Mangueira não parece o ideal. Proporcionar eventos, distribuir brinquedos, oferecer escolinhas de futebol ou treinamento em artes marciais, parece ser incapaz de inserir os policiais nas discussões comunitárias. Mesmo ciente da aproximação pontual que tais eventos podem suscitar, a estratégia de implementar um novo modelo de policiamento, orientado por uma polícia de proximidade a partir de propostas assistencialistas, pode resultar num sério equívoco.

3.5 Referência, Ordenamento e Regulação: intervindo no território

Parte relevante na configuração do tecido social da Mangueira é a questão da regulação e do ordenamento que a UPP introduz como aporte de sua implantação. Alegoricamente, poderia dizer que essa é “a outra face da moeda”. De um lado, as reuniões comunitárias, os eventos, o cotidiano. Do outro, a ordem e a legalidade. As favelas são marcadas justamente “pela informalidade, pela falta desse ordenamento do espaço público, pela ausência de normais legais para a realização de obras e para o funcionamento das atividades econômicas, na ausência de pagamento de impostos e taxas, nas ligações clandestinas de energia elétrica e nas TVs por assinatura” (SILVA, 2012, p.143). Além das coisas legais, os códigos criados nas favelas são oriundos de uma subjetividade própria das relações estabelecidas nesses territórios, a partir da história de resistência e dos caminhos encontrados pelos próprios moradores em decorrência da precariedade de atendimento do estado as suas demandas. O texto de Corrêa (2012) que discute o “direito à laje” é claro na definição das disposições que os próprios moradores favelados realizam. A venda das lajes é um exemplo desse arranjo jurídico próprio da favela:

Destarte, ‘o direito a laje’ surge em consequência de a favela assumir uma feição autônoma frente à não atuação do poder estatal. A favela encarrega-se de suas próprias necessidades, na contramão do imaginário social das camadas favorecidas que as enxerga como nicho de marginalidade e de desamparados à ‘espera de uma solução’. (CORRÊA, 2012, p. 321).

Com as UPPs, na realidade desde o processo de ocupação com o BOPE, as favelas já sofrem uma espécie de quarentena em determinadas atividades, como os bailes funk, por

exemplo, que imediatamente são proibidos. Na formalização da unidade, as “proibições” seguem a mesma lógica. Qualquer evento na favela precisa ser informado ao capitão local. Além disso, a presença da força policial garante a entrada dos processos de legalização, sejam eles de energia elétrica, sejam eles os “gatos- net”. Segundo os próprios moradores, a favela ganha outro “dono”, na alegoria da substituição dos traficantes pela força policial.

Essa “obrigatoriedade” de relacionar-se com a polícia, mesmo de forma pontual, gera incômodo e medo de forma variada. Sobretudo o papel das lideranças e das principais organizações, facilmente mapeadas pelo comando local e acessadas pelo mesmo. A realização do evento gospel relatado acima envolveu a ONG Batuque Favela, até pela questão da música. A presença do capitão Nogueira e da Subcomandante Tatiana na instituição provocou um problema grande para seus representantes. O alinhamento com a UPP é algo grave para os remanescentes dos grupos criminosos que ainda permanecem na favela. A cobrança é concreta.

Essa participação, que estou chamando aqui de compulsória, altera o cotidiano da favela. Seja pela simples proibição de um evento ou na disseminação do medo que a relação pode causar. Para as lideranças, se as interferências dos grupos armados são corriqueiras, a entrada da Polícia Militar nesse arranjo associativo pode produzir um seu esvaziamento, que garante movimentos muito precisos.

Um caso clássico que explica esse desejo de não envolvimento com a polícia diz respeito às visitas a base administrativa da UPP Mangueira no Parque Candelária. Como estava em meu cotidiano na favela, algumas vezes estava acompanhado de Biriba ou algum outro interlocutor na caminhada para uma reunião ou até mesmo para uma parada de almoço. E todas as vezes que falava em entrar na base, a fala de Biriba garantia uma distância segura e me repetia: *tenho família Vinicius, eu tenho família...aí eu não vou não*. Isso não quer dizer que Biriba não possa participar de uma reunião em que a polícia participe, mas sim que o contato na arena pública é até possível, mas na individualidade, a explicação se tornaria complicada.

Ainda no tocante à relação compulsória, pego o exemplo de outro ator ligado a projetos sociais que ratifica esse discurso da referência e da interferência da UPP. Marquinhos trabalha dando aulas em uma escolinha de futebol que já existia na Mangueira, patrocinada por Ibson, jogador profissional de futebol (jogador do Flamengo à época). Com a chegada da UPP, e a tentativa de buscar parceiros, sobretudo para os projetos de esportes, algumas vezes escutei de Marquinhos que a subcomandante Tatiana estava indo atrás dele no campo da Pedra e que aquilo poderia complicá-lo. O discurso era o seguinte: *fala com*

ela lá Vinicius... ela fica indo atrás de mim no campo...isso vai dar ruim pra mim...eu to fugindo dela.

Na outra extremidade dessa relação, os atores que compõem o associativismo na Mangueira dificilmente envolviam a polícia em seus encontros. O grupo mais institucional era o ligado ao PMDB, até mesmo pelo traquejo político. Normalmente, nas reuniões que eu organizava, e convidava o comando local, essa estratégia era questionada. Nunca fui compelido a não convidar a polícia, porém a ideia era sempre a realização somente com as lideranças. Quando se tratava de assembleias maiores, eles identificavam a necessidade de convidar o capitão local, não fazendo restrição.

Nesse processo de inserção policial, a questão temporal precisa ser levada em consideração. Nos seis primeiros meses (novembro/2011 a junho/2012) de inauguração da base, que denomino aqui fase inicial, há um intenso movimento no campo. Essa é a fase de reconhecimento do território, do mapeamento das lideranças e da profusão de eventos. Além disso, mensalmente são realizados os cafés comunitários, seguindo a metodologia de aproximação escolhida pela polícia. Desde o início da UPP na Mangueira o que marca a relação entre policiais e moradores ainda é o conflito⁶⁵. Semanalmente eu ouvia relatos de abordagens truculentas e de confusões no policiamento, sobretudo com jovens. Tanto é verdade, que alguns casos geraram graves problemas, que só fazem consolidar o afastamento histórico entre favela e polícia. Ainda nesse início um conflito em frente à Escola de Samba gerou o uso de arma de fogo por um policial da UPP.

Foi nesse paradoxo que a UPP viveu seus primeiros meses. Emplacando eventos, ofertando projetos sociais (majoritariamente na área de esportes), propondo seus tradicionais encontros via cafés comunitários junto com as dificuldades de implantação de um novo policiamento, que na prática, estava recheada de velhos procedimentos. Um símbolo desse movimento equivocado dos policiais da UPP Mangueira é a conhecida policial feminina apelidada de “Maria Padilha”. A policial usa todos os meios ilegais e violentos para intimidar os moradores da Mangueira. São vários os relatos de agressão física e uso de força desproporcional. Padilha continuou na função de GTPP (Grupamento Tático de Polícia de Proximidade) por um bom tempo.

Nos meses subsequentes a fase inicial, a diminuição dos eventos é sentida. Os problemas continuam, e a premiação⁶⁶ por apreensões de drogas na favela reforçam que há

⁶⁵ Conflitos na relação do cotidiano e na adoção de um modelo antigo na prática policial.

⁶⁶ Normalmente essas premiações referem-se a folgas e alocação nas melhores escalas.

uma urgente necessidade de orientação e direcionamento sobre o conceito de Polícia de Proximidade. A lógica dos batalhões e dos velhos hábitos ocupam as lacunas deixadas pelo imprevisto da aproximação. Os cafés diminuem a frequência, e as proibições ainda prevalecem. Há um claro esfriamento da participação do comandante local. Vale destacar que a partir de julho, o que toma conta da agenda das lideranças na Mangueira é a eleição. Os movimentos partidários ficam mais aparentes, e os interesses pelos encontros comunitários ganham outra conotação.

Os eventos não deixam de ser usados. No aniversário de 1 ano da UPP Mangueira, um baile de debutantes é oferecido, repetindo o modelo de outras unidades pacificadoras. Aliás, vários eventos são realizados de forma padronizada, isto é, em todas as UPPs. Isso só reforça que a metodologia de aproximação tem ligação direta com essas práticas. No cotidiano da favela, esses eventos são apontados como algo midiático, para ocupar as TVs, pois no dia a dia o distanciamento marca as relações na favela do samba.

A UPP Mangueira está perto de fazer dois anos (novembro de 2013), e ainda permanece com vários problemas na relação entre a polícia e moradores. Apesar de avanços consideráveis, o policiamento imaginado pela UPP não caminha na direção de um processo de transformação das ações de policiamento. Sem a definição clara de como atuar, o relato na Mangueira aponta para a prática de abusos de poder e autoritarismo.

Em abril de 2013, o Boletim 059 propõe a criação de diretrizes para a polícia pacificadora e para a polícia de proximidade, diferenciando os modelos e elucidando os caminhos a serem seguidos por toda a polícia militar, com especial atenção para as UPPs. Parece-me um passo essencial para os objetivos que pautam a UPP a definição dessas diretrizes e sua imediata execução.

I - Polícia Pacificadora

Consubstancia-se em uma estratégia de atuação policial ampla, que contempla as fases de intervenção tática, estabilização, implantação de Unidade de Polícia de Proximidade (UPP), monitoramento, avaliação e integração progressiva ao policiamento ordinário, realizados pela ação simultânea ou não de outros policiamentos especializados e de proximidade que variam conforme a fase e as demandas do território, permitindo a articulação entre ações policiais especiais e ações de aproximação, a fim de criar ambiência favorável para o desenvolvimento da cidadania.

II – Polícia de Proximidade

A polícia de proximidade é uma filosofia na qual policiais e cidadãos dos mais diversos segmentos sociais trabalham em parceria, desenvolvendo ações em regiões territoriais específicas, promovendo o controle das questões relacionadas ao fenômeno criminal, objetivando a melhoria da qualidade de vida das pessoas daqueles locais. Para este objetivo, **a polícia é proativa na busca da participação da comunidade, a fim de construir laços de confiança, estabelecendo pontes**

entre demandas reprimidas e ofertas possíveis e a consequente legitimidade das ações policiais (grifo meu). Assim, a polícia de proximidade, inspirada pelos mesmos princípios da polícia comunitária, vai atuar sobre o fenômeno criminal, aproximando-se do cidadão, esteja ele onde estiver, trazendo consigo uma proposta sociológica inclusiva poderosamente transformadora, à medida que não reproduz através de sua denominação a ideia de uma polícia especial para uma determinada comunidade, o que reforçaria a lógica de segregação que justamente é a que se deseja evitar, aduzindo-se que a favela enquanto fenômeno social é construção própria do cenário fluminense, e chama-la de comunidade sem que nela sejam construídas e reconstruídas as mesmas estruturas sociais que existem nas demais localidades da cidade significa incluí-la nesta apenas pelo viés do eufemismo gramatical “comunidade” com sua “polícia comunitária” especial para ela, porém apartada da Polícia Militar que atua no restante do Estado. (PMERJ. Portaria N.º 0337/2010 de 05 de Março de 2010)

A inovação na proposta da diretriz é a confirmação da necessidade de “proatividade na busca da participação da comunidade a fim de construir laços de confiança”. A mudança na Polícia Militar requer a definição da teoria e sua imediata conexão com a prática. Esse modelo teórico ainda está longe de sua aplicação.

A GUIA DA CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a favela da Mangueira foi um permanente exercício de reflexão. A cada dia o trabalho de campo revelava uma nova perspectiva, desfazia conceitos e reinventava relações. A percepção aguçada sempre teve a companhia da escuta forte e do olhar refinado em todos os encontros e em todas as caminhadas pelos becos mangueirenses.

No tocante à favela, de fato a Mangueira é única. Os recortes, as ligações, a localização e essa “gente” que a compõe formam um território rico, que entusiasma qualquer pesquisador. É bem verdade que muitas vezes o dia a dia das relações humanas com os “nativos” e a junção das variáveis do seu entorno causam cansaço e repulsa. Essa sensação não ocorreu apenas uma ou duas vezes durante a pesquisa, mas inúmeras vezes.

A chegada da UPP na Mangueira de alguma forma altera o contexto local, o que por si só não seria possível descartar. Para o Estado, as UPPs significam o início de uma proposta de política pública de segurança com vias de possibilitar uma transformação da Polícia Militar e de seus métodos. O conceito de “polícia de proximidade”, mesmo que ainda em construção, pretende ser disseminado para todo o efetivo policial. O primeiro comandante da CPP (Coordenadoria de Polícia Pacificadora), Coronel Robson, sempre reforçou que o objetivo da Polícia Militar é que esse movimento das UPPs “contamine” o corpo policial, e que aos poucos, os batalhões se transformem em batalhões de polícia de proximidade.

Entretanto, a ampliação do programa⁶⁷, a formação de um grande número de novos policiais em pouquíssimo espaço de tempo e com fragilidades em seu processo, a falta de experiência desses policiais e o histórico da corporação, resultam em problemas igualmente ampliados. A cada movimento de ocupação, outra pressão surge na cidade a espera da instalação de uma unidade, o que acelera um processo que deveria ser maturado e orientado de forma lenta e gradual.

Obviamente, que as questões políticas interferem diretamente nessa aceleração. Com os grandes eventos (a pouco menos de um ano da Copa do Mundo e cerca de 3 anos das Olimpíadas) batendo a porta da cidade, o cinturão de segurança precisa estar completo, atendendo a promessa do governo estadual e da união.

Nesse contexto, a pesquisa procurou entender o cenário associativo na Mangueira, buscando a forma de inserção da polícia no campo, relevando o poder e a autoridade que representam, sobretudo em áreas onde o domínio territorial era exercido por grupos

⁶⁷ Atualmente são 34 UPPs em toda a cidade do Rio de Janeiro.

criminosos de traficantes.

A complexidade da Mangueira é demonstrada pelas variáveis desse associativismo. Se a relação fosse apenas entre policiais e traficantes, seria muito mais simples construir uma análise. A peculiaridade é justamente a pluralidade que existe na favela. Além do tráfico, de suma importância para o entendimento da atuação e da constituição de lideranças, as tradicionais associações de moradores, as organizações locais, os grupos políticos, a Escola de samba e atuação de representantes do poder público (como o papel que eu desempenhava) desenham um mosaico especificamente mangueirense.

O objetivo da pesquisa era observar alterações possíveis nas relações associativas a partir da chegada da UPP, relevando a questão de ser esse novo ator a Polícia Militar do Rio de Janeiro, com todo o peso negativo da atuação histórica marcada pelo confronto e pela guerra. Nesse sentido, a análise realizada no campo aponta algumas conclusões. Ressalto que seria impossível dar como encerrada a análise sobre o tema, especialmente por se tratar de um programa recente⁶⁸, como também pelo caráter heterogêneo das favelas, onde cada cotidiano prevê suas redes, suas lideranças e a composição de seus arranjos comunitários.

A fim de estruturar de alguma forma os resultados, consigo dividir da seguinte forma a relação da UPP no associativismo local: a) a chegada da UPP reorganiza as referências na favela, fazendo da unidade um canal concreto de contato com possíveis investidores, pesquisadores, possibilidade de realização de projetos e interface com o estado. Esse novo direcionamento impacta na legitimação das associações de moradores, que em alguns casos se tornam meros coadjuvantes; b) Regulação e ordem. A ocupação do território traz consigo a ideia de que é preciso ordenar o “caos” da favela. O comando, então, começa a definir o modelo de ordem que será instalado na favela, encampando atribuições, em alguns casos, que fogem a sua alçada. Por exemplo, refiro a regulação de mototaxistas na Mangueira. O comandante local definiu um cadastramento dos mototaxistas incluindo regras para a autorização do serviço. Isso não é atribuição policial; c) Controle dos acessos ao poder público. Esse item se mistura com a ideia de referência, porém o deixo separado, pois considero esse controle uma interferência direta aos grupos políticos e associação de moradores. Com a chegada de novos atores a partir da pacificação, mais espaços são abertos para as investidas de cunho político.

A primeira conclusão refere-se então a ideia de referência, e à participação do comando local da UPP Mangueira nos coletivos da favela e as mudanças prováveis que

⁶⁸ O programa das UPPs ainda têm 4 anos e meio, e a UPP Mangueira menos de 2 anos.

podem ocorrer. O acompanhamento cotidiano possibilita uma nitidez maior desse tipo de análise. O lugar de protagonismo do capitão e do projeto UPP em si mesmo estabelece na favela uma nova dinâmica. Menos pela participação policial e mais pelo que vem através da ocupação policial, como os tão desejados projetos sociais. Num cenário anterior, as associações de moradores seriam a referência para qualquer iniciativa na favela. Não pretendo afirmar aqui que na Mangueira a função da associação de moradores inexistia, porém em muitos casos seu papel fica secundarizado.

Lembro de caso que ilustra essa questão da referência. Uma equipe da Empresa de Obras Públicas do Estado (EMOP) me ligou querendo marcar um encontro na Mangueira. No dia e hora agendados, fiquei a espera da equipe. Depois de muita espera, percebi que o que eles queriam era circular pela favela a fim de ver alguns pontos sobre o projeto que já haviam desenhado para o PAC no morro. E o meu papel me pareceu confundido como um “braço social” da UPP, por isso a procura. Quando expliquei minha atuação e orientei para procurarem a associação de moradores no Buraco Quente, logo me disseram que não precisava, e que bastava alguém levá-los nos lugares pré- estabelecidos. No passado próximo, essa relação não seria feita dessa maneira.

A proposta de ordenamento e legalidade coordenada pela polícia militar com o advento da UPP também modifica a referência dos moradores, que antes apostavam nos chefes do tráfico para definirem algumas situações, e agora se veem tendo que passar pela base da UPP para dar sequência as suas demandas. A “nova ordem” implantada interfere diretamente no poder de atuação de outras instituições e na vida dos moradores. A ideia de que as festas precisam de uma autorização do comandante me lembra um estado de exceção nas favelas, o que surge como uma grande contradição na teoria de implementação de uma nova polícia. Não se formam “laços de confiança” onde a confiança não existe.

Adicionem-se a isso as dificuldades que essa obrigatoriedade no sentido das relações causa nos moradores da Mangueira. Como já comentado na dissertação, a Mangueira é tida como uma favela onde as forças do crime organizado resistem justamente pelo arranjo familiar característico.

Se existe uma alteração substancial no tecido associativo e na organização de tais grupos, esta refere-se predominantemente as relações de controle local. Traduzindo essa questão, com a implantação do programa, uma série de novas possibilidades se abrem e adentram a Mangueira. Eu estava no grupo desses novos atores. E como meu trabalho era desenvolvido pelo viés público e os objetivos maiores estavam ligados à integração da cidade (via melhoria nos serviços) e na leitura pelo poder público do que são as verdadeiras

demandas da favela em questão, de imediato passei a ser “controlado” e “trazido para perto”, sobretudo pelo PMDB Comunitário.

Ponto relevante no coletivo da Mangueira é o grupo do PMDB Comunitário. A lógica utilizada pelo grupo segue a estratégia do domínio dos acessos, sobretudo aos que de alguma forma possibilitam a chegada de serviços e projetos para a favela. A representação e a legitimação de tal grupo se dá da seguinte forma: qualquer iniciativa na favela no sentido de intervenções públicas, seja ela do Estado ou do Município, precisa ser coordenada ou orientada por tal grupo. São eles que montam as estratégias de seus políticos para os eventos, pensando sua importância, estudando o cenário das representações, e como é possível se apropriar politicamente de tal acontecimento. O monitoramento realizado pelo grupo político é fundamental para o modelo de atuação que perseguem.

Meu papel significava um possível acesso, e por isso a relação de proximidade com esse grupo se construiu desde a minha chegada. O resultado que esperam desse controle dos acessos liga-se ao processo eleitoral, medindo o sucesso da metodologia através do número de votos que conseguem para seu candidato na região. Como dito por Biriba, um dos representantes do PMDB Comunitário, as ligações com o vereador Luis Antônio Guaraná⁶⁹ se desenvolvem com resultados: “a referência são 4.282 votos... isso é a referência do PMDB Comunitário”. A continuidade do grupo, o poder que representa e as posições que ocuparão no jogo político dependem desse domínio permanente. A estratégia utilizada pelo Deputado Chiquinho da Mangueira une a atuação do PMDB Comunitário com o atendimento diário que realiza na Vila Olímpica. Kuschnir (1999) explica de forma clara esse modelo de operação:

Seja qual for o teor do atendimento, existe um consenso entre os parlamentares de que receber e ouvir a população é um “dever do homem público”, No caso daqueles que adotam a estratégia assistencialista, porém, existe uma estrutura elaborada para incrementar trocas de serviços e bens materiais. (KUSCHNIR, 1999, p.38).

Aliás, o papel do partido nessa relação de controle é extremamente importante de ser discutida. A estratégia de atuação do PMDB Comunitário é exatamente o de conseguir criar linhas de controle para sua atuação política. Como trata-se de um grupo político ligado ao governo, se retroalimentam através das intervenções (pequenas ou não) do poder público na favela. Na Mangueira, com o advento da UPP, por algumas vezes percebi o desconforto do

⁶⁹ Luis Antônio Guaraná exerce o terceiro mandato na Câmara Municipal. Atualmente, Guaraná é um dos pilares de Paes na Câmara para aprovar as medidas de interesse do prefeito. Na última eleição obteve cerca de 53 mil votos, e foi o segundo mais votado como vereador na cidade do Rio de Janeiro.

grupo político com eventos e reuniões que não se colocavam como protagonistas. Mesmo assim, acionavam suas redes e tentavam fazer daquele evento mais um palanque. Todavia, a exclusividade não faz parte do cenário e a relação, em algum momento, precisa ser feita com a UPP e com os atores que chegam a partir desse processo.

No caso das associações de moradores, em especial minha busca permanente de possíveis intervenções mais urgentes, de alguma forma incomodava a associação de moradores, justamente pelo papel similar que já desenvolviam na favela durante anos, reforçados pelo jogo político que sempre tiveram que enfrentar para qualquer tipo de intervenção. Além disso, os projetos de maior envergadura, seja via poder público, seja na esfera privada, chegavam à favela via UPP, demonstrando uma mudança clara no sentido da referência histórica que as associações sempre representaram, como já citado acima. Nesse sentido, tanto a associação de moradores, o grupo político, e as instituições sentiram mais a mudança pelo viés da “invasão” de novos atores e projetos, do que pela ocupação, domínio e poder policial.

Portanto, não seria demais falar que a UPP reorganiza o associativismo local da Mangueira. Entretanto, é preciso fazer as conexões corretas, a fim de evitar um diagnóstico errôneo. De fato, as transformações com a chegada da UPP ocorrem pelo fato da criação de novos canais de acesso que rompem a lógica tradicional das favelas. Na Mangueira, a maior irritação, mormente do grupo político, era a de não serem avisados (ou convidados) para um evento político na favela.

A estratégia da UPP na Mangueira não permite que eu afirme uma redefinição do papel da polícia e uma inserção real desse ator na favela, integrado com as ações comunitárias. O que se percebe da UPP na Mangueira é que apesar do distanciamento óbvio da comunidade, a representação da autoridade e o imaginário da pacificação constrói ligações com a cidade formal, alterando os papéis desse mundo associativo na favela.

O programa das UPP ainda é muito recente, e ainda sofre pela falta de estrutura conceitual, pela falta de estrutura física e pela falta de estrutura no âmbito dos recursos humanos. Por isso, ainda não é possível tecer análises que deem conta do programa como um todo, mas sim uma análise densa da estratégia de um programa numa favela, que no meu caso é a emblemática Mangueira.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de Favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 25-60.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASÉ, Paulo. *Favela: uma exegese a partir da Mangueira*. Rio de Janeiro: Relúme-Dumará, 1996.

CAVALLIERI, Fernando. Favelas no Rio: a importância da informação para as políticas públicas. In: SILVA, Jaílson (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p.24-29

CEFAI, Daniel. *et al. Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CONSTANT, Flávia Martins. *Tantinho, memória em verde e rosa*. Estudo do Processo de Construção de uma Memória da Favela da Mangueira. 2007. 236 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em História Política, Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, 21, p. 147-163, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a10n21.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

CUNHA, N. V. *Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30*. Rio de Janeiro: EDUSC, 2005.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FREIRE, Letícia de Luna. “*Em nome da comunidade*”: o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEFAI, 2011.

GENTIL, Vinicius M. *Mangueira: o associativismo e a política em tempos de UPP*. Duque de Caxias: UERJ/FEBF, 2011.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. *A vila olímpica da verde e rosa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

HÉLIO SILVA, R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez., 2009.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representantes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em:

<<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20inven%20E7%E3o%20das%20ONGs.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

LEITE, Márcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 74-90, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4148.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. Bras. de Seg. Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, Márcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p.77-96.

MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, [S. l.], ano 9, n. 41, p. 35-47, maio/jun. 1967.

_____. A continuidade do “problema” favela. In: LIPPI, Lúcia (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Cidadania, democracia e justiça social. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Os pensadores, v. 43).

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção literatura e teoria literária, v. 46).

MELLO, Marco Antônio da Silva (Org.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro: Marica: RJ 1975-1995*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Medidas urbanísticas no Rio de Janeiro durante o período joanino*. Rio de Janeiro: RIHGB, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n.1, p.13-37, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. de. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: NUAP, 2010.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. *Morro da Mangueira: o samba como (trans)formador da favela*. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008. Disponível em: <<http://phl.incqs.fiocruz.br/control/tc/flora.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 5, 07 jan. 2011. parte 1, p. 02-03. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DecretoSeseg42.787Upp.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 44.177, de 26 de abril de 2013. Dá nova redação ao Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011. Que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro, e determina outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2013.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício (Org.). Unidades de polícia pacificadora: debates e reflexões. *Comunicações ISER*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 67, 2012. Disponível em: <[http://www.mulheresseguras.org.br/uploads/PUB_SCIAMMARELLA_%20TAYLOR_\(In\)segurancas_das_mulheres_em_comunidades_cariocas_com_UPP_PT-BR_2012.pdf](http://www.mulheresseguras.org.br/uploads/PUB_SCIAMMARELLA_%20TAYLOR_(In)segurancas_das_mulheres_em_comunidades_cariocas_com_UPP_PT-BR_2012.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela diferente das outras?: rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência Humanas: Sociologia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. O repertório dos projetos sociais: política, mercado e controle social nas favelas. In: BIRMAN, Patricia *et al.* (Org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e*

resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SILVA, Marília T. Barboza; CACHAÇA, Carlos; OLIVEIRA, Arthur e da. *Fala Mangueira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1980.

SILVA, Jaílson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

SILVA, Jaílson (Org.). *O que é favela afinal?* IN: SILVA, Jaílson (Org.). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jaílson de Sousa; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus. *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. A Gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 06-34, out. 2000.

_____. Favela, favelas: interrogando mitos, dogmas e representações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 141-143, out. 1997.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem ao favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VOGEL, A. et al. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro, IBAM/FINEP, 1981.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.